

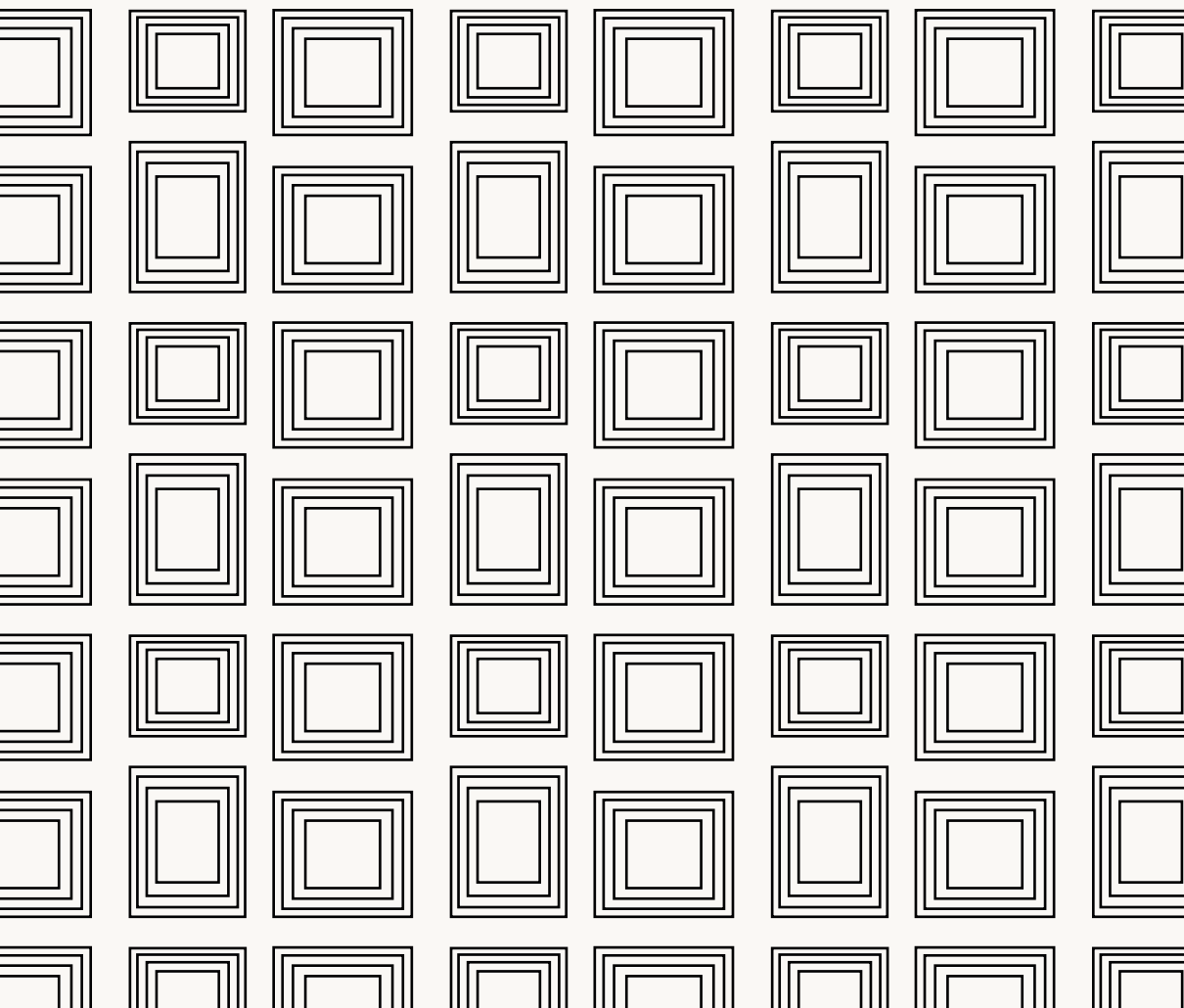
As comunidades rurais na história do Amazonas da organização às lutas

Franco Lindemberg Paiva dos Santos
Johmara Assis dos Santos
(orgs.)

As comunidades rurais na história do Amazonas

da organização às lutas

Franco Lindemberg Paiva dos Santos
Johmara Assis dos Santos
(orgs.)



Governo do Estado do Amazonas

Wilson Miranda Lima
Governador

Universidade do Estado do Amazonas

André Luiz Nunes Zogahib
Reitor

Kátia do Nascimento Couceiro
Vice-Reitora

*editora***UEA**

Isolda Prado de Negreiros Nogueira Horstmann
Diretora

Maria do Perpetuo Socorro Monteiro de Freitas
Gerente

Wesley Sá
Editor Executivo

Raquel Maciel
Produtora Editorial

Isolda Prado de Negreiros Nogueira Horstmann (Presidente)

Adriana Távora de Albuquerque Taveira

Carlos Mauricio Seródio Figueiredo

Gislaine Regina Pozzetti

Josefina Diosdada Barrera Khalil

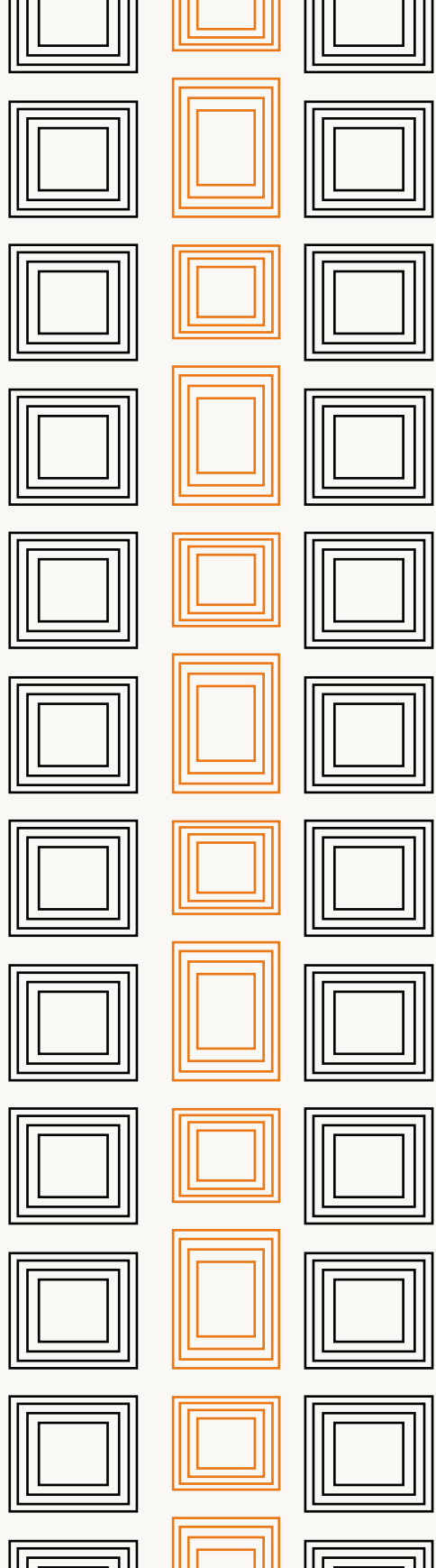
Katell Uguen

Orlem Pinheiro de Lima

Silvia Regina Sampaio Freitas

Vanúbia Araújo Laulate Moncayo

Conselho Editorial



As comunidades rurais na história do Amazonas da organização às lutas

Franco Lindemberg Paiva dos Santos
Johmara Assis dos Santos
(orgs.)

Isadora Lopes
Wesley Sá
Revisão

Raquel Maciel
Projeto gráfico e diagramação

Todos os direitos reservados © Universidade do Estado do Amazonas
Permitida a reprodução parcial desde que citada a fonte

Esta edição foi revisada conforme as regras do Novo Acordo
Ortográfico da Língua Portuguesa

C741
2024

As comunidades rurais na história do Amazonas: da organização às
lutas/ Franco Lindemberg Paiva dos Santos e Johmara Assis dos Santos.
(Orgs.). – Manaus (AM): Editora UEA, 2024
183 p.: il., color; [E-book]. – (Coleção: Anpuh)
Formato PDF

ISBN: 978-85-7883-722-8

Inclui referências bibliográficas

1. História do Amazonas. 2. Região Amazônica. 3. Educação. I. Santos,
Franco Lindemberg Paiva dos (Org.). II. Santos, Johmara Assis dos (Org.).

CDU 1997 – 94(811.3)

Elaborada pela bibliotecária Sheyla Lobo Mota CRB11/ 484



*editora*UEA

Av. Djalma Batista, 3578 – Flores | Manaus – AM – Brasil
CEP 69050-010 | +55 92 38784463
editora.uea.edu.br | editora@uea.edu.br

Sumário

| 07 |

Prefácio

| 09 |

Apresentação

| 16 |

I - EDUCAÇÃO NAS COMUNIDADES RURAIS DO INTERIOR DO AMAZONAS

| 17 |

História da Educação no interior do Amazonas e os desafios do trabalho docente das zonas rurais do município de Itamarati

| 38 |

II - O MUNDO DO TRABALHO E AS QUESTÕES AMBIENTAIS NAS COMUNIDADES RURAIS AMAZÔNICAS

| 39 |

Uma sociedade “ictófila”: a pesca na história e na cultura amazônica

| 60 |

O trabalho de mulheres pescadoras artesanais de camarão em Parintins-AM

| 81 |

Territórios em disputa: populações tradicionais e áreas protegidas

| 102 |

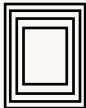
III - AS QUESTÕES SOCIAIS, POLÍTICAS E ECONÔMICAS NA HISTÓRIA DAS COMUNIDADES RURAIS AMAZÔNICAS

| 103 |

Organização social e política das comunidades rurais do Lago de Tefé (1971-1990)

| 122 |

Memória e narrativa sobre o Seringal de Santa Bárbara (Rio Purus-AM): construção e experiência de pesquisa



| 137 |

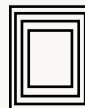
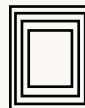
“A ALCOA ela fez muita coisa com nós, aí que foi formada essa associação da ACORJUVE, foi por luta”: memórias de luta pelos royalties contra a mineração em Juruti-Velho/PA

| 159 |

Interpretações sobre a política agrícola e fundiária no Amazonas através da imprensa na década de 1980

| 180 |

Sobre os autores



Coleção ANPUH-AM

Ao longo de toda a nossa gestão, buscamos incentivar um olhar ao mesmo tempo crítico e atento, criterioso e generoso para tudo aquilo que foi e vem sendo produzido sobre história no/do Amazonas. Da produção memorialística e laudatória até os dias atuais, nos mais diferentes espaços de sociabilidade intelectual do estado, a História, como disciplina e como campo de interesse, tem sido fundamental para pensar as identidades locais, suas relações com o nacional, bem como os projetos do tão propalado desenvolvimento aventados ao longo dos últimos tempos para o Amazonas e suas gentes.

Não à toa, o tema do VII Encontro Estadual de História é História do Amazonas: desafios e conexões. Desafios porque, claro, temos olhos voltados para o futuro. Esperançosos de que a interiorização da universidade pública siga dando frutos, multiplicando os temas, fontes e abordagens da historiografia amazonense. Ciosos também de que da articulação da comunidade historiadora brotem não apenas novos talentos individuais, professores-pesquisadores qualificados e competentes, mas igualmente – ou até principalmente – projetos coletivos capazes de dar conta da complexidade da tarefa em curso, da necessidade de revisitar os clássicos e superá-los (não em termos meramente cronológicos e qualitativos), tendo em vista as novas questões que se impõem [...] conexões porque entendemos que é preciso ainda nos expandir em várias direções: reforçar nossos vínculos com o

que se ensina e aprende – e com como se ensina e aprende História – no Ensino Básico, estabelecer diálogos mais críticos e criativos com as políticas de memória e patrimônio, com as novas tecnologias e as novas formas de divulgação histórica.

Por todas essas razões, concebemos e implementamos, através de edital, esta coleção de e-books. Ela não tem outras pretensões que não sejam atualizar o debate atual sobre os mais diversos temas de história e historiografia do Amazonas e, complementarmente, fazer chegar nas mãos dos professores da rede de Ensino Básico um material de fácil acesso, gratuito e de qualidade. É também um pontapé inicial, uma iniciativa que poderá ser replicada nas próximas gestões, de tal modo que possamos cumulativamente ampliar a produção e circulação de conhecimentos históricos no Amazonas.

Esperamos que as pesquisas reunidas em cada volume suscitem não apenas a apreensão curiosa dos leitores, mas também a produção de novos/outros trabalhos. Como qualquer coletânea, os textos podem ser lidos juntos ou separados e cada e-book pode ser aproveitado de acordo com os interesses de quem o consulta. Dessa forma, os capítulos podem ser recompostos e revirados. E todas as lógicas – e intensões iniciais dos autores – manejadas e reapropriadas pelos estudantes, professores e pesquisadores que com ela travarem contato. Desejamos a tod@s um excelente aproveitamento da nossa coleção.

Diego Omar da Silveira | Presidente da ANPUH-AM
Leandro Coelho de Aguir | Vice-presidente da ANPUH-AM



Criado no final do ano de 2022, com o objetivo de ser um espaço de debates e de produções acadêmicas sobre a historiografia das comunidades rurais amazônicas e os seus variados tipos de sujeitos, o Grupo de Trabalho “Comunidades Rurais na História do Amazonas” proporcionou oportunidades de encontros, estudos e produção acadêmica aos pesquisadores(as), que se debruçaram sobre temáticas relativas a esse campo de estudo historiográfico. Rapidamente, o grupo que iniciou com 5 pesquisadores teve o número de membros ampliado para 12 no final do primeiro ano. No primeiro ano de existência, além das pesquisas individuais - todos somos pesquisadores de Pós-Graduação Stricto Sensu e/ou professores da educação superior - conseguimos produzir uma relativa quantidade de estudos e pesquisas, que resultaram em produções e publicações concernentes à história desse tipo específico de sociedades amazônicas, além de produzirmos e participarmos de Seminários Temáticos em eventos ocorridos tanto locais como regionais e nacionais.

A ideia de criar um GT voltado para a pesquisa historiográfica sobre as comunidades rurais amazônicas nasceu de uma espécie de “sensação de isolamento” vivida pelos fundadores do GT na condução de suas atividades investigativas, ao se depararem com uma produção muito incipiente sobre esse tipo de sociedade regional, criando sérias barreiras ao diálogo acadêmico para eles.

Salientamos que tal observação não vem com a intenção de servir de crítica à produção historiográfica local, mas

sim como a sinalização e a demarcação de um território de pesquisas ainda pouco explorado pelos pesquisadores locais e que possui um enorme potencial em termos de objetos e caminhos de investigação científica. Sabemos dos enormes desafios que é produzir pesquisas históricas de qualidade em uma região tão plural em realidades humanas, ambientais e sociais quanto a Amazônica, e somos cientes de que, em nossas instituições de pesquisas, excelentes produções têm surgido nas últimas décadas, especialmente em campos como as sociedades indígenas, os mundos do trabalho, imprensa e a economia gomífera. Todavia, inúmeros são os outros campos de investigação historiográficos, onde ainda não foi possível um alcance satisfatório por parte dos pesquisadores locais, sendo o das comunidades rurais amazônicas, um desses.

Desde o momento de sua fundação, o GT Comunidades Rurais na História do Amazonas tem sido espaço para debates sobre conceitos como os de identificação tanto dessas comunidades como dos sujeitos que as compõem, a partir do viés da Cartografia Social de Alfredo Wagner, que prima pela autodeterminação. Também temos nos debruçado bastante sobre os mundos de trabalho e as relações de gênero nessas comunidades.

Nossas pesquisas ainda estão engatinhando, mas já vislumbramos alguns caminhos epistemológicos que têm servido de baliza para os nossos trabalhos, nos quais destacamos a ideia de que a classificação dessas comunidades como tradicionais não é a afirmação de que elas são os resquícios do passado, mas uma realidade que pode ser entendida no tempo e a partir de suas transformações, tensões e resistências. Também tem nos servido como referencial a ideia de que essas comunidades não podem ser vistas como um todo homogêneo, uma vez que constituem e são constituídas por sujeitos sociais que são atravessados por questões de classe, etnia, raça e gênero.

Entendemos que os estudos das comunidades rurais no Amazonas evidenciam o trabalhar com algumas problemáticas específicas, tais como os grandes projetos da Ditadura Civil-Militar na Amazônia, os impactos da mineração, construção de hidrelétricas, pesca comercial, exploração predatória de madeiras, falta de políticas públicas para áreas rurais, organização política, educação escolar, lutas, dentre outras problemáticas que não podem se ausentar de qualquer estudo que se proponha a entender a história dessas comunidades e seus sujeitos.

Após um ano de profundos debates, produções e eventos voltados à compreensão da realidade historiográfica das comunidades rurais amazônicas, em especial as do estado do Amazonas, associados às nossas pesquisas individuais, as quais também são pertencentes a este universo particular, podemos afirmar que encontramos, entre os membros desse GT, um número significativo de produções voltadas à compreensão do lugar das comunidades rurais na História do Amazonas.

Apresentamos à comunidade amazonense um pouco do que temos pesquisado e debatido dentro da área a fim a que se propôs, desde o início, o nosso GT. Acreditamos que esta obra é uma oportunidade ímpar, tanto para a nossa associação de historiadores, uma vez que teremos a oportunidade de apresentar trabalhos que irão colaborar com a pesquisa historiográfica local, como para o nosso GT, pois é mais um canal para divulgar e publicizar o que temos pesquisado e produzido dentro desse campo de atuação historiográfica que resolvemos priorizar, de modo também a ampliar o interesse de mais pesquisadores a se juntar ao grupo.

Dividido em três partes, nossa obra inicia apresentando um recorte da “educação nas comunidades rurais no interior do Amazonas”. Em seguida temos algumas análises acerca “mundos do trabalho e as questões ambientais nas comunidades rurais amazônicas”. E finalizamos com a discussão acerca “questões

sociais, políticas e econômicas na história das comunidades rurais amazônicas”.

No capítulo 1 – *História da educação no interior do Amazonas e os desafios do trabalho docente nas zonas rurais do município de Itamarati* -, buscando contribuir com a História da Educação no Estado do Amazonas, os pesquisadores Fernanda Quintino e Rosimario Quintino apresentam um texto que, ao mesmo tempo em que descrevem a organização da educação pública no município de Itamarati, interior do Amazonas, também denunciam os desafios do trabalho docente desenvolvido por professores e professoras que atuam nas zonas rurais do município, utilizando como fonte de pesquisa, além de livros, artigos, teses, dissertações, mapas e documentos institucionais, entrevistas com 44 professoras e professores que atuavam em comunidades rurais da localidade. Os autores afirmam que a história do trabalho das professoras e professores que atuam nas comunidades rurais do interior do Amazonas precisa ser registrada, analisada, problematizada e respeitada.

No capítulo 2 – *Uma sociedade “ictófila”: a pesca na história e na cultura amazônica* -, partindo da adjetivação de “ictófila” dada por Veríssimo (1895) para a população amazônica, Franco Santos nos apresenta uma síntese da participação da pesca na história e na composição da sociedade local, destacando o peso desta atividade em cada uma das etapas da trajetória histórica dessa região. São destacados os papéis que esta atividade desempenhou na Amazônia, desde os primórdios da ocupação humana regional, como pretexto para guerras, passando pelo período colonial como elemento estratégico e pelo período do *boom* da borracha, como importante item de abastecimento, chegando, finalmente, até os dias atuais, com os inúmeros conflitos surgidos em torno dela.

No capítulo 3 – *O trabalho de mulheres pescadoras artesanais de camarão em Parintins-AM* -, Everton Vieira e Raissa Lima analisam a luta cotidiana de mulheres das comunidades de São

Sebastião de Brasília e Santo Antônio de Catispera (Parintins – AM), na pesca do camarão. Nossos autores ressaltam que tal modalidade de pesca se configurou, por um bom tempo, como uma atividade exclusivamente feminina em comunidades marcadas por práticas de trabalho majoritariamente masculino. Portanto, este estudo, além de analisar um mundo de trabalho singular, ainda tece reflexões sobre o patriarcado num contexto amazônico.

No capítulo 4 – *“Territórios em disputa: populações tradicionais e áreas protegidas”* –, Luiz Souza analisa o processo de evolução das ideias ambientalistas e os seus desdobramentos práticos no território brasileiro com a criação das Unidades de Conservação, processo que será perpassado pela disputa entre conservacionistas e preservacionistas, com implicações práticas na vida das comunidades que serão atingidas pela criação destas UC. Esse autor também nos apresenta uma boa discussão sobre o papel das “populações tradicionais” dentre desse processo.

No capítulo 5 – *Organização social e política dos trabalhadores (as) do Lago de Tefé (1971-2002)* –, acompanharemos, neste texto, o trabalho de organização política e social de algumas comunidades no entorno do Lago de Tefé (Tefé-AM), a partir dos anos 1970. Ao fazer esta memória histórica, Johmara Santos nos apresenta algumas das principais lutas em que estas comunidades se envolveram, sempre capitaneadas por suas instituições organizacionais. Dos embates vividos por estas pessoas e suas organizações, destacamos as lutas pela terra e o combate à pesca predatória, preservando os estoques de peixes em condições de manter a subsistência de todos. É uma excelente amostra de como se deu o processo de organização das comunidades amazônicas a partir das experiências de homens e mulheres que viveram na região.

No capítulo 6 – *Memória e Narrativa sobre o Seringal de Santa Bárbara (Rio Purus-AM): Construção e Experiência*

de Pesquisa -, fugindo do estereótipo do “seringal genérico” descrito por Djalma Batista e por Arthur Reis, Fabiane Rebelo faz uma imersão na história de uma localidade chamada Santa Bárbara, que no passado foi o Seringal Santa Bárbara. Neste texto, nossa autora destaca a necessidade de se olhar para os aspectos sociais dos seringais amazônicos, além de ressaltar a importância de um olhar mais “capilarizado” e microscópico, a cada uma dessas localidades, ressaltando e preservando as suas particularidades.


No capítulo 7 – *“A ALCOA ela fez muita coisa com nós, aí que foi formada essa associação da ACORJUVE, foi por luta”*: memórias de luta pelos royalties contra a mineração em Juruti-Velho/PA -, Maiara Paes mostra a trajetória de luta dos trabalhadores das comunidades atingidas pelas atividades da mineradora ALCOA (*Aluminum Company of America*), em Juruti Velho, estado do Pará, através da Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho – ACORJUVE. A autora sintetiza a luta dessa comunidade a partir da trajetória de Cenira de Souza Camarão, uma senhora que ela entrevistou no trabalho de campo. Nesse texto, são evidenciadas, em uma única trajetória de vida, a organização e luta de uma comunidade, bem como questões ambientais, formas de resistências e questões de gênero.

No capítulo 8 – *Políticas agrícola e agrária no Amazonas através da imprensa (1970-1980)* -, através das páginas dos periódicos *Jornal do Comércio* e *Boletim MEB Regional Hoje*, Mônica Medeiros analisa a forma como foram construídas as políticas agrárias na região do Médio Amazonas, marcadas por um explícito favorecimento dos grandes empreendimentos capitalistas em detrimento da produção tradicional regional. Para ajudar na compreensão deste processo, nossa autora faz um apanhado histórico das grandes atividades econômicas desenvolvidas nesta região, mostrando que os grandes representantes do sistema capitalista sempre contaram com apoio das mais variadas esferas de governo, enquanto

os pequenos produtores sempre ficaram em segundo plano neste processo.

Essa é a primeira amostra das produções de um GT que tem muito a apresentar à comunidade acadêmica, seja pelo imenso campo de pesquisa que é a historiografia das comunidades rurais amazônicas, seja pelo muito que esse, ainda, pequeno grupo de estudos e pesquisas tem produzido. Pretendemos, com essa amostra, não apenas chamar a atenção da comunidade acadêmica para este campo da historiografia pouco explorado, mas, acima de tudo, sinalizar aos colegas que pesquisam esta mesma realidade/temática, que existe um espaço onde eles podem dialogar e compartilhar com pesquisadores que têm interesses, ideias e projetos comuns. Caso um dos leitores se interesse em conhecer o nosso grupo, fique à vontade para nos procurar.

Franco Lindemberg Paiva dos Santos



I
**EDUCAÇÃO NAS COMUNIDADES RURAIS
DO INTERIOR DO AMAZONAS**

História da Educação no interior do Amazonas e os desafios do trabalho docente das zonas rurais do município de Itamarati

*Fernanda Pinto de Aragão Quintino
Rosimario de Aragão Quintino*

Considerações iniciais

As pesquisas em história da educação no Brasil têm seu início com profissionais da área da Pedagogia, e não da História. Os investigadores-educadores, denominados assim, por Demerval Saviani, os pesquisadores em história da educação sem formação em História, têm buscado as bases teóricas para estabelecer um diálogo igualitário dos historiadores da educação com os historiadores de formação e ofício, movimento que não ocorre no sentido inverso, dos historiadores de formação e ofício para aproximar seus métodos e discursos dos historiadores da educação (Saviani, 2005).

O pesquisador Diego Souza (2023) afirma que houve um processo institucional de aceitação e interesse dos historiadores pelas pesquisas em História da Educação. De acordo com ele, no que se refere às pesquisas,

Sua gênese relacionada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1840; passando pela sua constituição enquanto disciplina no currículo das Escolas Normais do Rio de

Janeiro em 1928; seu redimensionamento a partir das pesquisas realizadas pelo grupo de estudos liderado pelo professor Laerte Ramos de Carvalho nos anos 1960, no âmbito da Universidade de São Paulo (USP); a criação dos programas de pós-graduação em Educação no fim dos anos 1960 e início dos anos 1970, além da criação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPed) em 1977; a criação do (GT) História da Educação, em 1984 e a criação da linha de pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil, que em 1991 se tornou o Grupo de Estudos e Pesquisas HISTEDBR; e em 1999 destaca-se a criação da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) de onde emergiu a Revista Brasileira de História da Educação, que começou a circular no primeiro semestre de 2001 (Kuhlmann Junior, 1999; Vidal; Faria Filho, 2003; Saviani, 2005; Monarcha, 2007 *apud* Souza, 2023, p. 14).

Desse modo, o autor supracitado afirma que o campo de investigação da História da Educação no Brasil é, atualmente, um campo fértil, possuindo inúmeros objetos de pesquisa, como os relacionados “às políticas públicas, formação de professores, práticas educacionais, instituições, saberes formais e informais, disciplinas escolares, materiais didáticos, agentes e outros” (Souza, 2003, p. 14).

É no campo temático da História da Educação que essa pesquisa se situa, trazendo como objetivo descrever a organização da educação pública no município de Itamarati, com foco nos desafios enfrentados pelos professores e professoras que atuaram nas comunidades rurais do município, entre os anos de 2010 e 2022. Utilizamos o termo “zonas rurais”, pois entendemos que as ruralidades que envolvem os municípios amazonenses não são homogêneas, representando a diversidade de ser, existir e resistir no tempo e no mundo da Amazônia amazonense rural.

A escolha do município em questão se deu inicialmente por já realizarmos pesquisas no local desde o ano de 2017, quando lá estivemos pela primeira vez, além de dados para a construção, escrita e publicação de artigos, capítulos de livros e um livro com textos das professoras e professores da primeira turma do curso de Pedagogia ocorrido no município, também nos possibilitaram a escrita de uma tese¹, apresentada em 2023 e uma outra em processo de conclusão².

Nosso interesse em pesquisar, analisar e buscar registrar a História da Educação e das professoras e professores de Itamarati se iniciou com a constatação da não existência de nenhum livro, pesquisa ou registro histórico acerca da história do município, tendo por consequência a falta de registro sobre a História da Educação do local e das suas professoras e professores, constatação ocorrida após buscas em bases de dados, bibliotecas virtuais, conversas com moradores do município e ex-moradores. Infelizmente, essa não é uma realidade exclusiva de Itamarati, há uma ausência de pesquisas históricas sobre muitos municípios do interior do Amazonas e, se tratando da História da Educação e de comunidades rurais, temos um vazio historiográfico ainda mais profundo.

1 A tese em questão é a pesquisa realizada pela professora doutora Fernanda Pinto de Aragão Quintino, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (PPGE/UFAM) entre os anos de 2018 e 2023, intitulada “Políticas Públicas de Formação de Professores: o Parfor e as mudanças objetivas e subjetivas na vida dos trabalhadores docentes em Itamarati-AM”, sob a orientação da professora doutora Arminda Rachel Botelho Mourão.

2 A escrita da tese em questão é fruto da pesquisa que está em andamento, realizada pelo doutorando Rosimario de Aragão Quintino, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (PPGE/UFAM), iniciada no ano de 2020, sob a orientação da professora doutora Pêrsida Ribeiro Miki, com o título inicial: Educação e desenvolvimento regional no interior do Amazonas: o papel da educação para formação do município de Itamarati-AM.

As fontes que foram utilizadas nessa pesquisa foram livros, artigos, teses, dissertações, documentos institucionais, entrevistas e imagens que nos auxiliaram na construção de uma narrativa sobre a educação em Itamarati, ainda não existente no campo na História, e que junto às outras poucas publicações acerca da História da Educação do município (a maioria feita pelos autores da presente pesquisa), busca visibilizar essa temática nas zonas rurais do município em questão, a partir das experiências das professoras e dos professores que atuam nas comunidades rurais pertencentes ao município.

Utilizamos como perspectiva a história regional e local, que possibilita a superação de abordagens generalizantes e homogeneizantes. Neves (2002) destaca que, nessa perspectiva, o espaço torna-se de fundamental importância para a análise, apresentando uma proposta de pesquisas das atividades de comunidades integradas em um espaço, ligado por afinidades territoriais, consanguíneas, políticas, culturais e econômicas, com vistas à percepção de viveres e saberes que outras perspectivas e análises de abrangências espaciais mais amplas não permitiriam. Apoiados na abordagem da história regional e local, analisamos fontes primárias e secundárias, obtidas a partir de levantamento bibliográfico, pesquisa de campo, pesquisa documental e da cartografia social, fundamentando a pesquisa a partir de pressupostos teóricos e metodológicos da historiografia.

O historiador francês Marc Bloch destacou, em meados do século XX, que a história são todas as ações humanas ao longo do tempo, conceituando-a como “o estudo do homem no tempo” (Bloch, 1997, p. 55). Porém, com os avanços ocorridos no campo da história ao longo do século XX, essa conceituação foi ampliada, em concordância com Barros (2005, p. 97), ao afirmar que a “História é o estudo do homem no *Tempo* e no *Espaço*”, o que possibilita a compreensão de que cada local possui o seu próprio percurso histórico, com suas particularidades,

especificidades, singularidades, similaridades, mudanças, permanências, articulações e influências, que não ocorreram do mesmo modo que outros locais, fazendo com que cada local possua a sua própria historicidade.

Buscando melhor sistematizar a escrita do presente capítulo, o dividimos em 3 seções. Na introdução, primeira seção, fazemos: a contextualização da pesquisa; a justificativa; a metodologia; o recorte temporal e geográfico. A segunda seção traz a descrição organizativa da educação pública no município de Itamarati, com dados recentes acerca das escolas, dos docentes e um curto histórico da formação inicial de professores, ocorrida no município ao longo da sua institucionalização. A terceira seção é o aprofundamento do objetivo da pesquisa, onde mostramos como a educação nas zonas rurais do município se organiza, como funciona o trabalho docente nesses territórios das águas, alagados e florestas, e os desafios enfrentados pelos docentes que atuam/atuaram nessas localidades, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

O município de Itamarati e a organização da educação pública

O estado do Amazonas possui a maior extensão territorial em relação aos outros estados brasileiros, possuindo 1.559.167,878 km² (IBGE, 2022). Itamarati é um dos 61 municípios que compõe o interior do estado, distante cerca de 983 quilômetros da capital, Manaus. Localizado na região sudoeste do Amazonas, o município faz limite com os municípios de Tapauá, Carauari, Eirunepé, Lábrea, Pauini, Envira e Jutai. Na imagem abaixo, temos uma fotografia aérea do município de Itamarati, feita com o uso de um drone:

Figura 1 - Imagem aérea da sede do município de Itamarati



Fonte: Antônio Alcenir de Azevedo Gestruide (2021)

As especificidades geográficas da localidade fazem com que, vista de cima, a cidade se apresente com uma ilha, devido ao seu isolamento territorial, circundada pelo rio Juruá, não sendo possível o deslocamento por terra para outros municípios. A imagem acima mostra quase toda a sede do município, indo até a estrada do aeroporto, que é a mesma que leva até algumas das poucas comunidades da zona rural, acessadas por terra.

Itamarati foi emancipada do município de Caruarari de forma definitiva no 1º de janeiro de 1983, contudo, o município já teve outra emancipação no ano de 1961 (Amazonas, 1961), inserida no contexto de proliferação de emancipação dos municípios no Brasil, com a promulgação da Constituição de 1946, que objetivava, segundo Meireles (1998), restabelecer a autonomia e a independência de estados e municípios após o Estado Novo Vargasista, visando à descentralização administrativa e à igualdade na distribuição de poder no país (Quintino, 2023).

As mudanças promovidas pela Constituição de 1946 referente à criação de municípios possibilitaram ao Amazonas ter mais de 300 municípios, além de inúmeros outros que tiveram seus nomes citados em edições do Diário Oficial do

Amazonas, porém, não tiveram a existência deles confirmada. E a grande quantidade de municípios que foram criados entre o fim do Estado Novo e o início da instauração da Ditadura Civil-Militar não foi um fato exclusivo do estado do Amazonas. No mesmo período, foram acrescentados ao Brasil 2.379 municípios novos, chegando ao número de 151% de aumento em menos de 30 anos, mesmo excluindo-se dessa conta os mais de 250 municípios criados no Amazonas que não ficaram registrados na história oficial (Dutra e Pereira, 2018).

Itamarati foi, assim, um dos municípios extintos no estado e reintegrado ao município de Carauari, tendo a sua segunda emancipação ocorrida apenas 19 anos depois da sua extinção, em 1º de janeiro de 1983 (Amazonas, 1964).

No que se refere ao panorama atual da educação pública no município, no ano de 2022 havia na sede do município 07 escolas, das quais duas pertenciam à rede estadual de educação e outras 05 escolas pertencentes à rede municipal. As duas únicas escolas estaduais que estão em funcionamento no município ficam na sede do município, não há escolas estaduais na zona rural em funcionamento em Itamarati, contudo, devido aos “arranjos” institucionais, comuns a quase todos os municípios para levar aulas às comunidades rurais, onde o espaço de funcionamento da escola municipal, durante o dia, abriga os materiais para a transmissão das aulas via satélite, fornecidas pela Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar-SEDUC, no período da noite.

As escolas estaduais que funcionam na sede do município são: Escola Estadual Francidene Soares Barroso e a Escola Estadual Santos Dumont, sendo a primeira situada no centro da cidade, única com Ensino Médio no município - atualmente funciona com o ensino integral. Na comunidade Morada Nova, localizada no Rio Xeruã, ocorrem aulas mediadas por uma tecnologia que utiliza o mesmo cadastro do INEP da Escola Estadual Francidene Soares Barroso, mas, no Catálogo de

Escolas do INEP, ela aparece com o registro do Centro de Educação Indígena Itamarati, da rede estadual de ensino, voltada às aulas da Educação de Jovens e Adultos. A outra escola estadual fica localizada no centro da cidade e oferece Ensino Fundamental regular e na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Quintino, 2023).

As escolas municipais que estavam ativas em 2022, na sede do município, são as seguintes: Escola Municipal Padre Guilherme Burmanje, Escola Municipal Professor Magide Teixeira de Paula, Escola Municipal Francisca Gomes Lobo, Escola Municipal Juraci Fernandes de Oliveira e a Creche Municipal Santa Luzia, totalizando 05 escolas.

Referente ao Ensino Superior, é importante registrar que, até o presente ano de 2024, não há no município campus ou centros de universidades públicas ou privadas. Contudo, de acordo com informações fornecidas pela Secretaria de Educação do município, só houve até dezembro de 2022 a conclusão de 07 turmas com cursos de Nível Superior, que ocorreram na própria cidade, de forma concentrada, ou modular, como podemos ver na tabela a seguir:

Quadro 1 - Cursos superiores realizados e já concluídos em Itamarati-AM

Nº	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO	ANO
1	Normal Superior (modular)	UEA	2001/2004
2	Normal Superior (modular)	UEA	2005/2008
3	Tecnologia em Produção Pesqueira (modular)	UEA	2015/2018
4	Gestão Ambiental (modular)	UEA	2014/2018
5	Licenciatura em Letras (modular mediado por tecnologia)	UEA	2016/2019
6	Licenciatura em Matemática (modular mediado por tecnologia)	UEA	2010/2015
7	Licenciatura em Pedagogia (PARFOR)	UEA	2016/2022

Fonte: Quintino, 2023

Quintino (2023) destaca a importância da UEA com o seu funcionamento multicampi para a formação inicial de professores no estado do Amazonas, uma vez que a instituição foi a responsável por todos os cursos realizados e concluídos no município até 2022 (em 2019, a UFAM iniciou uma turma do curso de Licenciatura em Pedagogia pelo PARFOR no município). Na próxima seção, veremos a organização da educação na zona rural do município e alguns dos desafios enfrentados pelas professoras e pelos professores que atuam nesses locais.

A educação nas zonas rurais de Itamarati

Os dados que aqui estão presentes são referentes ao funcionamento das escolas nas zonas rurais do município de Itamarati no ano de 2022, que possuíam 32 escolas funcionando em comunidades e aldeias indígenas na zona rural do município,

informação presente no site do censo e confirmada por documentos fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Itamarati, constando haver 12 escolas na parte de baixo do rio Juruá, 12 na parte de cima, com mais 08 escolas indígenas. A partir de documentos fornecidos por uma representante da SEMED/Itamarati, temos abaixo um quadro com os nomes de cada uma das 22 escolas e as comunidades das zonas rurais do município onde elas funcionavam, bem como a parte do rio onde se situavam, em relação ao município:

Quadro 2 - Escolas da zona rural de Itamarati-AM (2022)

COMUNIDADE	ESCOLA	RIO
Papagaio	São Francisco do Canindé	Baixo
Quirirú	Major Maia	Baixo
Dona Nenê	Helena Pereira de São Bento	Baixo
Boa Vista	São Matheus	Baixo
Buriti	São Lucas	Baixo
São José	São José	Baixo
Vila Martins	Fernando Galdino Rodrigues	Baixo
Conceição do Raimundo	Coronel Nilo Pinheiro	Baixo
São Braz	Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	Baixo
Monte Carvalho	Santa Luzia	Baixo
Tambaqui	Santo Antônio	Baixo
São Sebastião	São Sebastião	Baixo
Dedejá	Maria Brito Lobo	Cima
Caititu	Raimundo Bernardo de Oliveira (Dona Pretinha)	Cima
Canta Galo	Bom Pastor	Cima
Walterbury	Nossa Senhora de Nazaré	Cima
Refúgio	Alberto Andrade	Cima

Cúbio	Ozório Cavalcante	Cima
Monte Calebre	Monte Calebre	Cima
Gaviãozinho	Santa Terezinha	Cima
Aracú	Taveira Leite	Cima
Curinga	Curinga	Cima
Mamoal	Nossa Senhora de Fátima	Cima
Soriano	Manoel Sampaio de Araújo	Cima

Fonte: SEMED/Itamarati (2023)

Sendo possuidor de especificidades inerentes às suas realidades regionais e naturais, o Amazonas é completamente perpassado por rios que determinam, inclusive, o funcionamento de escolas, o transporte entre as localidades tem uma relação com a natureza diferente de outros estados e, assim como em outros municípios do interior do estado, as comunidades rurais de Itamarati são formadas, em sua maioria, por grandes famílias, que têm um chefe/líder - geralmente o membro mais antigo ou o mais atuante, no que diz respeito às ações de benfeitorias na comunidade, como reforma nas escolas, merenda e material escolar, combustível para moradores que precisam ir até a sede do município, etc., conseguidas através de negociações com o poder executivo e legislativo local. É importante destacar aqui que essas comunidades também se desfazem quando ocorre a migração das famílias para outras comunidades ou, principalmente, para a sede do município.

Quintino (2023) afirma que essas migrações se dão devido a diversos fatores, tais como: os naturais (pouco peixe, cheias ou secas severas e falta de alimentos); os econômicos (a maioria vive de algum tipo de benefício social, sendo a aposentadoria e o Bolsa Família os principais deles); os ligados à busca por serviços de saúde (quando um dos membros que detém a base do sustento da família adoece gravemente e precisa ir morar próximo a um hospital, na sede do município, a família

vai junto). Essas migrações levam ao fenômeno comum em muitas zonas rurais do Amazonas, que é o sumiço de algumas comunidades no espaço que os definia enquanto comunidade, fazendo com que a escola que lá funcionava seja desativada, pois sem aluno não há escola.

O trabalho docente no contexto amazônico também é regido pelo movimento dos rios (a dialética da natureza), onde o trabalhador constrói e reconstrói as suas relações de trabalho e de vida, e muito embora os movimentos das águas ditem as relações de trabalho e os ritmos de vida no interior do Amazonas, se faz necessário compreender que, no contexto amazônico, a natureza é utilizada como desculpa ou inimiga das concepções de desenvolvimento, sendo responsabilizada pela descontinuidade de políticas públicas efetivadas e pelas contradições do modo de produção capitalista, evidenciadas através das relações assalariadas, ligadas ao contexto educacional municipal (Garcia, 2006).

Entre as muitas comunidades que existem nas zonas rurais de Itamarati, temos, também, as comunidades/tribos indígenas (assim denominadas pelos seus moradores) que estão presentes no município, correspondendo a três etnias: os Deni, os Kanamari e os Kulina. Abaixo, trazemos um quadro com os nomes das escolas que funcionam em cada uma das comunidades indígenas a que pertencem, bem como o número do decreto com a data de criação delas.

Quadro 3 - Escolas Indígenas de Itamarati (2022)

COMUNIDADE	ESCOLA	DECRETO DE CRIAÇÃO (MUNICIPAL)
Terra Nova	Esc. Mun. Indígena Marianu Deni	Nº 489 de 13/10/2017
Nova Morada	Esc. Mun. Indígena Asahira Maka Deni	Nº 552 de 10/06/ 2020
Morada Nova	Esc. Mun. Indígena Marahi Deni	Nº 477 de 13/10/2017
Boiador	Esc. Mun. Indígena Seruha Deni	Nº 478 de 13/10/2017
Itauba	Esc. Mun. Indígena Buturú Deni	Nº 551 de 10/06/2020
Santa Luzia	Esc. Mun. Indígena Kaimô Kanamari	Nº 475 de 13/10/2020
Flexal	Esc. Mun. Indígena Maihã Kanamari	Nº 470 de 10/06/2020
São João	Esc. Mun. Indígena Tairô Kanamari	Nº 550 de 10/06/2020

Fonte: SEMED/Itamarati (2023)

Apesar da data dos decretos de criação das Escolas Municipais Indígenas ser recente, as aulas já ocorriam nas comunidades antes dos decretos entrarem em vigor. De acordo com entrevistas realizadas com professores indígenas do município, as aulas ocorrem primeiro na língua materna de cada etnia e depois em português, os materiais didáticos disponíveis nas escolas são livros em português, sendo necessário que os próprios professores façam a tradução quando preparam as aulas. De acordo com as informações fornecidas pelas SEMED/Itamarati, em 2022 havia 40 trabalhadores da educação entre professores e auxiliares em atuação na educação indígena no município, e 815 alunos frequentavam as escolas. Os materiais não adaptados à língua dos professores e alunos

indígenas, constituem ao nosso ver, um dos maiores desafios enfrentados por esses trabalhadores, junto ao fato do currículo e dos conteúdos não atenderem às necessidades e realidades histórico-culturais deles.

Buscando entender alguns dos desafios enfrentados pelas professoras e pelos professores que atuavam na educação nas comunidades rurais pertencentes ao município de Itamarati, a partir da percepção deles, realizamos entrevistas com profissionais que atuaram entre os anos de 2017 e 2022 nessas comunidades. Essas entrevistas foram realizadas de forma escrita e oral, tendo em vista que os pesquisadores não dominavam (e ainda não dominam) a escrita da língua materna de alguns dos professores indígenas entrevistados que falavam o português, mas escreviam em sua língua de origem.

Buscando entender alguns dos desafios enfrentados na realização do trabalho docente nas zonas rurais de Itamarati, realizamos entrevistas com 44 professoras e professores em atuação na Educação Básica no ano de 2017, sendo repetida a mesma entrevista com 42 participantes da primeira, dessa vez em 2022. Recebemos inúmeros relatos de situações de descaso do Poder Público Municipal com as professoras e os professores, entre as situações que nos chamaram mais a atenção estão as seguintes:

- As grandes distâncias enfrentadas pelas professoras e os professores para chegar até o seu local de trabalho, tendo comunidades que se localizam até 3 dias de barco de distância da sede do município (e todos as professoras e professores que atuam nas comunidades rurais, exceto os indígenas, moravam na sede do município). Esse fato fazia com que esses trabalhadores passassem meses sem ver a família, devido à falta de dinheiro para colocar combustível nos barcos que os levavam até a sede do município;

- A enorme quantidade de tempo distante da família, devido às poucas possibilidades de transporte para deslocamento entre a sede do município e as comunidades rurais onde trabalham;
- A falta de formação inicial e continuada dos professores para atuar nas zonas rurais e o desafio das turmas multisseriadas, com exceção dos professores indígenas que possuíam o curso de Magistério Superior Indígena Pirayawara³, os não indígenas não possuíam curso superior;
- A alta rotatividade de professoras e professores no trabalho docente nas comunidades, devido aos vínculos precários de trabalho, tendo em vista o grande número de funcionários em regime de trabalho temporário e os escassos concursos públicos com vagas para professores no município⁴;
- As péssimas condições estruturais das escolas rurais, alguns funcionavam em casas alugadas e adaptadas para as aulas, mas precisando de reformas e

 3 Projeto Pirayawara foi criado no ano de 1998 no Estado do Amazonas, em sequência à aprovação da LDB em 1996, tendo como objetivo possibilitar à população indígena condições de acesso e permanência na escola no Ensino Fundamental nas áreas indígenas, mas uma educação específica, diferenciada, bilíngue e intercultural que atendesse às necessidades educacionais e anseios dos povos indígenas. O curso tinha em sua versão inicial 5.600 horas e certificava seus participantes com o Ensino Fundamental Supletivo e Ensino Médio/Normal, sob a coordenação da SEDUC/AM e a infraestrutura, a cargo das secretarias de educação de cada município (Governo do Estado do Amazonas, 1998).

4 Em 2022, foi realizado um concurso público da Prefeitura Municipal de Itamarati para o preenchimento de 150 vagas em diversos setores da administração municipal. O edital (Nº 003/2019) para esse concurso saiu em dezembro de 2019, mas, devido às medidas sanitárias de prevenção a covid-19, foi adiado e depois suspenso, uma vez que as restrições e o distanciamento social impediram a aplicação da prova. Entre os aprovados, 16 dos entrevistados passaram para o cargo de pedagogo e 10 em cargos para funções técnicas (Quintino, 2023).

- manutenção, faltando, inclusive, cadeiras para atender à idade das crianças que estudavam nessas localidades;
- A ausência de material escolar adequado à realidade das comunidades, que associado à falta de formação inicial e continuada dos profissionais dificultava bastante a prática docente e o estímulo ao interesse dos alunos nas aulas que tinham temáticas extremamente alheias às suas realidades;
 - A ausência de merenda escolar, atrativo para a maioria dos alunos que vivem em situação de extrema pobreza e, no caso das escolas indígenas, quando há merenda não são levados em consideração os hábitos alimentares das comunidades, com excesso de produtos industrializados, destoantes dos seus costumes;
 - A inexistência de residência para receber as professoras e os professores nas comunidades durante o período letivo, o que levou alguns deles a se hospedarem na casa de moradores das comunidades ou ficar morando na escola, sem nenhum tipo de estrutura, como água encanada, banheiro, energia elétrica, etc.;
 - O baixo salário, aliado a falta de alimentos e produtos de subsistência nas comunidades rurais, o que levou uma parte dos entrevistados a registrar a fome como um desafio no trabalho docente no interior do estado;
 - Interferência da política local nas relações de contratação e demissão no trabalho docente nas zonas rurais;
 - O acúmulo de funções desempenhadas nas escolas das comunidades rurais, onde devido à falta de outros profissionais para atuar na escola, as professoras e professores realizam atividades de limpeza e conservação do local, preparam merenda (quando tem), fazem reparos e são segurança do patrimônio

público, por morarem na escola durante o ano letivo. É preciso também destacar que, algumas vezes, a família do docente vai com ele para o local de trabalho, ficando semanas ou meses sem voltar à sede do município e o trabalho desses familiares na escola não é remunerado.

A descrição desses desafios ao trabalho docente nas comunidades rurais de Itamarati nos dá um panorama das realidades enfrentadas historicamente pelos habitantes dessas comunidades e que mesmo com inúmeros avanços nas comunicações, nos serviços e tecnologia, há um projeto político de isolamento e apagamento das comunidades que ficam distantes dos espaços das urbanidades. Segundo Fernanda Quintino (2023, p. 172-173),

O acúmulo de funções é característica comum no trabalho de professores que atuam nas salas de aula com turmas multisseriadas nas comunidades do interior do Amazonas. A precarização do trabalho docente, fruto da política neoliberal, também se dá nos desvios e acúmulos de função não remuneradas que ocorrem cotidianamente nesses espaços e que são ignoradas pelos gestores e silenciadas pela necessidade de um salário para sobreviver, como fazer merenda, a limpeza, a segurança, realizar consertos e reformas na escola e desenvolver quase todos os materiais didáticos utilizados nas aulas. Para Santos e Moura (2010), esse acúmulo de tarefas que os professores desempenham acaba por se transformar em representações sociais negativas do trabalho docente, ou seja, gera desvalorização social da profissão. A necessidade de aplacar a fome e as necessidades de sobrevivência própria e da família obriga esses professores a passar por tais situações.

O trabalho das professoras e dos professores que atuam nas zonas rurais de Itamarati é extremamente precarizado, desde o transporte da sede do município até a localidade onde exercem sua função, se estendendo a longa permanência compulsória no local de trabalho. Vimos que, numericamente, as escolas situadas nas zonas rurais do município são superiores em relação às situadas na sede do município, contudo, esse dado não se reflete na qualidade das instalações das primeiras, mas nos desafios enfrentados pelos profissionais que atuam nessas áreas.

Considerações finais

Conhecer as realidades do funcionamento da educação pública em Itamarati nos auxilia na compreensão acerca dos desafios enfrentados pelas professoras e professores que trabalham nas comunidades rurais do município. O panorama aqui apresentado é um retrato do funcionamento do trabalho precarizado dos docentes atuantes nas regiões interioranas do Amazonas, notadamente nos territórios mais afastados das sedes dos municípios. São histórias não contadas, a partir de um projeto político do não registro das histórias dessas comunidades e do trabalho desses profissionais, é um projeto silencioso de apagamento.

Esperamos que as ausências de pesquisas históricas sobre os municípios do interior do Amazonas, que não são um local privilegiado do interesse acadêmico, principalmente se tratando da História da Educação e das comunidades rurais- e o vazio historiográfico que mencionamos no início do texto-, seja preenchido com pesquisas e iniciativas de grupos de estudo, como o Grupo de Trabalho “Comunidades Rurais do Amazonas”, que tem se dedicado a discutir, visibilizar e disibilar a existência, as transformações e a história desses espaços e seus habitantes, nos processos de construção,

reconstrução, existência e resistência ao longo do tempo e do espaço. Desse modo, buscamos contribuir para a compreensão de aspectos relativos à História da Educação no interior do Amazonas e às especificidades relativas à história regional e local da Amazônia amazonense, interiorana e rural.

Para a história regional e local, o espaço não é percebido como algo fixo, invariável e não sujeito a mudanças, mas construído pelos mais diferentes sujeitos que o utilizam, possibilitando a análise de práticas culturais específicas de determinada região/localidade, permitindo, assim, a percepção das particularidades e especificidades de práticas de certos lugares, o que a diferencia – ou aproxima – de outros lugares.

Ao constatarmos que muitas comunidades rurais “desaparecem” dos espaços onde surgiram, é preciso não aceitar simplesmente que elas são desfeitas, é necessário questionar a ausência de políticas públicas assistenciais que garantam aos moradores dessas localidades permanecerem em seus territórios, tendo a garantia do acesso à saúde de qualidade, ao trabalho, à subsistência, à educação, e ao saneamento básico, no lugar onde habitam. Somente assim, esse movimento de “fuga” para as comunidades maiores ou para a sedes dos municípios podem cessar e os habitantes de comunidades rurais no Amazonas vão poder continuar existindo em seus territórios.

A história do trabalho das professoras e professores que atuam nas comunidades rurais do interior do Amazonas precisa ser registrada, analisada, problematizada e respeitada. Esperamos que a pobreza extrema que obriga muitos docentes a se sujeitarem ao trabalho precarizado e humilhante na docência nas zonas rurais seja superada, a partir do acesso a políticas sociais que atendam esses sujeitos, e que a partir de pesquisas desenvolvidas acerca dessas realidades, a exploração desses trabalhadores que atuam nas comunidades rurais seja denunciada, para que atitudes sejam tomadas, visando resolver essas situações que perpassaram gerações.

- AMAZONAS. Lei nº 1, de 12 de abril de 1961. Cria novos municípios no Estado do Amazonas e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*, 13 de abril de 1961. p. 1.
- AMAZONAS. Lei nº 41, de 24 de julho de 1964. Extingue municípios e dispõe sobre o destino de seus bens. *Diário Oficial do Estado*, 25 de julho de 1964. p. 1.
- BARROS, J. C. D. História, Região e Espacialidade. *Revista de História Regional*, [S. l.], v. 10, n. 1, 2007. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2211>. Acesso em: 11 abr. 2024.
- BLOCH, M. *Apologia da História*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- DUTRA, M. J. L.; PEREIRA, H. S. Formação de municípios no Amazonas após a Constituição Federal de 1946: fragmentos de uma história interrompida e esquecida. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 20, n. 1, jan.-abr. 2018, São Paulo. p. 51-68.
- GARCIA, F. M. *Processos socioculturais da implementação de programas de informatização em escolas públicas: o caso do PROINFO MEC em Manaus, 1998-2004*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. Instituto de Ciências Humanas e Letras. UFAM. Manaus-AM, 2006. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/2275>. Acesso em: 02 mar. 2024.
- GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino. *Projeto Pira-Yawara: Programa de Formação de Professores Indígenas no Estado do Amazonas*. Manaus-AM, 1998. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/projeto_pira-yawara-programa-de-formacao-de-professores-indigenas-no-estado-do-amazonas. Acesso em: 22 jul. 2021.
- IBGE. *Cidades Amazonas*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/panorama>. Acesso em: 01 ago. 2022.
- MEIRELES, H. L. *Direito Municipal Brasileiro*. 11. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1998.
- NEVES, E. F. *História regional e local: fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade*. Feira de Santana: UEFS Editora; Salvador: Arcádia, 2002.



- QUINTINO, F. P. A. *Políticas públicas de formação de professores: o PARFOR e as mudanças objetivas e subjetivas na vida dos trabalhadores docentes em Itamarati-AM*. 2023. 223 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus-AM, 2023. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/9416>. Acesso em: 05 mar. 2024.
- SAVIANI, D. Ensino, pesquisa e organização na formação do campo da história da educação brasileira. In: MONARCHA, C. (org.). *História da Educação brasileira: formação do campo*. 2. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2005. cap. 2, p. 47-114.
- SOUZA, D. P. *O ensino de história regional e local nos anos finais do ensino fundamental da SEMED/Manaus: da criação à extinção de Fundamentos de História do Amazonas*. 2023. 199 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação - Universidade Federal do Amazonas, Manaus-AM, 2023. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/9455>. Acesso em: 05 mar. 2024.

II
**O MUNDO DO TRABALHO E AS
QUESTÕES AMBIENTAIS NAS
COMUNIDADES RURAIS AMAZÔNICAS**



Uma sociedade “ictófila”: a pesca na história e na cultura amazônica

Franco Lindemberg Paiva dos Santos

Considerações iniciais

A pesca sempre teve um papel de destaque entre as principais fontes de proteína animal para os grupos humanos. Mas, em poucas partes de nosso planeta, esta atividade ocupou tanto espaço na história e na economia das sociedades humanas como na Amazônia. Importantes trabalhos historiográficos (Lathrap, 1975; Meggers, 1987; Porro, 2017), mesmo não elegendo a pesca como seu objeto principal, têm mostrado a essencial contribuição das atividades pesqueiras para a instalação, consolidação e crescimento dos mais variados agrupamentos humanos, que foram se formando ao longo da história dessa região.

Em uma região como a Amazônia, entrecortada por um labirinto de rios, lagos, furos e igarapés, onde, até menos de meio século atrás, as principais vias de comunicação eram somente as fluviais, não seria de se estranhar que tudo o que fosse relativo ao ambiente aquático, como a atividade pesqueira, tivesse um papel de destaque na história dos povos que a habitaram. Em cada momento da trajetória da ocupação humana desta região, vamos encontrar sempre um enorme espaço ocupado por tudo o que tem relação com o ambiente

das águas, especialmente a pesca, ao ponto de Veríssimo (1895) classificar os povos desta região como “ictófilos”⁵. Será este peso da pesca na história das sociedades amazônicas que vamos analisar com calma nas páginas a seguir.

Amazônia pré-colonial: fartura e conflitos por água

Entre a segunda metade do século XVI e a primeira do século XVII, a Amazônia foi palco de três grandes expedições exploradoras⁶, que percorreram o grande rio Amazonas, visando conhecer o potencial desta região e descobrir algo que pudesse sustentar uma empresa colonial na região. Todas essas aventuras deixaram, por meio de seus cronistas⁷, uma farta descrição de como era esta região naquele momento. Comum a todas essas narrativas, além da extensão do rio e da grandiosidade da natureza, estão a elevada concentração populacional na várzea do rio Amazonas, com aglomerados populacionais de grandes dimensões; a sofisticada organização socioeconômica⁸ destas comunidades; a fartura de alimentos encontrados nas poucas comunidades onde, por hospitalidade ou invasão, estes aventureiros conseguiram aportar.

Porém, quando os estudos arqueológicos sobre a Amazônia começaram a se consolidar, a partir dos anos

5 Amantes de peixes.

6 No século XVI, tivemos a expedição espanhola de Francisco de Orellana (1541-1542) e a expedição espanhola de Pedro de Ursúa e Lopo de Aguirre (1559-1561); no século XVII, tivemos a expedição portuguesa de Pedro Teixeira (1637-1639).

7 Da expedição de Orellana, tivemos o Frei Gaspar de Carvajal; da expedição Ursúa/Aguirre, tivemos, dentre outros, Francisco Vásquez, Gonzalo de Zúñiga, Pedro de Munguia e Capitão Altamirano; de Pedro Teixeira, tivemos Cristóbal de Acuña.

8 Na atualidade, estas sociedades são denominadas de cacicados complexos. Onde já era possível notar uma estrutura estatal bem consolidada e em processo de aperfeiçoamento.

1940⁹, os pesquisadores desta época passaram a considerar as narrativas dos primeiros cronistas inverossímeis pois, dentro do que as pesquisas apontavam naquele momento, era impossível ter existido aglomerados populacionais de tão elevadas dimensões, nas várzeas do rio Amazonas. Contribuíram para essas conclusões, a falta de “vestígios” dessas comunidades, somados a analogias inapropriadas, com as modernas comunidades indígenas encontradas nesta mesma região, além da presença de paradigmas equivocados sobre a Amazônia pintada como um ecossistema hostil, que oferecia enormes obstáculos à fixação humana (Carneiro, 2013, 2015; Moraes, 2013; Neves, 1999, 2000).

Será somente a partir do final dos anos 1980, com trabalhos como os de Anna Roosevelt (1989), que evidências concretas da existência destas grandes comunidades indígenas começaram a ser encontradas, corroborando o que esses primeiros viajantes haviam afirmado. Do conjunto de sítios arqueológicos encontrados e estudados a partir desta década, um dos mais elucidativos, é denominado de Hatahara, no município amazonense de Iranduba, bem próximo à Manaus.

Nesta localidade, as pesquisas conduzidas pelo arqueólogo da USP Eduardo Góes Neves descobriram uma comunidade que ocupava uma área contínua de aproximadamente 20 hectares, maior do que muitas comunidades amazônicas atuais.

Além da grande dimensão, os vestígios botânicos e alimentares encontrados em Hatahara apontam na direção de que era grande a oferta de alimentos à população que habitou este local.

Da equipe chefiada por Neves, destacamos o trabalho desenvolvido pela zooarqueóloga Gabriela Prestes Carneiro *et al.* (2015). Carneiro, ao estudar os mais de 10 mil vestígios

9 Destacamos trabalhos como os de Julian Steward, *Handbook off South American Indians*, 1940-1947, e o conceito de cultura de floresta tropical e o seu determinismo ambiental.

animais encontrados em Hatahara, descobriu que mais de 80% deles era de peixes, com 17% de quelônios e répteis e, apenas 3% de pequenos mamíferos e roedores como pacas e cutias.

A partir de Hatahara, temos a confirmação dos principais pontos afirmados pelos primeiros cronistas: uma várzea amazônica densamente povoada; comunidades bem estruturadas e ocupando uma grande área construída; abundante oferta de alimento para estas comunidades, especialmente peixes.

Além de achados arqueológicos confirmando as primeiras crônicas sobre as comunidades amazônicas, importantes trabalhos antropológicos, como o de Antônio Porro (2017), apontam na direção de que os atuais povos indígenas que habitam a várzea do rio Amazonas e demais grandes rios regionais, não são descendentes das comunidades encontradas pelos primeiros viajantes europeus. Estes vieram da região de terra firme, ocupando o espaço vazio deixado pelas populações originais, após a acelerada redução populacional das primeiras décadas de conquista.

A importância da pesca nestas comunidades pré-coloniais é tamanha, que o peixe, além de servir para a alimentação da população que as habitavam, também entrava na rota de comércio destes povos, como vemos nesta passagem: [...] *Em cada povoado [...] muitas casas cheias de peixe seco que eles levavam a vender pelos sertões e tem suas contratações com outros índios [...]* (Dumond, 1950, p. 100).

Um outro ponto importante ainda a ser destacado sobre a pesca neste período vem dos trabalhos de Eurico Miller (1992) e Claide Moraes (2013). Miller (1992) mapeou em seus estudos os principais pontos de concentração populacional, no período pré-colonial, e descobriu que eles se davam sempre em locais que até hoje são considerados pontos de pesca¹⁰,

¹⁰ O termo “ponto de pesca” se refere a partes dos rios e lagos onde a captura de pescado é facilitada pelas condições naturais da localidade.

mostrando a importância deste item em suas vidas. Já Moraes (2013) aponta para a existência de inúmeros conflitos entre estas sociedades pré-coloniais evidenciadas pela grande quantidade de estruturas de defesas encontradas em muitos sítios arqueológicos¹¹. Esta pesquisadora conclui, a partir das evidências encontradas, que, ao contrário de guerras ocorridas em outras partes do planeta terra, esses conflitos territoriais da Amazônia Pré-Colonial, não se deram por causa de terras agricultáveis, mas giraram em torno da posse de pontos privilegiados de pesca, os mesmos mapeados por Miller (1992).

Portanto, a agricultura com a adição de terra preta¹² poderia ser levada para qualquer ponto da Amazônia, mas a disponibilidade de recursos de fauna aquática não. No nosso entendimento este padrão nos sítios arqueológicos amazônicos seria uma evidência forte do papel secundário da agricultura nas ocupações do passado (Moraes, 2013, p. 313).

Sendo a terra preta uma estrutura que acompanhava o deslocamento destas sociedades, podemos supor, a partir da fala de Moraes (2013), que a prioridade para eles não era a agricultura e sim a pesca, e que estes povos preferiam as margens de rios e seu enorme potencial piscoso. Região pela qual foram travadas inúmeras guerras por sua posse.

11 Informação também fornecida pelos primeiros cronistas.

12 Espécie de solo antrópico encontrado em toda a Amazônia, sempre ao lado ou dentro de sítios arqueológicos, demonstrando tanto o vestígio da presença humana naquela região como o desenvolvimento de uma incipiente agricultura.

A pesca na sociedade colonial amazônica

Com a chegada dos europeus e a posterior montagem da sua estrutura colonial, a partir da quarta década do século XVII, a pesca não somente será absorvida pelas novas comunidades que irão surgir na Amazônia, como terá a sua importância ampliada, entrando como um suporte vital na estrutura comercial montada na região pelos portugueses.

Os portugueses até tentaram manter os padrões alimentares próximo ao que tinham na Europa, mas as condições da natureza amazônica impossibilitaram que isso fosse possível.

No campo dos cultivares, fatores como clima demasiado quente e úmido, solo pobre em nutrientes e uma quantidade excessiva de insetos, fungos e pragas, concorreram para que a maioria dos vegetais que faziam parte da alimentação dessas pessoas fossem abandonados por completo ou tivessem uma produção em quantidade e qualidade bem abaixo do esperado (Fiori; Santos, 2015).

Sob o clima quente e úmido da Amazônia, como em outras áreas da América, os colonos foram forçados a abandonar boa parte dos alimentos que comiam em Portugal. Eles tiveram que incorporar em sua dieta diversas plantas nativas. As variedades de mandioca substituíram o trigo e a cevada. Sobretudo quando processado na forma de farinha, esse tubérculo se tornou a principal fonte de carboidratos, *o pão nosso de cada dia* dos colonos (p. 17).

Na questão das fontes de proteína animal, a questão foi ainda mais complexa. Fora pequenos rebanhos de aves, especialmente galinhas, a pecuária na Amazônia só conseguiu sucesso nas primeiras décadas do século XX. Antes disso,

tivemos sempre uma produção muito aquém das demandas dos colonizadores.

A caça também demonstrou ser uma atividade com um nível de produtividade bastante baixo¹³. Somente dois tipos de fauna existiam e existem em abundância numérica, em termo de variação de espécimes na Amazônia: os invertebrados (insetos) e a fauna aquática. A primeira até faz parte da dieta de algumas comunidades indígenas locais, mas fazia o português mais humilde ficar nauseado só de pensar em consumi-la.

Em vista desses fatores, só restou aos portugueses adotarem a pesca como a sua principal forma de obtenção de proteína animal, da mesma forma que os povos nativos da Amazônia, já faziam (Fiori; Santos, 2015).

O meio affeiçoa o homem: o indígena da Amazônia é principalmente ichthyophago e, conseguintemente, pescador. A mata amazônica, sem embargo do seu volume e espessura, lhe não é obstáculo à vida fácil e comoda que leva. A prodigiosa rede de canaes—rios, furos, igarapés, igarapémiris, lagos, ligados uns aos outros e aos rios próximos — que lhes oferecem o meio mais fácil, mais conveniente, mais propicio as suas, aliás resumidas, necessidades da vida social, o desobrigão de devassal-a (Veríssimo, 1885, p. 9).

Por tudo isso, a sociedade “ictófila” que existia antes da chegada dos europeus permaneceu e foi ampliada com o início da colonização portuguesa.

Ao se enquadrar nos padrões comerciais europeus, a pesca amazônica até irá absorver alguns elementos que remetem à cultura europeia, principalmente nos apetrechos

13 Diferente das savanas africanas, na Amazônia temos poucos animais terrestres que costumam andar em bandos. A maioria são de hábitos solitários, o que torna a caça na região uma atividade inconstante e pouco produtiva.

de pesca, mas será uma atividade baseada, essencialmente, nos conhecimentos indígenas. Por isso, Fonseca (2008) afirma que, sem o conhecimento indígena, a conquista e colonização portuguesa seria extremamente dificultosa.

Das contribuições dos portugueses à pesca amazônica, a mais significativa será o ferro, o qual passou a ser muito procurado pelos povos locais para a confecção de instrumentos de pesca, como anzóis, arpões e zagaias, além das redes de pesca (Verissimo, 1895; Fonseca, 2004).

A pesca terá um peso tão grande na economia e na estrutura política regional que o governo português se verá com a necessidade de organizar e controlar os principais pontos desta atividade, a fim de não somente conseguir obter renda com essa ela, mas, e acima de tudo, garantir um abastecimento regular de alimento e de soldo¹⁴, para a manutenção de suas principais atividades públicas. Nasciam, assim, estruturas estatais, localizadas em pontos privilegiados de pesca na Amazônia, destinadas ao abastecimento regular de peixes, quelônios e seus derivados, denominadas de pesqueiros reais.

Estes pesqueiros foram sendo erguidos, à medida que as necessidades do estado colonial foram se ampliando, no mesmo passo da ampliação da presença portuguesa na região (Silva, 1988). Eles foram instalados em trechos dos rios ou lagos, onde as condições ecológicas possibilitaram uma captura abundante de pescado, como nos informa Furtado (2018). Assim, os pesqueiros reais foram:

[...] postos de pesca instalados pela coroa portuguesa em trechos de rios ou lagos, onde toneladas de peixes foram salgados ou secos, peixes-boi caçados e tartarugas recolhidas

14 O peixe salgado, com destaque para o pirarucu no Alto Amazonas e a tainha na região litorânea, serviu de referenciais para o pagamento da maioria dos funcionários públicos portugueses, de soldados a religiosos, sendo a tainha uma espécie de moeda na região de Belém.

para grandes currais e seus ovos apanhados e esmagados para a produção de óleo. Todos estes recursos deveriam ajudar na provisão de habitantes locais e tentar garantir um suprimento adequado de carne, gordura e combustível para funcionários da coroa, de obras públicas e civis, integrantes das expedições de exploração e Comissões Demarcadoras de Limites (Fiori; Santos, 2015, p. 34).

A passagem de Fiori e Santos (2015) faz uma síntese do que se produzia nos pesqueiros reais e de sua importância. A nível de produção, temos peixes salgados das mais variadas espécies, com destaque para o peixe-boi, no início; o pirarucu, a partir das últimas décadas do século XVIII (Veríssimo, 1895). Além dos peixes salgados, teremos tartarugas vivas, que eram recolhidas nos currais de onde eram abatidas conforme a necessidade (Veríssimo, 1895; Fonseca, 2004; Fiori; Santos, 2015).

Fiori e Santos (2015) também fazem menção à procura por gordura e combustíveis, porque, em uma época onde os lubrificantes e combustíveis feitos à base de derivados de petróleo ainda não eram conhecidos, esse papel era exercido por gorduras de origem animal, em sua maioria. Na Amazônia, essa tarefa coube às gorduras retiradas do peixe boi e da tartaruga. A gordura produzida a partir desses animais tinham emprego tanto na culinária, com óleo usado para fritura e cozimento de alimentos, como para iluminação pública e doméstica, queimando em lampiões e lamparinas. Também, em lubrificação de engrenagens e calafetação de embarcações (neste caso misturado com breu de origem vegetal). Segundo Fiori e Santos (2015), o que decidia a que tipo de emprego essa gordura serviria era a qualidade do produto. Quando de boa qualidade e palatável, era usado na alimentação; quando sua qualidade deixava a desejar, seu emprego era em iluminação, lubrificação ou calafetação.

Da maioria dos animais que produziam gordura, esta era retirada do tecido adiposo do mesmo. No caso da tartaruga, além das banhas deste animal, temos a fabricação de gordura a partir do esmagamento de seus ovos para a fabricação de uma graxa densa, chamada na região de manteiga de tartaruga.

Em função da abundância de tartarugas nos dois primeiros séculos de colonização e do lucro que a manteiga de tartaruga proporcionou, a época da desova desses animais era um dos períodos de maior movimentação da população local, com multidões procurando as praias, onde esse fenômeno ocorria para não só conseguir esta fonte de lucro, como também obter uma boa reserva de gordura para seu uso pessoal (Veríssimo, 1895; Bates, 1944; Fonseca, 2004; Fiori; Santos, 2015; Leal, 2020). Esta alta procura obrigava as autoridades públicas a montarem verdadeiras estruturas militares de vigilância e fiscalização dessas praias, não somente para evitar desordem, mas, e acima de tudo, para conseguirem uma boa arrecadação de impostos, a partir de taxas percentuais cobradas por cada grupo que fabricava essa manteiga.

Veríssimo (1895) afirma que essa atividade tinha tamanho poder de movimentação que fez surgir uma verdadeira indústria cerâmica para a fabricação dos potes onde a manteiga de tartaruga era armazenada (camotins), o que fez ele classificá-la como a mais promissora indústria da região.

A pesca ao longo do século XIX e durante o boom da borracha: acompanhando as mudanças sócio-políticas da região

O século XIX, na Amazônia, foi marcado por profundas transformações políticas, sociais e econômicas. Ao mesmo tempo que a realidade se transformava, mantinha-se, no mundo de trabalho da pesca, a mesma estrutura do período anterior. Neste cenário em mutação, podemos distinguir grandes

momentos para a história da região: um que vai até metade do século, e outro que vai a partir desta metade, até a segunda década do século XX.

O primeiro momento inicia com significativas mudanças no campo político, com a estranha adesão da região ao estado independente do Brasil, em agosto de 1823 - quase um ano depois da independência do Brasil -, marcado pela permanência da mesma elite que governava no período colonial, o que deixou um clima de tensão muito forte. Somou-se a isso o descontentamento dos moradores da antiga Capitania de São José do Rio Negro pela não transformação da região em província, devido às instabilidades políticas, o que a manteve subordinada à Província do Grão-Pará (Loureiro, 1978; Loureiro, 1990; Santos, 2019).

No campo econômico, a partir da segunda década do século XIX, com a decadência do extrativismo do cacau, a já precária economia regional piora mais ainda (Santos, 2019; Fonseca, 2004) Os descontentamentos, tanto econômicos como sociais, farão com que o clima de revolta seja uma constante na região, eclodindo uma rebelião com viés emancipatório, no Alto Amazonas em 1832, e uma das maiores, senão a maior, rebelião popular do Império entre 1835 a 1840: a Cabanagem.

Este primeiro momento termina com a Amazônia às voltas com a necessidade de reconstruir o que foi destruído durante a rebelião da Cabanagem, com uma redução significativa de sua população e uma total desorganização de sua economia, principalmente a região do Alto Amazonas.

A decadência do cacau, assinalada acima, fará com que a pesca se projete como a maior e mais importante atividade extrativa, seguida de perto pela castanha. A pesca, porém, sofreu ajustes em sua estrutura como os assinalados abaixo:

Após 1818, o sistema de arrendamento tornou-se, entretanto, a única forma de administração dos pesqueiros. Em 1822, com a emancipação política,

voltou-se ao antigo regime, que sucumbiu em 1827, quando se estabeleceu que todo pescado dos pesqueiros fosse remetido aos armazéns da marinha para o seu provimento, os quais deviam reembolsar a feitoria (Silva, 1988).

Com isso, a estrutura que mantinha os pesqueiros reais foi desaparecendo gradativamente. Abandonados pela máquina do governo, que antes realizava as Companhias de Pesca, para escoar o que era produzido nestes locais, a população dos pesqueiros se viu cada vez mais dependente dos intermediários entre eles e as zonas urbanas. Este cenário de transformações assistiu ao crescimento acelerado da atividade do regatão que vai se tornar “uma figura ao mesmo tempo necessária e repudiada” (Furtado, 1981, p. 4)¹⁵. A produção pesqueira não sofrerá redução, mas o seu caminho até as grandes cidades regionais será bastante complexo em função dessa situação.

O segundo momento será marcado, no campo econômico, pelo crescimento gradativo da procura, no mercado internacional, da borracha regional. Esta atividade aos poucos começará a atrair capitais e empreendimento para a região, culminando em uma fase de verdadeira euforia, entre as duas últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do XX.

No campo político, teremos a criação da Província do Amazonas em setembro de 1850, implantada dois anos depois, o que fará com que uma estrutura estatal tenha que ser montada no Alto Amazonas, na cidade da Barra¹⁶, atraindo muita gente de fora para esta pequena cidade. Esse evento foi acompanhado pelo ingresso da navegação à vapor na região, autorizada no mesmo ano da criação da nova província do

15 Para mais informações sobre este personagem da história e economia amazônica, conferir: HENRIQUE, M. C.; MORAES, L. T. *Estradas líquidas, comércio sólido*. 2014.

16 Que depois teve o seu nome mudado para Manaós (Manaus).

império, e posterior abertura do rio Amazonas à navegação internacional, em 1866.

Esse conjunto de transformações, com destaque para o crescimento da produção e comercialização da borracha concorrerá para um expressivo aumento da população local, tanto nos altos rios, extraindo o produto, como nas capitais, atuando no comércio e nos serviços nas cidades de Manaus e Belém, cidades que vivenciaram ritmo alucinado de crescimento nesta época. A atividade pesqueira, segundo Fonseca (2004), com o mesmo quantitativo de mão de obra, se verá com a responsabilidade de alimentar tanto a população local como o imenso contingente populacional que acorreu à região para trabalhar com ou em torno da borracha¹⁷. Apesar da permanência da figura do intermediário que vai até as localidades pesqueiras adquirir a produção, toda uma rede de abastecimento será montada para que o peixe pudesse chegar aos principais locais de produção, como na descrição abaixo:

[...] O peixe seco que sai do rio Madeira ou Solimões, e vai para Manaus ou Belém, onde é consumido ou aviado para os seringais, percorre uma rota de comércio que interliga e integra um circuito exclusivamente regional. Porque o produto é regional e a circulação também, e essa é a forma mais extremada de negar a fragmentação do espaço, porque nesse caso não há como deixar de reconhecer sua integração [...] (p. 32).

Assim, ao longo do boom da borracha, apesar das atenções oficiais serem voltadas para o comércio da goma elástica e para tentativas frustradas de incrementar a

¹⁷ Fonseca (2004) fala sobre constantes queixas de desabastecimento em Manaus e Belém, ao mesmo tempo que pondera que uma parte significativa dessas reclamações giram em torno de uma elite política, vinda de outras regiões do Brasil, onde não há o costume do consumo diário e constante de peixes.

agricultura, quem vai realmente sustentar uma população que cresceu de forma exponencial será a pesca, ao lado da tradicional agricultura de subsistência.

Da crise da borracha aos dias atuais: adaptação às mudanças do sistema capitalista

Após o caso da febre da borracha, a economia amazônica passou por profundos ajustes, os quais estão conectados com as mudanças que o sistema capitalista sofreu no Brasil. Essas mudanças levarão a atividade pesqueira a se transformar no que ela é nos dias atuais: um dos mais importantes itens de exportação dos estados da região. Todavia, o caminho percorrido para chegar a esta configuração não será linear, e sim marcado por “altos e baixos”, mudanças e permanências, ao longo de uma centúria onde a própria forma de se ver a Amazônia sofreu profundas mudanças perante as elites brasileiras.

As primeiras duas décadas após o declínio da economia gomífera (1930 e 1940) foram marcadas por uma reorganização territorial e econômica da maior parte da população rural dos estados amazônicos, com a adoção de uma economia polivalente onde antes só se vivia da exploração da borracha. Dentre os produtos deste novo padrão econômico, estão alguns outros produtos extrativos, como a castanha, o produto regional de melhor aceitação no mercado (Leal, 2020), e a pesca (Fonseca, 2004). A nível social, essa população que antes vivia no coração da floresta agora vai se instalar na várzea dos rios para poder conciliar a extração de borracha e castanha, com uma incipiente agricultura de subsistência e a pesca (Leal, 2020; Souza, 2021).

É nesse momento que o trabalhador diversifica, ou volta a diversificar, alternando a coleta da seringa com atividades de auto subsistência: agricultura, caça e pesca. (...) Dois resultados são

previsíveis: queda na apropriação do excedente e perda do controle, via dependência do barracão, da mão-de-obra. Conclui-se também que a impossibilidade de manter o sistema, afeta diretamente o próprio abastecimento regional (Fonseca, 2004, p. 249).

Embora não haja mais a necessidade de uma complexa rede de abastecimento capaz de levar os produtos da pesca até os seringais, a estrutura de intermediação montada para o escoamento da produção pesqueira, cujo principal intermediário era o regatão, sairá ainda mais fortalecida com essa crise, pois o número de pessoas que passou a viver da pesca, em meio a outras atividades, ampliou-se consideravelmente. Souza (2010) e Sousa (2021) descrevem o intenso fluxo de pessoas que, desiludidas com a renda cada vez menor produzida pela borracha, se deslocaram para as capitais regionais, especialmente, Manaus, passando a viver na periferia da cidade ou em sua orla (cidade flutuante). Esse êxodo rural, além de ser uma enorme dor de cabeça socioeconômica para as autoridades locais (Souza, 2010; Sousa, 2021), aumentou o mercado consumidor de pescado na capital, ampliando não somente a intensidade como o raio de ação dos intermediários da atividade pesqueira.

É neste momento, também, que os estados amazônicos buscarão a todo custo atrair não somente investimentos estrangeiros, mas, e acima de tudo, colonos vindos de outros países. Será em meio a esta busca que colonos japoneses, instalados em Vila Amazônia, no município amazonense de Parintins, obterão sucesso na aclimação da juta (*Corchorus capsularis*), uma fibra vegetal com uma excelente aceitação no mercado nacional e internacional. Esta nova atividade econômica logo se espalhou pela várzea do rio Amazonas e alguns de seus principais afluentes, tornando-se, nas décadas

de 50 e 60, a principal fonte de renda de uma parte significativa da população rural dos estados do Amazonas e do Pará.

A partir dos anos 1960, teremos início ao processo de implantação da Indústria da Pesca no Brasil, com a elaboração de políticas públicas voltadas a tornar esta atividade cada vez mais competitiva. Porém, de acordo com Loureiro (1983) e Silva (1988), estas políticas desprezaram por completo a pesca artesanal, considerada predatória e ineficiente, e priorizam a pesca industrial, com grandes investimentos sendo destinados a esta.

Na Amazônia, esta pesca industrial se instalou somente no litoral paraense, a zona do estuário do rio Amazonas (Loureiro, 1983). No interior da região, esses investimentos atingiram a pesca comercial, como a instalação de grandes frigoríficos em algumas cidades locais, como Manaus, Santarém, Parintins e Iranduba, os quais passaram a comprar cada vez mais dos pescadores locais e exportar esse pescado (Silva, 1988; Medeiros, 2017).

Esse período de grandes investimentos governamentais na pesca será marcado também por uma verdadeira revolução tecnológica na atividade pesqueira, com o advento dos motores movidos a derivados de petróleo, os quais ampliaram o raio de ação e a velocidade das embarcações de pesca; os fios de nylon, que permitiram a confecção de grandes e resistentes redes de pesca; as caixas térmicas de polietileno (vulgo isopor), que possibilitaram a conservação do pescado por mais tempo, permitindo a moradores de comunidades pescar para vender aos barcos de pesca (Cruz, 2007).

Paralelo a estas transformações tecnológicas, a Amazônia sofrerá dois grandes fluxos migratórios: um vindo de outras partes do Brasil para os projetos de assentamentos promovidos pelos governos militares; o outro, um êxodo rural para as grandes cidades regionais, especialmente Manaus, motivado pelos projetos desenvolvimentistas, dos quais a Zona Franca de Manaus é o mais conhecido (Cruz, 2007; Jacaúna, 2009).

Esses fluxos migratórios, além de ampliarem de forma exponencial o mercado consumidor de pescado, nas grandes cidades amazônicas, ainda montou um exército de mão de obra de reserva para a atividade pesqueira, formado pelo expressivo contingente populacional que migrou da várzea para as cidades. Essas pessoas só sabiam cultivar a terra, o que não dava para ser feito nas cidades, e pescar. Como a pesca comercial estava em expansão neste momento, um número significativo deles foi absorvido pelas pequenas companhias de pesca e armadores pesqueiros.

Todo esse conjunto de transformações fizeram com que a pesca de subsistência, que é a base da alimentação da maior parte da população da várzea regional, passasse a disputar espaço com a pesca comercial, financiada pelo governo e protegida pelas autoridades públicas. Isso irá lançar a região em um clima de conflitos generalizados pelos ambientes de pesca amazônicos, especialmente os lagos, onde os atores envolvidos nos dois tipos de pesca, passarão a concorrer pelo mesmo conjunto de pescado (Perrota, 2009; Medeiros, 2017).

Considerações finais

Nestas poucas páginas, buscamos mostrar o grande peso que a atividade pesqueira possui no cotidiano e na história das sociedades amazônicas. Sabemos que esta atividade tem uma participação decisiva na vida de muitos povos mundo afora. Mas em poucos deles o papel atribuído à atividade pesqueira foi e é tão grande quanto na Amazônia. Muito de sua história, sua cultura e sua economia ou depende diretamente, ou gira em torno dela. Perrota (2009) chega a nos afirmar que a própria cultura e a cosmovisão dos povos da várzea regional têm uma fortíssima ligação com a realidade da pesca.

Atualmente, a pesca continua sendo umas das principais fontes de proteína animal para as populações amazônicas,

especialmente para as que habitam a várzea dos grandes rios desta região. Para termos uma ideia, as médias de consumo em grandes cidades regionais como Manaus é de 33,7 Kg/hab./ano (Gandra, 2010), indo à elevadíssima média de 150 Kg/hab./ano nas comunidades de várzea. A título de comparação, a média de consumo mundial de peixe é na casa de 20,5 Kg/hab./ano e a brasileira é de 9 Kg/hab./ano, segundo dados do Ministério da Agricultura (Brasil, 2022).

Em função do peso que possui na alimentação da população local e da importância econômica que adquiriu nas últimas décadas, o mundo do trabalho da pesca também continua sendo um grande palco de conflitos generalizados pela região.

Enfim, não dá para falar da história e da identidade dos povos amazônicos, sem mencionar a sua forte ligação com o ambiente aquático e com a realidade da pesca. É por isso que José Veríssimo, no final do século XIX (1895) classificou as sociedades amazônicas de “ictófilas”, e esse amor por peixes, define muito do jeito de ser dos povos desta região.

- BATES, H. W. *O naturalista no rio Amazonas*. 2. ed. Série 5^a, Brasileira - Biblioteca pedagógica brasileira, v. 237. São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1944.
- BRASIL, Ministério da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento. *Consumo e tipos de peixes no Brasil*. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/aquicultura-e-pesca/rede-do-pescado/consumo-e-tipos-de-peixes-no-brasil>.
- DRUMOND, C. A carta de Diogo Nunes e a migração dos tupi-guarani para o Peru. *Revista de história*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 95-102, 1950.
- FONSECA, D. R. *Pesca e abastecimento na colonização da Amazônia*. 2004. 515 f. Tese (Doutorado em Ciências: desenvolvimento socioambiental) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, NEAM/UFPA, 2004.
- FONSECA, D. R. A pesca na Amazônia: da pré-colônia ao mundo colonial (séculos XII ao XIX). *Saber Científico*, Porto Velho, v.1, n. 2, p. 201-222, jul./dez. 2008.
- FIORI, M. M.; SANTOS, C. F. M. *A carne, a gordura e os ovos: colonização, caça e pesca na Amazônia*. Porto Alegre: Edipucrs, 2015.
- FURTADO, L. G. *Pesqueiros reais & pontos de pesca: traços da territorialidade aliêutica ou pesqueira*. 2002. Disponível em: <https://repositorio.museu-goeldi.br/bitstream/mgoeldi/788/1/B%20MPEG%20Ant%2018%281%29%202002%20Furtado.pdf>.
- GANDRA, A. L. *O mercado de pescado da região metropolitana de Manaus*. Série: o mercado de pescado nas grandes cidades latino-americanas. Montevideu, Uruguai: Infopesca, 2010.
- HENRIQUE, M. C., MORAES, L. T. *Estradas líquidas, comércio sólido*. 2014.
- JACAÚNA, T. S. *A resignificação dos comuns: conflitos sociais, ação comunicativa e cultura política no uso dos recursos pesqueiros na Amazônia Central*. 2009. 173 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Amazonas, 2009.
- LATHRAP, D. W. *O alto Amazonas*. Lisboa: Editorial Verbo, 1975.
- LEAL, D. A. *Mundos do trabalho e conflitos sociais no rio Madeira (1861-1932)*. Manaus: Editora Valer, 2020.



- LOUREIRO, A. J. S. *Síntese da história do Amazonas*. Manaus: Imprensa Oficial, 1978.
- LOUREIRO, A. J. S. *O Amazonas na Época Imperial*. Manaus: T Loureiro, 1990.
- LOUREIRO, V. R. *Os parceiros do mar: natureza e conflito social na pesca da Amazônia*. 1983, 310 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas.
- MEDEIROS, M. X. *Puxirum de Histórias: Lutas por terras e águas em Vila Amazônia - Parintins/AM (1980-2000)*. 2017. 275 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.
- MEGGERS, B. J. *Amazônia: a ilusão de um paraíso*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- MORAES, C. P. *Amazônia ano 1000: territorialidade e conflito no tempo das chefias regionais*. 2013, 433 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Arqueologia) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.
- MILLER, E. T. *et al. Arqueologia nos empreendimentos hidrelétricos da Eletronorte: resultados preliminares*. Brasília: Eletronorte, 1992.
- NEVES, E. G. O velho e o novo na arqueologia amazônica. *Revista USP*, São Paulo, n. 44, p. 86-111, 1999.
- PERROTA, A. P. *Movimento de preservação dos lagos: socioambientalismo em construção na várzea do Amazonas*. 2009. 184 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.
- PORRO, A. *O povo das águas: ensaio de etno-história amazônica*. 2. ed. Manaus: Edua, 2017.
- PRESTES-CARNEIRO, G. *et al.* Subsistence fishery at Hatahara (750–1230 CE), a pre-Columbian central Amazonian village. *Journal of Archaeological Science: Reports*, 2015. Disponível em: doi: 10.1016/j.jasrep.2015.10.033.
- PRESTES-CARNEIRO, G. *Un cas de subsistance par pêche en Amazonie: le site archéologique de Hatahara (Amazonas, Brésil)*. Dissertação (Evolução, patrimônio natural e sociedade: quaternário e pré-história). Museu Nacional de História Natural. Paris, França. 2013, 145 f.

- ROOSEVELT, A. *Resource management in Amazonia before the Conquest: Beyond Ethnographic Projection*. Advances in Economic Botany, v 7, p. 30-62, 1989.
- SANTOS, F. J. *História geral do Amazonas: dos paleoindígenas aos albores do século XXI*. 6. ed. Manaus: Menvarmem, 2019.
- SILVA, L. G. *Os pescadores na história do Brasil: colônia e império*. Petrópolis: Vozes, v. 1, 1988.
- SOUSA, R. T. O. “*Do despovoamento à necessidade de colonizar*”: cultura política e ações de governos no Amazonas dos anos 30, 2021, 193 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Amazonas, 2021.
- SOUZA, L. J. B. *Cidade flutuante: uma Manaus sobre as águas (1920-1967)*. 2010, 354 f. Tese (Doutorado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.
- VERÍSSIMO, J. *A pesca na Amazônia*. Monografias Brasileiras III. Rio de Janeiro: Livraria clássica de Alves, 1895.

O trabalho de mulheres pescadoras artesanais de camarão em Parintins-AM

*Everton Dorzane Vieira
Raissa Ribeiro Lima*

Considerações iniciais

Este relato de pesquisa tem como objetivo evidenciar o trabalho de mulheres pescadoras artesanais de camarão em duas comunidades rurais de várzea do município de Parintins, no estado do Amazonas. O percurso metodológico deu-se por meio das análises bibliográficas sobre o trabalho na Amazônia, aproximação etnográfica em conjunto com a observação participativa, resultante em fontes orais de trabalho de campo, na perspectiva metodológica da História Oral. Em consequente às propostas iniciais, tivemos como resultado a identificação das condições de trabalho das mulheres pescadoras de camarão, a forma como é realizada a pesca, e, principalmente, as marcas do corpo deixadas pelo trabalho ao longo do tempo.

O município de Parintins foi criado a partir da Lei Nº 146 de 15 de outubro de 1852, situado na região do Baixo Amazonas, com área territorial de 5.978 km², com a distância aproximadamente de 325 km em linha reta e 370 km por via fluvial da capital Manaus. Seus principais rios são: Amazonas, Uaicurapá, Mamuru, Tracajá, Paraná do Limão e Paraná do Ramos, e contém 192 comunidades existentes entre rurais e urbanas (Brasil, 2022).

As comunidades São Sebastião da Brasília e Santo Antônio do Catispera são o nosso campo de pesquisa empírica, cuja localização se encontra à margem esquerda do rio Amazonas, com cerca de 7 a 10 km da cidade de Parintins, estado do Amazonas, região do Baixo Amazonas. A comunidade São Sebastião da Brasília foi criada oficialmente em 28 de março de 1968, e a comunidade de Santo Antônio do Catispera em 13 de agosto do mesmo ano, pela Igreja Católica, como Comunidade Eclesial de Base (CEB), que tinha como missão reorganizar as localidades rurais e levar ensinamentos religiosos católicos aos comunitários do interior (Cerqua, 1980). A pesca artesanal do camarão foi um legado deixado por uma mulher, ex-moradora da comunidade São Sebastião da Brasília, chamada Ana Gomes Lima, que iniciou a pesca aos seus quinze (15) anos de idade. Era natural de Parintins, com ascendência portuguesa e nasceu na comunidade da Brasília, em 1945 (Diógenes, 2014). A partir deste legado, muitas mulheres aprenderam a prática da pesca artesanal do camarão, experiências e conhecimentos adquiridos de tais ensinamentos, tanto da pesca artesanal quanto do uso das ferramentas utilizadas para a pesca artesanal. Daquele período em diante, as mulheres começaram a praticar a pesca artesanal do camarão nas comunidades.

Esse tipo de trabalho artesanal foi se tornando uma prática especificamente feminina da região, bem como de demais mulheres de comunidades próximas, as quais também exercem a prática da pesca artesanal do camarão como sustento de vida. Apesar de praticarem a mesma atividade, cada comunidade possui suas peculiaridades nesse hábito. Uma dessas peculiaridades encontradas são os instrumentos de pesca artesanal utilizados pelas mulheres. As comunidades utilizam o tipo de instrumento de acordo com o local a ser pescado o camarão, em rios, em furos, em lagos, em paranás, etc. Lugares diferenciados que fazem com que os instrumentos de pesca sejam distintos uns dos outros. Por mais árdua que sejam

as atividades do cotidiano e as responsabilidades individuais, apesar dos conhecimentos adquiridos e desenvolvidos ao longo do tempo, é necessário encontrar significado e valor à sua existência, buscando o seu lugar de pertencimento no meio social e a sua autonomia. Para isso, o indivíduo precisa ajustar-se às circunstâncias que estão em constante transformação na atualidade.

Neste contexto, as contribuições de Furtado e Nascimento (2002, p. 33) pontuam que “as comunidades pesqueiras se organizam segundo sua lógica própria, construída e influenciada por diversos fatores (sociais, étnicos, culturais e ambientais) que lhes atribuem feições e modos de viver particulares, sem deixar de ser parte do todo mais amplo”. Assim, no que diz respeito ao trabalho das mulheres pescadoras artesanais de camarão, a experiência, a prática diária e a convivência, ou seja, a troca de conhecimentos com outras mulheres praticantes da mesma atividade, contribuem no desenvolvimento de técnicas para auxiliar em todas as etapas desde o início do percurso até a comercialização do produto, passando obviamente, pela realização da pesca artesanal.

Apesar dos desafios encontrados no caminho, o cansaço físico e mental, e do esforço constante para a prática diária da atividade pesqueira, foi possível perceber a agilidade e habilidades dessas mulheres, considerando a diferença de idade e tempo de experiência apresentados nas técnicas e manuseio dos instrumentos de trabalho. Para as mulheres pescadoras artesanais de camarão das comunidades São Sebastião da Brasília e Santo Antônio do Catispera, o exercício da atividade, apesar de cansativo, faz com que elas contribuam diretamente no sustento familiar.

História Oral e Memória

Nesta seção, abordamos a importância da História Oral e da memória para este tipo de produção. Sendo a História Oral a metodologia principal deste trabalho, utilizaremos alguns conceitos de Alessandro Portelli sobre este tipo de produção científica. No caso desta produção, estamos abordando experiências de trabalho que fizeram parte da vida de mulheres no século XX. Neste caso, quando tratamos sobre histórias de vida, Portelli (2010, p. 160) mostra que “[...] quando falamos de histórias de vida, faz diferença o fato de quereremos falar de histórias de vida ou de histórias de vida”.

No ato das entrevistas, percebi o quanto podemos vislumbrar nas histórias contadas por pessoas que nunca fizeram parte da historiografia, mas apenas como trabalhadoras, de forma geral. O fato de convivermos com tais experiências e entendermos os significados que a História Oral promove através de narrativas, cabe a nós, como historiadores, transformarmos tais experiências em ciência, como algo relevante na história, pois são pessoas, são vidas, e não apenas números datados em alguma tabela de jornais da época.

Neste sentido, Portelli (2016, p. 9) nos mostra que há uma distinção entre fonte oral e a tradição oral. Para ele, a fonte oral “são narrativas individuais informais, dialógicas, criadas no encontro entre historiador e narrador”; a tradição oral “é composta por construtores verbais que são formalizados, transmitidos, compartilhados”. Quando trabalhamos com fontes orais, temos que entender que elas não são encontradas como a maioria dos documentos históricos ou fontes impressas. As fontes orais são criações entre o historiador e o entrevistado, em que no momento das entrevistas, as palavras narradas, gravadas em um aparelho de gravação eletrônico, se tornarão fontes orais, e quando transcritas, fontes escritas. Diante disso, Portelli (2016, p. 10) afirma que, “[...] ao contrário da maioria dos

documentos históricos, as fontes orais não são *encontradas*, mas *cocriadas* pelo historiador”.

As fontes orais têm uma especificidade em relação à fonte escrita. As fontes orais são de cunho individual ou coletivo, no sentido que não é algo impessoal, ou seja, as pessoas que narram suas histórias estão comprometidas diretamente com o fato narrado, e suas narrativas são fontes primárias em relação ao contexto narrado. Portelli (2008, p. 168) mostra que “[...] uma das diferenças entre fontes orais e escritas é que as últimas são documentos, enquanto as primeiras são sempre atos”.

Nesta pesquisa, temos trabalhadores rurais, idosos, residentes em comunidades de várzea, a maioria só acessada via fluvial. Essas pessoas, devido à obrigação de trabalharem desde cedo para o sustento familiar, não tiveram acesso à educação escolar, sentem-se surpresas quando alguém se interessa por sua história de vida, mesmo que seja por causa de um trabalho realizado por todos de sua comunidade no século XX.

Tais oralidades têm o mesmo valor que as informações globais, mas com direito a saber mais sobre o cotidiano e, principalmente, o significado do que está sendo narrado. Portelli (1997, p. 27), em relação a isso, afirma que “[...] as fontes orais dão-nos informações sobre o povo iletrado ou grupo sociais cuja história escrita é ou falha ou distorcida, outro aspecto, diz respeito ao conteúdo: a vida diária e cultura material destas pessoas e grupos”.

Diante disso, nossa intenção sempre foi trazer à tona vozes que nunca foram ouvidas neste contexto histórico. O trabalho de mulheres pescadoras de comunidades amazônicas, que poucas vezes foram ouvidas, e quando se trata de trabalho na Amazônia, grande parte estão fora da historiografia amazônica. A História Oral nos permite o acesso a essas pessoas, nas quais suas narrativas estão baseadas em memórias sobre o trabalho e são fundamentais para este tipo de produção historiográfica.

Brasília e Catispera

As comunidades São Sebastião da Brasília e Santo Antônio do Catispera pertencentes ao município de Parintins, no estado do Amazonas, são nosso local de pesquisa empírica. Parintins está localizado à margem direita do rio Amazonas, com a distância aproximadamente de 325 km em linha reta e 370 km por via fluvial da capital Manaus, com área territorial de 5.978 km², população estimada em 96.372 habitantes (Brasil, 2022). De acordo com a Secretaria Municipal de Pecuária, Agricultura e Abastecimento, o município de Parintins é formado por 192 comunidades urbanas e rurais. De acordo com Dom Arcângelo Cerqua (1980), primeiro bispo de Parintins, Brasília foi criada oficialmente em 28 de março de 1968, e Catispera em 13 de agosto do mesmo ano, pela Igreja Católica, como Comunidade Eclesial de Base (CEB), que tinha como missão reorganizar as localidades rurais e levar ensinamentos religiosos católicos aos comunitários do interior.

Portugal foi o primeiro nome da comunidade de Brasília; de acordo com Brasil (2015) e Vieira (2021), em suas respectivas pesquisas, as narrativas de alguns moradores afirmam que os primeiros habitantes eram portugueses, e por isso o primeiro nome da comunidade tinha como referência o país europeu. Em uma reportagem sobre a comunidade, exibida no ano de 2013, do programa “Amazônia Agora”, do canal televisivo *Amazon Sat*, onde foi mostrado o cotidiano dos ribeirinhos, e nas entrevistas também há confirmação por parte dos moradores que o primeiro nome da comunidade foi Portugal.

Catispera, assim como Brasília, também teve sua origem portuguesa, pois são comunidades muito próximas, e de fácil habitação entre seus moradores. Catispera tinha como referência principal um lago que passava entre as terras da comunidade. Com o tempo, os primeiros moradores o nomearam de “Cumprido”, pois era um lago estreito e longo

que cortava as terras da comunidade. A origem do nome da comunidade foi sugerida pelo então padre Augusto Gianola, pois observava o modo diferenciado entre os moradores da comunidade referir-se ao termo “cá te espera”, em relação às idas e vindas dos pescadores e moradores no período de enchente e vazante. O lago do Cumprido, ao longo dos anos, recebera diversas moradias às suas margens, no qual era principal fator de sustento a toda uma comunidade que se expandia na segunda metade do século XX (Diógenes, 2014).

Portugal, Vila Brasília, Igarapé das Ciganas, Brasília, a comunidade é chamada por estes nomes pelos comandantes fluviais de vários tipos de transportes que passam à frente da comunidade. Tomando de acordo com a narrativa da Prelazia de Parintins¹⁸, a comunidade da Brasília tem 55 anos, desde a sua oficialização em 1968. Contudo, os antigos moradores da comunidade afirmam que ela tem mais de 100 anos de existência (Diógenes, 2014). Para Wagley (1988), as comunidades têm sua origem e sua história, elas não se formaram do nada. Infelizmente, a diretoria atual da Brasília não tem os primeiros registros de nascimentos, batismos, casamentos ou falecimentos dos comunitários. Historicamente, é uma comunidade organizada inicialmente por portugueses, indígenas e negros, representando a formação do Brasil.

As comunidades dos interiores do estado do Amazonas, em sua maioria são compostas atualmente por duas religiões, ou seja, em cada comunidade há duas igrejas na qual corresponde a mesma, sendo uma católica e outra evangélica (Oliveira, 2012). No caso das comunidades de Brasília e Catispera, há apenas uma religião oficializada, a católica. A religião católica expandiu-se para as comunidades ribeirinhas para que houvesse certo controle que firmasse a severidade da religião. A Igreja Católica de Roma criou projetos para que o

¹⁸ Criada em 1955, tendo como primeiro bispo o italiano Dom Arcangelo Cerqua (Cerqua, 1980).

catolicismo chegasse com mais intensidade nas comunidades ribeirinhas, a fim de conter o avanço de outras religiões nessas localidades; o principal projeto foi oficializar as comunidades, titulando-as com nomes de 'santos' e registrando-as em cartórios através dos diretórios formados na época; duas das comunidades registradas através desse projeto foram São Sebastião da Brasília e Santo Antônio do Catispera.

A divisão sexual do trabalho

Antes de mostrarmos o trabalho das mulheres pescadoras de camarão das comunidades, abordaremos uma pequena discussão sobre a divisão sexual do trabalho. As mulheres sempre foram colocadas como segundo plano no mundo. A história nos mostra que em uma sociedade de homens e mulheres, estas, por vezes, não são prioridades em diversos fatores sociais. Diante disso, Maués (1993, p. 21) afirma que,

[...] em todas as esferas de atuação, tais como a doméstica, a econômica, a religiosa, a política e a ritual, a posição mais importante, de direção podemos dizer assim, cabe sempre ao homem. A mulher surge como elemento de apoio, necessário, mas que parece não contar muito, no cômputo geral de participação dos dois sexos. Essa atuação feminina resume-se, então, à prestação de serviços, em que ela não visa a si própria, mas age totalmente em função dos outros.

Assim como acontece em todas as esferas de atuação social, nas comunidades de Brasília e Catispera não é diferente. A divisão sexual de trabalho está presente. A relação sexual do trabalho, cujas determinações são contra as mulheres, possuem múltiplas significações e determinações sócio-históricas, tendo como fundamento o patriarcado, um sistema que oprime,

humilha, desvaloriza e desigualta as mulheres. Aqui, discutimos o patriarcado, destacando sua consubstancialidade com o capitalismo, que se reatualiza e garante latente permanência até os dias atuais, fatores que estão inseridos nas comunidades amazônicas. Esse sistema, por ser permeado pela exploração da força de trabalho, principalmente das mulheres trabalhadoras de comunidades de várzea, é estruturante da totalidade da vida social. Assim, compreende-se a desigualdade contra a mulher como um fenômeno sócio-histórico, tendo o sistema patriarcal e capitalista como alicerce. Somente a partir dessa análise consubstanciada que podemos compreender a desigualdade, a exploração e a opressão que rege a sociedade e se expressa em todas as relações sociais, bem como nas comunidades de Brasília e Catispera.

A obra de Engels (1984) foi uma das primeiras a abordar a temática do patriarcado e a organização da família nas sociedades primordiais, retratando minuciosamente as organizações familiares das sociedades primitivas à civilização. Segundo o autor, houve vários modelos de famílias até chegar à família nuclear, mas a partir deste modelo, Engels afirma que o homem passa a ter o poder pela direção da casa e da mulher, tratando-a como mera servidora e objeto de reprodução. O conceito de patriarcado surge elegendo inicialmente um regime de organização familiar, onde o pai era considerado o chefe da família e tinha o poder absoluto sobre os filhos, e também para caracterizar um sistema de relações de dominação dos donos dos grandes latifundiários sobre as pessoas que habitavam em suas propriedades (Almeida, 2010). Nessa perspectiva, Delphy (2009) corrobora que a família em latim designa um conjunto de terras, escravos, mulheres e crianças, submissos ao poder do pai de família do qual eram considerados propriedades. Assim, pode-se dizer que o patriarcado significa a autoridade de pai e designa uma formação social em que os homens detêm o poder.

Para Saffioti (2004, p. 136), o patriarcado é um sistema que precede ao capitalismo, “[...] refere-se a milênios da história mais próxima, período no qual se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina [...]”. Já Stearns (2015) ratifica que, a partir dos contatos e das trocas, a agricultura e as civilizações se desenvolveram, estabelecendo as relações entre homens e mulheres, a determinação de papéis e as definições dos atributos de cada sexo, pondo fim à igualdade entre homens e mulheres existente nas sociedades primitivas comunais.

O autor levanta algumas questões sobre as mudanças ocorridas com o passar do tempo, apresentando as origens da civilização e do patriarcado, através da divisão sexual do trabalho. Stearns (2015) acentua que, com a chegada da agricultura, a caça e a coleta deixaram de ser atividades predominantes, logo, as atividades desenvolvidas por homens e mulheres não eram mais igualitárias, pois começou a ser beneficiado o domínio masculino, promovendo desde então, uma hierarquia de gênero, transferindo ao homem o papel de provedor da família, cabendo à mulher as atividades domésticas e o cuidado dos filhos, surgindo, então, um novo cenário chamado “patriarcalismo”¹⁹.

Para Toledo (2017), a descendência patrilinear se deu com o matrimônio monogâmico e a família patriarcal, ressaltando que, a partir do momento em que o direito materno é derrotado pelos homens, ao assumir o domínio da casa, transformou a mulher em escrava e instrumento de reprodução, representando o modelo de família patriarcal. Waters (1979) corrobora que o surgimento da família monogâmica ocorreu com a destruição das tradições igualitárias quando os indivíduos começaram a se apropriar do excedente do trabalho realizado coletivamente, passando a conservá-lo como propriedade pessoal ou privada.

19 Stearns em “As origens das civilizações e do patriarcado” (2015).

A família aparece como lócus privilegiado do patriarcado, mas não é o único. Saffioti (1992, p. 183-215) analisa o patriarcado como um sistema de “dominação-exploração”, que perpassa o âmbito familiar, atingindo todas as esferas sociais e políticas da sociedade. No campo dos estudos, Almeida (2010, p. 24) afirma que o patriarcado está presente em diversas instituições sociais, “desde a família ao Estado, apresentando-se em todos os espaços da sociedade”. Sendo assim, a família é parte dessa estrutura patriarcal, mas não a única, pois o patriarcado se expande em toda a vida social, na produção e reprodução da vida.

Assim como Saffioti e Almeida analisam o patriarcado não apenas limitando-o ao âmbito familiar, mas como um sistema de dominação-exploração que atinge todas as esferas sociais e políticas da sociedade, Morgante e Nader (2014, p. 3) salientam que “o patriarcalismo compõe a dinâmica social como um todo, estando inclusive, inculcado no inconsciente de homens e mulheres individualmente e no coletivo enquanto categorias sociais”, permitindo visualizar que a dominação não está presente somente na esfera familiar.

Embora o patriarcado atinja de forma estrutural a sociedade, este traz implicações diretamente e de forma particular para a vida das mulheres. A lógica que estrutura este sistema é de privilégio e dominação masculina, relacionados à subalternização e invisibilidade das mulheres e do que é associado, considerado ou identificado como feminino. Saffioti (2004, p. 105) acentua que “o patriarcado transformou as mulheres em objetos de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras”.

Fazer uma análise histórica do patriarcado é de salutar importância para não o naturalizarmos e nem achar que este sistema surgiu espontaneamente no mundo das ideias ou da cultura, mas possui uma base material e sócio-histórica. Isso significa que as ideias e a cultura patriarcais são socialmente determinadas, com base em relações concretas. Assim,

poderemos entender que nem sempre ele existiu, mas foi socialmente construído, e como tal, poderá ser superado. Segundo Saffioti (2004), as ordens de gênero, de raça/etnia e de classe social estão unificadas por uma estrutura de poder e devem ser analisadas de forma consubstanciada e não separadas. A análise feita pela autora pondera que, de um lado, o patriarcado penetrou em todas as esferas da vida social, não se restringindo mais apenas ao âmbito doméstico e, de outro lado, o capitalismo também mercantilizou todas as relações sociais. Da mesma forma, a raça/etnia, com tudo que implica em termos de discriminação, imprimiu sua marca no corpo social por inteiro.

O trabalho da pesca artesanal do camarão

As mulheres das comunidades têm um cotidiano totalmente diferente dos homens. Elas, por suas vezes, trabalham a todo momento tanto fora quanto dentro de casa. O modo de vida em que estão inclusas refere-se ao cotidiano dos trabalhos domésticos, dos trabalhos na agricultura, na situação em que a maioria são mães e esposas, e entre outras características das quais estão situadas. Vamos destacar neste tópico o principal trabalho realizado pelas mulheres, onde estas são protagonizadas na ação da função deste trabalho, que é a pesca artesanal do camarão.

Para Certeau (2014), o cotidiano é uma construção por meio do convívio social entre as pessoas que vivem na mesma sociedade, ou seja, no caso das comunidades rurais é necessário analisar suas práticas socioculturais para compreendermos a sua totalidade. Mostraremos o cotidiano das atividades de três pescadoras de camarão das comunidades e analisaremos a diferença no ato da pesca artesanal do camarão entre elas.

A história e a memória dessas mulheres foram analisadas segundo suas narrativas, ou seja, são de cunho autobiográfico.

Neste caso, Portelli (2016, p. 12) afirma que “a história oral, no entanto, não diz respeito só ao evento. Diz respeito ao lugar e ao significado do evento dentro da vida dos narradores”. Em uma entrevista, o pesquisador tem que se conformar com que está sendo narrado, principalmente quando não há registros literários de quem está narrando. Nesse sentido, Pierre Bourdieu (1998, p. 185) afirma que,

[...] produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão teórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar.

Dona Luzia Gomes foi uma das primeiras mulheres a narrar sua história sobre a pesca do camarão. “Eu comecei a pescar com a idade de 18 anos, eu me casei tão nova né, com 16 anos. Aí eu tinha uma cunhada com nome de Ana Gomes, ela inventou a pescaria do camarão, foi ela que começou a pesca do camarão aqui na nossa comunidade”²⁰. Nas comunidades amazônicas, era comum o casamento entre os jovens, principalmente entre as meninas. A maioria casava contendo menor idade, os homens tinham que ter mais de 18 anos para casar. Em alguns casos, na documentação do registro civil de casamento, datas eram alteradas para que ocorresse nenhum problema legal entre os pares. Sobre o início da pesca do camarão, Dona Luzia relata que,

[...] A gente não tinha nem adequado como a gente ia pescar. Ela (Ana Gomes) pegou um pedaço de rede, e botou dois paus encruzilhados, foi botar o camarão e pegou. Ela começou a

20 Entrevista de pesquisa concedida em 26 de março de 2017, no município de Parintins.

pescar e comercializar em Parintins. Pessoal foram começando a pescar, foi assim que começou nossa pesca, e assim que eu comecei a *pescagem* com ela, minha comadre que está ao meu lado, nós fomos a primeira a começar a pesca do camarão. Agora a pesca do camarão, envolve, senhores, senhoras, jovens, até mesmo criança. Aí elas vão com a gente, até pegar aquela prática, pra depois quando tiverem numa idade que pode ir sozinho, pra quando se adequar a pescaria do camarão²¹.

Dona Suzete Gomes, filha de Ana Gomes, lembrou da trajetória de sua mãe. “*Quem pescou primeiro camarão foi a minha mãe, ela é a rainha do camarão, Ana Gomes Lima*”²², afirma. Ana Gomes afirma que “*foi Deus quem me enviou esse trabalho né. Foi mandado por Deus. Eu não sabia pescar*”²³. Neste caso, vemos que a religiosidade está presente na maioria dos aspectos sociais, com o trabalho não é diferente. A partir do trabalho iniciado da pesca do camarão, as mulheres das comunidades de Brasília e Catispera foram tomando a frente e tornando-se maioria no trabalho. Umas incentivando outras, protagonizando-se na pesca artesanal do camarão. “*Nós que nos incentivamos na pesca do camarão, nós mulheres né. A maioria mais é mulher*”²⁴.

Algo em comum entre as mulheres é a transmissão de conhecimento de mãe para filha. As fontes orais mostram o início do aprendizado pelo trabalho. Dona Luzia afirma: “*minha mãe pescava muito camarão*”; Dona Luciana Gomes conta: “*eu pesco desde os 10 anos camarão*”; Samara Ribeiro diz: “*era uma curiosidade de nós crianças, ver os pais. Quando minha mãe se arrumava pra ir, quando a gente não podia ir, a gente chorava. Eu lembro desde os 4 ou 5 anos, a gente já ia pra começar a ver como*

21 *Idem.*

22 Documentário Camaroeiras, canal do YouTube, *Amazon Rec.* Parintins, 2022.

23 *Idem.*

24 *Idem.*

que era"; Dona Neuza relata: *"a primeira pesca minha eu comecei a pescar com minha mãe, ela que me ensinou a pescar o camarão né. Ai depois eu comecei sozinha junto com meus irmãos na frente da canoa deles né, aí de lá fui aprendendo até que conseguir pescar só eu"*; por fim, Dona Maria do Rosário recorda: *"minhas filhas todas pescaram comigo, quando eram adolescentes"*.

Estas e demais narrativas são de mulheres que foram meninas, e tiveram conhecimento da pesca do camarão com suas mães. A cultura da transmissão de conhecimento, principalmente em relação ao trabalho é algo comum entre os amazônidas. Os saberes amazônicos são fundamentais para a sobrevivência de um povo, de uma comunidade, que vivem das águas e da terra, das florestas, onde tiram seu sustento providos da natureza (Torres, 2005). Dona Maria do Rosário nos contou sobre os lugares e o período em que é realizada a pesca do camarão.

[...] A gente pesca ele de junho a novembro, de novembro a gente para. A gente tem que ficar se deslocando de um lago para o outro, porque a gente não pesca só num local. Quando começa dá num local, aí para de dar, a gente começa aí pra outro lago, tem que ir migrando pra outro lago, aí tem que se locomover de rabeta, quando não de canoa, de barco, quando não tem que ir de barco por causa do sol. A gente começa a pescar no lago do Treme, depois passa pro Cumprido. À medida que vai vazando a gente vai pro Rapariga, pro Igarapé, pro Macuricanã, pro Furo do Vieira, que chamam né. Aí tem também a Maria Rosa, tem ali. Aí esse ano nós pescamos lá no Santo Agostinho²⁵.

A partir desse relato, percebemos que a pesca do camarão é uma pesca predatória, no qual o camarão, que era abundante

25 Documentário Camaroeiras, canal do YouTube, *Amazon Rec.* Parintins, 2022.

nas proximidades das comunidades, ficou cada vez mais distante ao longo dos anos, cuja preocupação das mulheres é a sua extinção nos lagos das comunidades. O trabalho da pesca do camarão envolve diversos fatores que determinam a vida dessas mulheres, faz parte do cotidiano, do modo de vida, onde o trabalho, além do sustento familiar, traz algo simbólico e significativo na vida dessas mulheres.

O horário de pesca mais comum entre elas é no final do dia e no início da noite, em que, segundo elas, há maior presença do camarão. A técnica da pesca artesanal do camarão tem uma forma padrão entre as mulheres. Todas elas fazem o mesmo processo, tanto com os remos quanto com as “camaroeiras”. A camaroeira é um instrumental artesanal feito da seguinte forma, segundo as narrativas das pescadoras: elas precisam de alguns materiais para montar a camaroeira, geralmente um metro e meio de tecido de juta, dependendo do tamanho de preferência da pescadora; duas travessas de paus, cilíndricos, parecido com cabo de vassoura; cordas de barbante, que são amarrados nas pontas dos paus com o tecido de juta. Não existe um tamanho padrão para a camaroeira, elas fazem conforme seu biotipo corporal para a realização da pesca. Além do instrumento, também é feita em casa a “isca” para o camarão, que são peixes levemente cozidos. Uma canoa e um remo são utilizados por elas para transporte da margem próxima a sua residência, até o local da pesca artesanal.

Elas colocam as camaroeiras na água, com o remo em mãos, elas sentam na frente da canoa para melhor condução. Na sua frente, está uma panela, contendo as iscas utilizadas para pegar o camarão. A cada camaroeira colocada na água, também é colocada a isca. A isca, como informado, são pedaços de peixe não totalmente cozidos, para atrair a presença do camarão para dentro da camaroeira. Assim que elas colocam a camaroeira com a isca, aguardam cerca de três a cinco minutos para retirá-la da água e colocá-la dentro da canoa. O sistema de

pesca artesanal utilizado por elas parece ser eficaz. Ao remover a primeira camaroeira e retirar o camarão, é desenvolvido o mesmo processo; elas vão à primeira camaroeira retirar o camarão, colocar na canoa, e devolver para a água a camaroeira com a isca, indo em seguida para a segunda camaroeira, fazendo o mesmo processo, bem como nas demais camaroeiras. Vê-se, portanto, que elas executam um processo repetitivo e exaustivo do trabalho.

Além das dificuldades apresentadas no cotidiano do trabalho das mulheres pescadoras de camarão de Brasília e Catispera, existem outras dificuldades que também são observadas na vida dessas mulheres para além da pesca, que vão da preparação do camarão pescado até o momento da comercialização. A pesca artesanal é um tipo de trabalho que elas protagonizam no seu cotidiano; mesmo com o olhar invisível da sociedade, do governo e do patriarcado, elas se tornam autoras de sua própria história, sendo agentes atuantes e importantes na história do trabalho na Amazônia.

Considerações finais

Qualquer que seja a atividade direcionada à pesca artesanal, é necessário possuir: habilidades motoras, técnicas e conhecimentos para o manejo e utilização dos instrumentos de trabalho; domínio dos saberes produzidos de geração em geração no contexto social em que estão inseridos. Por mais árduas que sejam as atividades do cotidiano e as responsabilidades individuais, apesar dos conhecimentos adquiridos e desenvolvidos ao longo do tempo, é necessário encontrar significado e valor à sua existência, buscando o seu lugar de pertencimento no meio social e a sua autonomia. Para isso, o indivíduo precisa ajustar-se às circunstâncias que estão em constante transformação na atualidade.

Assim, no que diz respeito ao trabalho das mulheres pescadoras artesanais de camarão, a experiência, a prática diária e a convivência, ou seja, a troca de conhecimentos com outras mulheres praticantes da mesma atividade, ajudam no desenvolvimento de novas técnicas corporais para auxiliar em todas as etapas, desde o início do percurso até a comercialização do produto, passando obviamente, pela realização da pesca artesanal. Apesar dos desafios encontrados no caminho, o cansaço físico e mental, e do esforço constante para a prática diária da atividade pesqueira, foi possível perceber a agilidade e habilidades dessas mulheres, considerando a diferença de idade e tempo de experiência apresentados nas técnicas e manuseio dos instrumentos de trabalho. Para as mulheres pescadoras artesanais de camarão das comunidades, o exercício da atividade, apesar de cansativo, faz com que elas contribuam diretamente no sustento familiar.

Portanto, o trabalho realizado pelas mulheres pescadoras de camarão das comunidades São Sebastião da Brasília e Santo Antônio do Catispera, está imbuído nas significações pluralizadas da Amazônia, e a participação da mulher inclui-se também na propagação dos conhecimentos repassados aos moradores de suas comunidades por meio dos “sistemas simbólicos”, produzidos nas técnicas apreendidas na experiência com a pesca artesanal do camarão. Evidencia-se o poder da adaptação do corpo às exigências do seu contexto cultural, neste caso a aprendizagem e execução de movimentos exigidos para a pesca do camarão, denotando assim, que as práticas são aprendidas e assimiladas. O trabalho é reconhecidamente árduo e cansativo, mas as mulheres suportam o cansaço e as intempéries da natureza a exemplo o sol sob o corpo, a força das águas em seus veículos, além de insetos e animais peçonhentos presentes nos locais de pesca, tudo pela necessidade de sobrevivência que faz com que o corpo reaja mostrando sua fortaleza na região amazônica.

- ALMEIDA, J. P. *As multifaces do patriarcado: uma análise das relações de gênero nas famílias homoafetivas*. Recife: O Autor, 2010.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (orgs.). *Uso e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- BRASIL, J. B. S. *Mulheres pescadoras da várzea do município de Parintins-AM: a pesca do camarão nas comunidades da Brasília e Catispera*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2015.
- BRASIL, *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. IBGE, 2022.
- CERQUA, A. *Clarão de fé no Médio Amazonas*. Manaus: Imprensa Oficial, 1980.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- DELPHY, C. *L'ennemi principal. Économie politique de patriarcat*. Paris: Éditions Syllepse, 2009.
- DIÓGENES, A. M. R. *As camaroeiras, as pescadeiras e o arreo: pesca artesanal do camarão e conservação ambiental em comunidades de várzea no município de Parintins-AM*. Dissertação de Mestrado. Manaus: Ufam, 2014.
- ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- FURTADO, L. G.; NASCIMENTO, I. H. "Traços de uma comunidade pesqueira no litoral amazônico: relato sobre organização em comunidade Haliêutica". In: FURTADO, L. G.; QUARESMA, H. D. A. B. *Gente e Ambiente no mundo da Pesca Artesanal*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002.
- MAUÉS, M. A. M. *Trabalhadeiras e camaradas: relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica*. Centro de Filosofia e Ciências Humana: UFPA, 1993. p. 21.
- MORGANTE, M. M.; NADER, M. B. O patriarcado nos estudos feministas. *XVI Encontro Regional de História da ANPUH-RIO: saberes e práticas científicas*, 2014.



- OLIVEIRA, L. C. *Vida Religiosa Ribeirinha: um estudo sobre a Igreja Católica e Evangélica no Amazonas*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2012.
- PORTELLI, A. "História, Memória e Significado – De um massacre nazista em Roma". *Oralidade/USP*, v. 3, p. 153-175, 2008.
- PORTELLI, A. "O melhor limpa latas da cidade: a vida e os tempos de Valterò Peppoloni, trabalhador". In: *Ensaio de História Oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010, p. 159-184.
- PORTELLI, A. "O que faz a História Oral diferente". *Projeto História PUC/SP*, São Paulo, 14 fev. 1997.
- PORTELLI, A. "Um ônibus vermelho: vítimas inocentes de canhões libertadores". In: PORTELLI, A. *História Oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 147-179.
- SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SAFFIOTI, H. I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: OLIVEIRA, A.; BRUSCINI, C. (orgs.), *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 183-215.
- STEARNS, P. N. *As origens das civilizações e do patriarcado*. 2015. Disponível em: <http://www.editoracontexto.com.br/blogas-origens-das-civilizacoes-e-do-patriarcado/>. Acesso em: 01 abr. 2024.
- TORRES, I. C. *As novas amazônidas*. Manaus: EDUA, 2005.
- TOLEDO, C. *Gênero e Classe*. São Paulo: Sundermann, 2017.
- VIEIRA, E. D. "Eu sofri muito na juta!": história e memória dos trabalhadores da juta da comunidade São Sebastião da Brasília, Parintins-AM (1950-1980). In: *Trabalho, cultura e poder: olhares interdisciplinares* / SILVA, J. C.; TORRES, I. C.; ROCHA, J. M. (orgs.) – Manaus (AM): Editora UEA, 2021. p. 120-144.
- WAGLEY, C. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- WATERS, M. A. *Marxismo y feminismo*. 2 ed. Barcelona: Fontamara, 1979.

Sites

Documentário Camaroeiras, canal do YouTube, *Amazon Rec.* Parintins, 2022.



Territórios em disputa: populações tradicionais e áreas protegidas

Luiz Antonio Nascimento de Souza

Considerações iniciais

Quanto mais se produziu conhecimento e se ampliaram as tecnologias, possibilitando o surgimento de novos produtos, instrumentos de trabalho e meios de transporte, mais se avançou nos processos de desenvolvimento do capitalismo, conforme Karl Marx os descreveu - processos que, no entanto, trouxeram contradições internas. Se, de um lado, o desenvolvimento tecnológico garantiu a uma parcela crescente da humanidade o acesso a recursos como a energia elétrica, aquecedores residenciais, medicamentos como o antibiótico, o motor a vapor, e os meios de comunicação de massa, por outro lado, esses mesmos processos trouxeram a acumulação crescente da riqueza nas mãos de poucos, enquanto ampliaram a massa de pessoas empobrecidas. Uma parte importante delas foi deslocada (muitas vezes de forma compulsória) dos campos agricultáveis para cidades, estimuladas pela oferta de empregos, bens, mercadorias industrializadas e serviços.

Na medida em que os processos de desenvolvimento do capitalismo foram transformando burgos em vilas, vilas em cidades e estas em metrópoles, mais os contingentes humanos foram se distanciando do meio ambiente natural, afastamento

que, em pouco tempo, criou não somente um estranhamento do homem em relação ao meio ambiente natural, como também criou-se uma oposição e uma necessidade de o homem dominar e, em certos casos até mesmo eliminar a natureza, eliminação aqui entendida como um processo de conversão da natureza aos interesses da humanidade. Bacon compreendia a natureza como algo exterior à sociedade humana, e essa exterioridade seria mecânica, sendo assim, ao homem caberia agir sobre a natureza no sentido de dominá-la de acordo com os seus interesses e necessidades (Foster, 2005, p. 27).

O desenvolvimento da sociedade humana levou a um distanciamento crescente entre o homem e o ambiente natural, com preferência pelas cidades e pela tecnologia avançada. Contudo, nem toda a humanidade seguiu este caminho; alguns optaram por permanecer em contato próximo com a natureza, como ribeirinhos, povos indígenas e pescadores.

Neste contexto, encontramos os trabalhadores rurais ribeirinhos, ou simplesmente caboclos, que resistem à transformação da natureza e optam por manter seu modo de vida e uso dos recursos naturais, rejeitando experiências que, em última análise, se revelam prejudiciais, tirando o controle das pessoas sobre as suas próprias vidas.

Os recursos não são infinitos

O desenvolvimento da sociedade, da tecnologia e da economia, incluindo a industrialização, a urbanização e a crescente dependência dos recursos naturais, levou à apropriação privada do ambiente e dos seus recursos naturais. Os espaços naturais de uso comum tendem a serem transformados em espaços privados, à medida que a acumulação de capital avança.

José de Souza Martins (1980) vai dizer que a terra (meio ambiente natural) possui duas formas opostas de uso por

parte dos seus detentores. A primeira forma de uso da terra é aquela praticada pelos comunitários, indígenas e camponeses que fazem uso da terra como “terra de trabalho”, ou seja, o meio ambiente natural se configura como o lugar onde os seus detentores e ocupantes trabalham, trabalho compreendido em uma perspectiva marxista. Desse modo, o trabalho enquanto ação humana visa converter o meio ambiente em recursos necessários à manutenção da vida humana, manutenção das relações sociais, culturais, espirituais etc. O trabalho, neste sentido, é visto como a expressão da existência social do homem.

De outro lado, e ainda tomando Martins (1980) como referência, a segunda forma de uso da terra é aquela em que ela é utilizada como negócio, é a “terra de negócio”, terra tomada pelos seus proprietários e detentores como o lugar, o meio em que realizam seus negócios. A terra é usada para acumular riqueza, transformando-a em propriedade privada disponível para uso total, sem considerar interesses comunitários ou futuras gerações; a ética socioambiental é substituída pela busca de lucro. O antigo equilíbrio entre uso comum e preservação foi abalado pelo desenvolvimento capitalista pós-Segunda Guerra Mundial, com oferta abundante de tecnologias avançadas, migração campo-cidade, aumentando a demanda por recursos naturais, o que pressiona o meio ambiente.

O rápido desenvolvimento capitalista em pouco mais de cem anos foi responsável pela degradação ambiental sem precedentes, superando os danos ambientais causados anteriormente pela humanidade. Deste modo, a criação de terras protegidas por meio da criação de unidades de conservação se constitui numa importante estratégia de proteção ambiental, não somente para atender aos grupos sociais que ali vivem, mas também à toda sociedade, na medida em que aquelas áreas protegidas estarão, em tese, fora do alcance da lógica perversa e destruidora do capital.

A degradação ambiental

A degradação ambiental veio acompanhada pela degradação das condições de vida de parcelas crescentes da humanidade, em especial das populações que vivem do uso direto dos recursos naturais extraídos do meio ambiente natural. Do mesmo modo, a degradação ambiental tem imposto às camadas de trabalhadores urbanos, pertencentes às enormes parcelas humanas empobrecidas, a ocupação das áreas mais degradadas, poluídas e insalubres do planeta. Engels (2015), ao escrever sobre as condições da classe operária na Inglaterra, toma como referência as condições urbanísticas de Manchester, cidade fundamental ao processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, tanto que foi ali que as máquinas a vapor foram utilizadas pela primeira vez como força motriz dos teares. Pois bem, Engels (2015, p. 311) descreve as condições de um bairro operário de Manchester nos seguintes termos:

À direita e à esquerda, uma grande quantidade de acessos cobertos conduzem da rua principal aos diversos pátios, e, quando aí se penetra, entra-se numa sujeira e numa asquerosa falta de higiene incomparáveis - sobretudo nos pátios que partem para o Irk e que, na realidade, abrigam as moradias mais horríveis que encontrei até agora. Em um destes pátios, logo ao começo, onde termina este acesso, fica uma latrina que não tem nenhuma porta e é tão suja que os moradores apenas podem entrar ou sair do pátio atravessando um charco de urina podre e excrementos que a rodeiam; se alguém quiser vê-lo, é o primeiro pátio junto ao Irk.

Se retirarmos as referências específicas e o ano em que Engels escreveu (1845), poderíamos sugerir que o texto estivesse fazendo referência a milhares de locais de moradia da classe trabalhadora mundo afora.

Agora, diferente do que muitos acreditavam, o uso irracional e acelerado dos recursos naturais combinado com a produção de lixo, rejeitos petroquímicos e metais pesados acabaram por produzir poluição ambiental até então inimagináveis. O Japão, por exemplo, foi um dos países que mais experimentou os avanços do desenvolvimento capitalista pós-guerra e, ao mesmo tempo, sofreu os primeiros e também os mais graves efeitos da poluição, degradação dos espaços naturais e redução dos estoques de recursos (principalmente pesqueiros), efeitos de uma crise sem precedentes. Assim, percebe-se os mais visíveis efeitos perversos da degradação ambiental.

A poluição do Lago Biwa, o maior lago de água doce do Japão, se revelou, em meados dos anos 60, um dos mais explícitos exemplos dos efeitos da degradação ambiental e ressaltou uma crise ambiental, decorrente da poluição do lago mais antigo do mundo, o qual é responsável pelo abastecimento de água e alimentos para mais de dez milhões de habitantes (Quioto, Kobe e Osaka). Foi o alerta dado pelos efeitos perversos da poluição do lago Biwa que despertou o interesse mundial em discutir os problemas causados pelo modelo de desenvolvimento que tem causado danos ambientais graves, interesse efetivado pela realização da Conferência Mundial do Meio Ambiente, organizada pela ONU – Organização das Nações Unidas, em Estocolmo, em 1972, também conhecida como a Primeira Conferência Mundial de Meio Ambiente – Estocolmo 72.

Em linhas gerais, a Estocolmo 72 confirmou as preocupações levantadas por cientistas e ambientalistas que denunciaram, a partir de Quioto, os desequilíbrios ambientais causados pelo modelo de desenvolvimento capitalista, e recomendaram uma série de medidas para reduzir os impactos ao meio ambiente. Em 1992, durante a nova Conferência Mundial de Meio Ambiente, no Rio de Janeiro (Eco-92), foi aprovada a necessidade de ampliar, de forma acentuada,

as áreas naturais protegidas como forma de compensar as emissões de poluentes. Para isto, se acordou que as nações desenvolvidas arcaíam com recursos financeiros para fortalecer o Fundo Mundial Para o Meio Ambiente, fundo destinado ao financiamento de projetos de proteção e preservação ambiental e, em especial, a criação de áreas protegidas em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. É dentro deste contexto que se inserem as disposições governamentais em criar as Unidades de Conservação.

Gênese do debate ambiental contemporâneo

“O passado não reconhece o seu lugar, está sempre no presente.”

Mario Quintana

A compreensão da questão ecológica e o debate entorno da preservação ambiental e conservação da natureza passa pela necessidade de rever ao menos algumas das mais importantes reuniões mundiais sobre meio ambiente ocorridas desde o início dos anos sessenta, no século XX, com destaque para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, conhecida entre os estudiosos como Estocolmo-72 ou Conferência de Estocolmo (Suécia, 1972) e Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que recebeu os apelidos de Eco-92 ou Rio-92 (Brasil, 1992). As duas Conferências organizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) são marcos balizadores imprescindíveis para se entender o contexto histórico do surgimento das Unidades de Conservação (UC) de uso direto, tema do nosso estudo.

É preciso, ainda, lembrar de ao menos dois outros eventos importantes para contextualizar o tema. Em 1968, é criado o Clube de Roma, uma organização social formada por economistas, cientistas, empresários, banqueiros e políticos,

cuja finalidade foi chamar a atenção para o que chamaram de limites do crescimento econômico frente a questões ambientais. Para o Clube de Roma, ao persistir os níveis de crescimento econômico e populacional, esse crescimento chegaria ao seu limite em cem anos, quando então sofreria forte retração e queda acentuada (Meadows, 1972). O conteúdo conservador e liberal do documento do Clube de Roma indica que ele aparece na esteira da Conferência da Biosfera, organizada pela UNESCO naquele mesmo ano, na mesma cidade. Segundo Brito (2000, p. 28):

Essa Conferência tratou do uso e conservação mais racionais da biosfera, discutindo o impacto humano sobre a mesma, incluindo os efeitos da poluição do ar e da água, os desmatamentos, o excesso de monoculturas e a drenagem das áreas inundadas. Além disso, a Conferência teve o objetivo de convencer as nações menos desenvolvidas da necessidade da conservação.

Conferência de Estocolmo – 72

Para entender os processos e as lutas pela criação de áreas protegidas, se faz necessário recuperar um debate contemporâneo importante, o debate ambiental iniciado na década de 60 do século XX, em torno da questão das ações humanas causadoras de degradação, destruição e esgotamento de recursos naturais, redução e ameaças de extinção de espécies animais, vegetais e mesmo biomas inteiros. Esse debate ganhou enorme relevância a partir da degradação e poluição ocorrida no lago Biwa, o maior lago de água doce do Japão, com 670 mil km², circundado pelas cidades de Osaka, Quioto e Kobe, um caso específico e que se tornou mundialmente conhecido.

Com o advento do pós-guerra, o Japão foi submetido a um processo acelerado de crescimento econômico, industrial,

fabril e petroquímico. Neste bojo, na região de Quioto e o seu entorno, foram instaladas centenas de indústrias de base e petroquímicas que, por décadas, jogaram toneladas de rejeitos, inclusive metais pesados, como mercúrio, no lago Biwa, principal fonte de água potável e produtos pesqueiros da região.

Em meados dos anos sessenta, se tornou pública a tragédia que estava ocorrendo em Quioto: a contaminação dos recursos aquáticos do lago Biwa, que causaram problemas graves de saúde na população, em decorrência do consumo de peixes, água e produtos agrícolas, todos contaminados pela água poluída do lago no contexto da degradação ambiental, sob o condão do industrialismo.

O Brasil “soube” então que havia em seu território áreas fortemente impactadas por poluentes industriais, como foi o caso de Cubatão, litoral paulista, cidade que nos anos setenta recebeu os apelidos de “a cidade mais poluída do mundo” e “o vale da morte”.

O processo de industrialização fabril, sobretudo petroquímico, experimentado por Cubatão, produziu gravíssimo desequilíbrio e poluição ambiental, desequilíbrio resultante da liberdade que o poder público, na prática, concedeu aos setores industriais poluentes, liberdade que provocou tragédias como o incêndio da Vila Socó, causado pelo rompimento de dutos de gasolina da Petrobrás e que teria deixado cerca de 500 vítimas fatais. Segundo Porto (2016, p. 1):

Em 1984, um incêndio na Vila Socó, Cubatão, Estado de São Paulo, matou oficialmente 98 pessoas após o vazamento num gasoduto da Petrobrás. Porém, estima-se que mais de 500 perderam suas vidas. Restos de corpos carbonizados, sem documento nem memória ou reconhecimento.

Casos como Quioto e Cubatão não foram os únicos, outras cidades sofreram e seguem sofrendo com registro de mortes provocadas por doenças pulmonares, cardíacas, dermatológicas e renais gravíssimas, todas resultantes da degradação ambiental, que acabaram por dar origem a uma discussão mundial acentuada sobre os riscos que o desenvolvimento do capitalismo estava impondo ao meio ambiente e os recursos naturais de uso comum.

A ONU, então, sob pressão, organiza a sua primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo (Suécia), realizada entre 5 e 16 de junho de 1972.

Resultados da Conferência de Estocolmo-72

De modo sintético, o que se definiu na Conferência de Estocolmo, fruto de acordos possíveis entre países, foi a conveniência em adotar procedimentos, atitudes e políticas capazes de combinar o desenvolvimento sustentável com a preservação ambiental. A Conferência de Estocolmo foi encerrada com uma bela carta de intenções, um grande documento, mas desprovida completamente de parâmetros e metas a serem atingidos. Em seu documento final, a Conferência publica o documento intitulado *Report of The United Nations Conference on The Human Environment: Stockholm, June 1972*, contendo, entre outros itens, 7 proclamações, 26 princípios e 109 recomendações. Destaco aqui, em tradução livre, a proclamação de número 6:

Chegou-se a um ponto na história em que devemos moldar nossas ações em todo o mundo a partir de uma visão mais cuidadosa em relação às ações e suas consequências ambientais. Por ignorância ou indiferença podemos causar massivos danos irreversíveis ao meio ambiente

terrestre de quem depende a nossa vida e o nosso bem-estar. Por outro lado, através de um conhecimento mais completo e uma ação mais sábia, podemos alcançar para nós e para nossa posteridade uma vida melhor em um ambiente que esteja em sintonia com as necessidades e esperanças humanas. Há amplas perspectivas para o aprimoramento da qualidade ambiental e a criação de uma boa vida. O que é necessário é um estado de espírito entusiasmado, mais calmo e com trabalho intenso, mas ordenado. Com o propósito de alcançar a liberdade no mundo da natureza, o homem deve usar o conhecimento para construir, em colaboração com a natureza, um meio ambiente melhor. Defender e melhorar o meio ambiente humano para as gerações presentes e futuras tornar-se um objetivo imperioso para a humanidade - um objetivo a ser perseguido em conjunto e em harmonia com os objetivos estabelecidos de promoção da paz e do desenvolvimento econômico e social mundial (ONU, 1973, p. 3).

Há que se destacar, também, que em momento algum a Estocolmo-72 fez uma crítica para que houvesse espaço para a discussão sobre o caráter perverso e espoliante do modelo de desenvolvimento capitalista; todas as tentativas por parte da sociedade civil foram frustradas, além de as tentativas de promoção de uma avaliação crítica do modelo de desenvolvimento capitalista terem sido abortadas pela Conferência.

Eco-92

A Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, foi a segunda Conferência Mundial do Meio Ambiente organizada pela ONU e teve como finalidade debater com especialistas sobre a crise ambiental mundial.

Esse evento, ao contrário da Conferência de Estocolmo, foi um grande encontro civilizatório; um grande encontro de vozes - trabalhadores, estudantes, empresários, fazendeiros, agricultores familiares etc - de sujeitos sociais e políticos que compuseram não só os eventos oficiais organizados pela ONU, mas sobretudo os eventos, encontros e conferências paralelas, muitas das quais tiveram enorme repercussão e contundência no cotidiano das pessoas para além dos eventos oficiais: daqui surge o Ambientalismo como espaço de mobilização e ativismo mundial.

Outro aspecto que merece destaque é o fato de que a Conferência trouxe para o debate ambiental as experiências vividas por grupos sociais ao redor do mundo, resultantes das expansões exponenciais do capitalismo industrial.

Esse debate evidenciou como vilões os interesses do capitalismo, que em suas múltiplas dimensões não foi capaz de dar conta daquilo que prometeu ao longo da Segunda Guerra Mundial e de todo o período pós-guerra, a Guerra Fria, qual seja a garantia dos valores da democracia ao menos a todo o chamado mundo democrático. Promessas como desenvolvimento associado à preservação das garantias individuais, dignidade humana, regimes democráticos, sociedades incluídas e preservação do meio ambiente não foram cumpridas.

Resultado da Eco-92

Passado mais de quatro décadas desde o final da Segunda Guerra Mundial, o que se tem é que o mundo capitalista nunca foi tão excludente, concentrador de riquezas e produtor de misérias e pobreza; nunca se teve tanta degradação ambiental e atentados constantes às liberdades, sobretudo das populações socialmente vulneráveis. Ao mesmo tempo, as condições ambientais nunca estiveram tão próximas do seu limite.

A rigor, esses foram alguns dos mais importantes eixos centrais presentes na crítica ao modelo de desenvolvimento capitalista. Ao mesmo tempo, os depoimentos e experiências dos representantes das populações tradicionais e originárias trouxeram conteúdo novo ao debate. Foi aquilo que passou a ser chamado de *desenvolvimento sustentável* – contudo, sem uma definição clara, um projeto-conceito, uma ideia-força denominada.

Uma boa parte dos ativistas e autoridades presentes à Eco-92 passou a defender o desenvolvimento sustentável como uma espécie de mantra, um conceito em construção, cuja base é o combate ao modelo de desenvolvimento econômico em curso e, ao mesmo tempo, um conceito capaz de pensar em modelos de desenvolvimento que combine o desenvolvimento econômico com proteção e desenvolvimento dos modos de vida dos diversos grupos humanos.

É nesse cenário que surge, também com muita força, a ideia de garantir a preservação dos ambientes naturais e a devida proteção das populações locais, dos povos das florestas, dos povos das montanhas, ou seja, daqueles diferentes grupos sociais que não estão localizados nos centros urbanos e que seguem mantendo uma relação harmoniosa com a natureza. Essas diferentes organizações sociais acabam por ser chamadas de *populações tradicionais*²⁶.

Tomando emprestado o que afirma Antonio Carlos Diegues, as populações tradicionais têm como característica constitutiva central uma profunda interação com o meio ambiente, uma relação de interdependência com o ambiente natural conformado e definido como territórios de uso, que

26 População tradicional é um conceito em construção utilizado nas Ciências Humanas e também nas Ciências da Natureza; um conceito fundamentalmente político, pois busca englobar uma multiplicidade de definições conceituais relacionadas aos sujeitos históricos distintos e particulares, todos com vínculo com a terra e o meio ambiente natural. Esses sujeitos podem ser chamados por diversos nomes, como caiçara, tabaréu, caipira, ribeirinho, camponês, pescador, jangadeiro e agricultor.

rebate no econômico, nas relações políticas e na relação cosmológica e religiosa. Esse rebatimento é provocado pelas diferentes e complexas formas de manejo dos recursos naturais necessários para a reprodução social, econômica e política de cada um dos grupos sociais. Segundo Diegues (2008, p. 87),

Além do espaço de reprodução econômica, das relações sociais, o território é também o locus das representações e do imaginário mitológico dessas sociedades tradicionais. A íntima relação do homem com seu meio, sua dependência maior em relação ao mundo natural, comparada ao do homem urbano-industrial faz com que os ciclos da natureza (a vinda de cardumes de peixes, a abundância nas roças) sejam associados a explicações míticas ou religiosas. As representações que essas populações fazem dos diversos habitats em que vivem, também se constroem com base no maior ou menor controle de que dispõem sobre o meio-físico.

Na direção de apontar o caráter político da definição de população tradicional, pode ser lembrado que, em fevereiro de 2007, o Presidente Lula, atendendo às reivindicações dos movimentos sociais, publica o Decreto 6.040 que, ao instituir a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, define:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007).

Ainda que o debate já estivesse posto anteriormente, com a Eco-92 aqueles temas debatidos se consolidam, com destaque para a ideia de garantir às populações tradicionais a proteção dos seus territórios, combinado com a proteção dos seus modos de vida e a necessidade de se apoiar econômica e financeiramente essas iniciativas de proteção. É isto o que passa a ser cobrado do capitalismo: que os países desenvolvidos aportem recursos para garantir essas premissas.

A Eco-92 também trouxe mudanças importantes do ponto de vista das responsabilidades dos estados e municípios. Um dos documentos produzidos a partir dela foi a chamada *Agenda 21*, um conjunto robusto de compromissos assumidos pelos 179 países signatários do tratado, uma agenda com uma série de metas que o Brasil e demais países se comprometeram a superar. No entanto, os signatários transferem a resolução dos problemas diagnosticados para longos 30 anos à frente. A maioria das metas não foram alcançadas e, com o tempo, foram pactuados compromissos e atitudes; iniciativas foram empreendidas; organizações sociais governamentais e não governamentais passaram a exigir o cumprimento da *Agenda 21*, cuja meta central era a garantia do desenvolvimento sustentável e a proteção do meio ambiente.

Presença de populações tradicionais na Eco-92

Como apontado anteriormente, já no final da década de 60 e início da década de 70, a questão ambiental passa a ser discutida a partir de ao menos duas premissas: de um lado, os ambientalistas se preocupavam com os processos acelerados do crescimento urbano industrial e os consequentes impactos sobre o meio ambiente e as consequentes degradações ambientais dos recursos renováveis e não renováveis, a poluição ambiental etc. Por outro lado, os economistas se preocupavam em como equacionar crescimento econômico

e esgotamento dos estoques de recursos naturais, sobretudo aqueles responsáveis pela matriz energética.

Ainda que os debates tenham sido acalorados e intensos, eles estiveram restritos aos ambientes acadêmicos, fóruns empresariais e entidades científicas, os mesmos carecendo de um componente fundamental: as populações locais - camponeses, indígenas, quilombolas, populações tradicionais, pescadores e demais grupos humanos - habitantes de áreas impactadas ambientalmente via de regra foram tratados, por vezes, como agentes das transformações e destruição, ou como vítimas indefesas da expansão dos processos econômicos responsáveis pela degradação ambiental. De um modo ou de outro, esses sujeitos sociais foram ignorados enquanto atores protagonistas.

Este modo de interpretar a presença das populações humanas nos referidos debates, ao menos em parte, parece ser o resultado da ausência das Ciências Sociais na discussão das questões ambientais. Ao meu ver, esta ausência foi responsável pela produção de análises e interpretações da Natureza em suas perspectivas biologizantes, de tal modo que as questões são reduzidas a uma dimensão meramente ambiental, sem levar em contas as múltiplas dimensões sociais, culturais, cosmológicas, religiosas, ou, para simplificar, socioambientais.

A chegada tardia das Ciências Sociais ao debate ainda pode ser sentida, por exemplo, nos editais de concursos públicos para a contratação de servidores do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. Embora o ICMBio tenha como principais atribuições “propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União em todos os seus aspectos, o que se vê em seus editais destinados à contratação de analistas ambientais são conteúdos e provas limitadas à área biológica, de tal modo que, embora franqueado a inscrição de profissionais das Ciências Sociais (sociólogos, antropólogos, historiadores etc.), na prática a maioria destes profissionais não obtêm êxito, e ainda que o consigam

estarão ingressando em uma instituição portadora de uma cultura organizacional que privilegia as ações e interpretações biologizantes, de tal modo que as ações, os estudos e as práticas promovidos por sociólogos e antropólogos acabam, também, por produzir análises biologizantes das realidades socioculturais de populações residentes em áreas protegidas.

Ainda a esse respeito, Souza (2016, p. 72-73) afirma, sobre o papel de profissionais das Ciências Sociais na Amazônia:

Sobre o fazer sociológico na Amazônia e as possibilidades de trabalho, existe uma população de mais de 25 milhões de habitantes (quando falamos de Amazônia Legal), dos quais cerca de 70% vivem em áreas “urbanas”, com os mais variados e graves problemas sociais, ambientais, econômicos etc., problemas que resultam, em grande medida, de uma crônica ausência de planejamento. Nesse sentido, como pensar em superar problemas sem diagnósticos qualificados e robustos? Por exemplo, os órgãos ambientais da região possuem quadro funcional restrito, basicamente, aos profissionais das chamadas áreas biológicas, em regra com boa formação acadêmica. Entretanto, a maioria absoluta dos “problemas ambientais” é, na verdade, de ordem “social” ou, se muito, socioambiental. Ou seja, como identificar e analisar corretamente um problema de ordem social tendo como perspectiva a sua resolução sem a presença de sociólogos nas equipes técnicas encarregadas de tais tarefas?

Se para muitos ambientalistas e economistas a criação de áreas protegidas foi a melhor solução encontrada como resposta ao avanço do capital sobre os recursos naturais, para os moradores das áreas convertidas em UC as visões são bastante divergentes, pois em muitos casos elas significaram

sua retirada de uma área tradicionalmente ocupada, ou severas restrições ao seu uso.

Para melhor compreender a questão da criação das UC em suas duas vertentes gerais, quais sejam, unidades de conservação de uso direto são aquelas que permitem a presença humana permanente no seu interior, como é o caso das Reservas Extrativistas (RESEX), em oposição às unidades de conservação de uso indireto, que são aquelas áreas protegidas onde não é permitida a presença humana, como moradores, por exemplo, em parques e estações ecológicas. É necessário apontar, ainda que brevemente, um importante debate no campo ambiental que orbita entre conservacionistas e preservacionistas. Em linhas gerais e resumidas, os conservacionistas são aqueles sujeitos que entendem que é possível combinar a proteção ambiental com a manutenção dos modos de vida das populações humanas que ocupam tradicionalmente territórios, ocupações que, inclusive, contribuem para a existência daquele espaço ecologicamente importante a ser preservado.

De outro modo, os preservacionistas adotam uma visão radical sobre o papel das populações humanas em áreas ecologicamente relevantes à preservação, defendendo a exclusão total dos humanos dessas áreas. O argumento central dessa posição é que a área a ser preservada só será efetivamente protegida se for interdita ao uso humano, considerando a história ecológica e os impactos ambientais, muitos dos quais irreversíveis, causados pela apropriação e uso humanos. Segundo Terborgh e Van Schaik (2002, p. 26):

Os esforços para conservar a biodiversidade enfrentam, então, dois desafios principais. Primeiro, existe a necessidade de destinar mais áreas para a proteção da biodiversidade - muito mais do que as atualmente utilizadas como tal. E, segundo, as terras dedicadas à conservação da biodiversidade precisam ser

adequadamente protegidas de um conjunto de forças destrutivas, muitas ilegais, mas algumas legais...As experiências recentes com unidades de conservação em países tropicais não têm sido encorajadoras. A maioria dos parques tropicais possui pessoas vivendo dentro deles, às vezes legal, outras ilegalmente. A caça ilegal de vida selvagem é um problema praticamente universal. Ocorrem explicitamente atividades ilegais em muitas áreas protegidas. A lista delas é familiar, incluindo contrabando, exploração madeireira, invasão por agricultura, mineração de ouro, de diamantes e de outros minerais preciosos, pastoreio e extração de produtos naturais para o mercado comercial... Além disso, muitas áreas protegidas tropicais não foram adequadamente demarcadas, são inacessíveis a turistas, não possuem dotação orçamentária suficiente e são vigiadas (quando são) por guardas que não podem utilizar armas ou efetuar prisões.

Com início dos debates e discussões nos anos 70, sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, antecessor do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, o Brasil, na esteira dos compromissos assumidos durante a Eco-92, criou por lei o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), onde estão definidas e tipificadas as 12 modalidades de Unidades de Conservação, entendidas como áreas identificadas, demarcadas e definidas como territórios protegidos, organizados em 2 grupos; o de *proteção integral*, cujo objetivo básico é “preservação da natureza, sendo admitido o uso indireto dos seus recursos naturais” e o de uso sustentável, cujo objetivos são “compatibilizar a conservação da natureza com o uso direto de parcela dos seus recursos naturais, ou seja, é aquele que permite a exploração

do ambiente, porém mantendo a biodiversidade do local e os seus recursos renováveis”. São elas:

Quadro 1 - Unidades de Conservação

UCS DE USO INDIRETO	UCS DE USO DIRETO
	Área de Proteção Ambiental
	Área de Relevante Interesse Ecológico
Estação Ecológica	Floresta Nacional
Reserva Biológica	Reserva Extrativista
Parque Nacional	Reserva de Fauna
Refúgio de Vida Silvestre	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
Monumento Natural	Reserva Particular do Patrimônio Natural

Fonte: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000

Considerações finais

Ao discutir e analisar os desafios interpretativos acerca da relevância de se criar áreas protegidas, combinando a preservação e manutenção das formas de vida das populações tradicionais com a necessidade de se garantir a conservação da biodiversidade e do meio ambiente, pretendemos promover uma reflexão crítica acerca dos dilemas, limites e possibilidades de investigação e interpretação das condições de vida das populações humanas habitantes de territórios transformados em “áreas protegidas”.

Pretende-se também investigar em que medida as áreas protegidas têm garantido, ou não, a reprodução sociocultural daquelas populações e, ainda, de que modo aquelas populações

enfrentam as constantes ameaças em relação à redução de suas áreas de uso tradicional e a imposição de limites ao acesso aos seus territórios míticos, sagrados, de caça etc.

Em contrapartida, nos interessa compreender de que maneira a criação de áreas protegidas pode significar a proteção de populações humanas contra as formas degradantes de uso dos recursos naturais indispensáveis às suas necessidades socioeconômicas e culturais? A dimensão da área protegida não pode se limitar à proteção biológica dos territórios, antes, ela deve estar assentada na dimensão social, garantindo, assim, a efetiva proteção da área, por meio do uso ordenado da área.

Por fim, como equacionar a implantação de áreas protegidas e o controle e monitoramento do uso dos recursos naturais, baseados em modelos de gestão democrática, com as diferentes formas de organização social das sociedades e populações tradicionais, que se distanciam dos modelos de representatividade do mundo ocidental moderno?

- BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
- BRASIL. Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes.
- DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, Nupaub/USP, 2008.
- ENGELS, F. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.
- MARTINS, J. S. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1980. p. 45-66.
- MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; BEHRENS III, W. *Limites do crescimento: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- ONU. *Report of The United Nations Conference on The Human Environment: Stockholm, June 1972*. United Nations, New York, 1973. Disponível em: https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/CONF.48/14/REV.1.
- PORTO, M. F. S. A tragédia da mineração e do desenvolvimento no Brasil: desafios para a saúde coletiva. *Cadernos de Saúde Pública* [online], 2016, v. 32, n. 2, e00211015, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00211015>. Acesso em: 2 jul. 2021.
- SOUZA, L. A. N. Profissão Essencial. *Revista Sociologia*, n. 73. São Paulo: Editora Escala, 2016 – Entrevista concedida ao sociólogo Lejeune Mirhan.
- TERBORGH, J.; VAN SCHAİK, C.; DAVENPORT, L.; RAO, M. *Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: Editora da UFPR; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002.



III
**AS QUESTÕES SOCIAIS, POLÍTICAS
E ECONÔMICAS NA HISTÓRIA DAS
COMUNIDADES RURAIS AMAZÔNICAS**



Organização social e política das comunidades rurais do Lago de Tefé (1971-1990)

Johmara Assis dos Santos

“Não eram comunidades, eram localidades”

A citação de abertura deste artigo é do Sr. Orlando Rodrigues²⁷, um morador do Lago de Tefé-AM. Sua narrativa afirma que “localidade” e “comunidade” são termos empregados na região com significados e momentos históricos distintos para os moradores desse território. Ele sinalizou que “localidade” remetia a uma toponímia antiga, usado por eles para referir-se ao espaço físico e social, as casas dispersas nas estradas dos antigos castanhais ao longo do lago, que foram ocupados pelos seringueiros e ribeirinhos após a crise da borracha. O uso desse termo perdurou até aproximadamente a década de 1960²⁸. Ademais, a unidade territorial “localidade” é sempre caracterizada pelo isolamento, distanciamento social ao centro urbano e ausência de políticas públicas.

Ao referir-se ao termo “localidade”, o Sr. Orlando Rodrigues nos conduziu à ocupação do Lago de Tefé-AM, no momento do declínio da borracha, onde os seringueiros, majoritariamente

27 Entrevista concedida a autora, em 10 de janeiro de 2015, na comunidade, na sua residência.

28 Período de 1910-1912.

imigrantes nordestinos, que eram trabalhadores dos seringais do Juruá e Japurá saíam dos seringais falidos e buscavam terras próximas do município de Tefé para viver e trabalhar. Muitos desses sujeitos rumaram para o interior do Lago em busca de terras devolutas ricas em castanhais, passando a diversificar a produção para sua subsistência, a caça, pesca, o plantio e a apropriação da floresta.

Foi no Lago que os migrantes nordestinos se encontraram no curso do século XX com os descendentes das populações indígenas que viviam na região e construíram historicamente um modo de vida sustentado na floresta. Segundo Cristina Scheibe Wolff (1998, p. 43), a construção deste modo de vida nada tem de “natural”, no sentido atemporal, a-histórico, que se dá ao termo. Pelo contrário, esses sujeitos fizeram-se em um processo que envolveu relações sociais em constante transformação e uma natureza que foi ao mesmo tempo se constituindo em meio ambiente, através do conhecimento adquirido ao longo da convivência cotidiana, da improvisação e do aprendizado com as populações indígenas.

É nesse processo de ocupação que muitos cearenses e maranhenses se casam com mulheres indígenas e, paulatinamente, vão constituindo as localidades. Assim, percebeu-se uma forte contribuição nordestina na ocupação do Lago, identificada nas cinco comunidades²⁹ estudadas pela autora durante o doutorado³⁰. Enquanto quatro localidades ocupadas naquela época eram terras devolutas, uma era propriedade particular, demarcada junto ao Governo do Estado. A localidade do Turé, por exemplo, pertencia à Igreja Católica, que na época era uma grande latifundiária na região e exploradora da mão de obra dos posseiros.

29 Bom Jesus do Bacuri.

30 Período de 2019 a 2024 no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Tese: Um Lago de História: Da Organização social a Organização Política do Lago de Tefé.

O interesse da Igreja pelas terras se dava em razão da existência de castanhais nativos. A coleta da castanha era uma das principais atividades extrativistas praticada na região, ganhando destaque principalmente a partir de 1932, quando a queda dos preços da borracha atingiu seu ponto culminante. Nesse momento, a castanha adquiriu importância na economia amazônica, as safras do produto aumentaram de volume e seus preços subiram notavelmente, se estendendo até por volta da década de 1950. A castanha representou uma parcela apreciável no quadro das produções brasileiras. Conforme observamos no Relatório da Associação Comercial do Amazonas de 1941⁵¹, as safras da castanha eram vendidas para o Sul do Brasil e para a Europa, para países como a Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos e Canadá.

Deste modo, em virtude do extrativo da castanha, na margem esquerda do Lago, formaram-se, desde o final do século XIX, localidades de pequenos produtores, que se estabeleceram em função da presença de patrões aviados às grandes casas comerciais de Manaus e Belém. Interessante ressaltar que o patrão não tinha o controle dos corpos e das vidas das pessoas, mas sua autoridade se baseava na posse efetiva de um território que passou a ser explorado.

Nas terras de patrões de castanhais, homens e mulheres pobres do Lago passaram a viver e trabalhavam na coleta da castanha, sova e na pesca do pirarucu e do peixe boi, que eram exportados através dos navios a vapores que passavam pela região. Ao lado dos patrões, havia também os regatões enriquecendo à custa da exploração do trabalho dos sujeitos pobres do Lago. Esse momento traduzido de localidade, então,

31 Segundo o Relatório, nos Estados do Pará e do Amazonas e no próprio território Federal do Acre, a castanha passou a constituir o principal argumento da vida, marcando a prosperidade dos rios que a possuíam em abundância, como o Purus e o Madeira e assinalando a pobreza daqueles aos quais a natureza não beneficiou com a presença desse vegetal.

é marcado por histórias de privação, miséria, de mecanismos de resistência e busca de melhores condições de vida.

Já a “comunidade” remetia a uma toponímia mais recente trazida pela Igreja, a partir dos anos 70 do século XX (Cruz, 2007). No caso do Lago de Tefé, o termo comunidade não era usado na região (Silva, 2015, p. 93), ele foi disseminado pelo Movimento de Educação de Base (MEB), da Igreja. O MEB foi gestado em 1961 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e financiado pela União para desenvolver um programa de educação de base, por meio de escolas radiofônicas, destinado às populações pobres das regiões Nordeste, Centro Oeste e Norte (Favero, 2006, p. 80). Na cidade de Tefé, a proposta desse movimento foi organizar comunidades com valores cristãos, com uma base ideológica de união e coletividade, também intencionava alfabetizar e educar para “libertar” as populações ribeirinhas do “jugo” dos patrões e da dependência dos regatões, instituindo associações comunitárias e sindicalizadas para substituir a “localidade” que se referia ao clássico núcleo familiar isolado.

De Localidades às Comunidades Rurais: O Movimento de Educação de Base e suas formas de mobilização no Lago de Tefé (1964-2002)

A Igreja Católica no Lago de Tefé participou ativamente como mediadora na constituição das cinco comunidades rurais estudadas, incentivando o nucleamento das famílias e a organização social e política delas, o que ficou conhecido como Organização de Comunidades (Santos, 2016). Segundo Alfredo Wagner de Almeida (1993), este trabalho de organização sociopolítica só foi possível em razão das mudanças econômicas, sociais e políticas que os sujeitos do Lago vivenciaram, a saber: a perda do valor comercial da castanha, que contribuiu para quebrar os padrões clientelísticos das relações de poder dos

patrões de castanhais. Sobre isto, Almeida afirma que o sistema de aviamento e os padrões clientelísticos das relações de poder já havia perdido sua capacidade de efetivo controle social e subordinação. Com o declínio dos castanhais, a Igreja Católica passou a atuar fortemente na região do lago, sendo alçada a principal mediadora externa dos interesses dos trabalhadores/as rurais. É no período de 1970 e 1980, também, que a Igreja se inclina para uma ala mais progressista em virtude da Teologia da Libertação e da opção preferencialmente pelos pobres, assumida no Concílio Vaticano, intensificando o chamado trabalho de base.

É nesse contexto de mudanças que se destacou a atuação do Movimento de Educação de Base (MEB/Tefé) no interior, no ano de 1963, inicialmente com a realização do trabalho de alfabetização radiofônica para Jovens e Adultos. A recepção das escolas radiofônicas foi bem aceita, pois a falta de colégios no interior era uma das principais queixas da população. Nesse momento, a região estava imersa a uma invisibilidade política e ausência de políticas públicas como educação e saúde. A educação tornou-se, assim, a primeira pauta de luta da população do interior do Lago, pois para conseguirem estudar eram obrigados a migrar para sede urbana de Tefé, à custa de muitas dificuldades (falta de moradia, falta de recursos para se manter na cidade e passar por humilhações na casa de conhecidos). Deste modo, a igreja de Tefé contribuiu com seu projeto educacional e defendia um modelo de educação libertadora inspirado nos princípios de Paulo Freire, no qual as pessoas eram incentivadas a assumirem, elas próprias, a responsabilidade por seu futuro, através de um engajamento político consciente.

Formação de Comunidades: organização social e política das comunidades rurais do Lago de Tefé-AM

Com base na realização dos trabalhos educacionais do MEB, os trabalhadores e trabalhadoras estreitaram relações com a Igreja, organizando-se em comunidades, cujo objetivo era evidenciar suas demandas por bens sociais imediatos.

A constituição social em comunidades ficou caracterizada por uma série de mudanças vivenciadas e protagonizadas pelos moradores. A partir da aliança com a igreja, diversas melhorias foram percebidas como resultado desse modelo de organização sociopolítica. Entre as principais, destacadas por eles, está a adesão de um novo modelo arquitetônico nas comunidades, com a construção de casas novas com latrinas no fundo dos quintais, aquisições coletivas feitas pelas associações de moradores, como a compra de canoas para escoamento da farinha, destinada à condução de comunitários adoecidos para o hospital da cidade, motor gerador de energia. Outra mudança vivenciada foi a criação de associações juridicamente constituídas, uma exigência formal da igreja e posteriormente do Estado para a distribuição de incentivos fiscais que acabaram não chegando nas comunidades analisadas. Eram no interior das associações locais que os moradores se reuniam para debater seus problemas e os meios para solucioná-los, conforme podemos observar na narrativa de Orlando Rodrigues:

Rapaz, antes a gente era acomodado, hoje em dia você tem pessoas tendo um pensamento diferente. Antes só era uma localidade, eram poucas famílias, depois que a comunidade foi fundada, começou a se desenvolver.

A comunidade somos nós que passamos a trabalhar em grupo. E eu achei muita vantagem o grupo trabalhar unido, fazendo trabalho comunitário, porque antes não tínhamos benefícios, antes ninguém tinha luz elétrica, não

tinha água encanada, poço artesiano, e hoje a gente já tem tudo isso, tem luz, começou com um motorzinho de luz, usava o motor de luz na comunidade só na hora de assistir o jornal e a novela, depois era desligado e hoje já chegamos a ter luz para todos. Nós conseguimos motor, roçadeira, esse colégio polo que atende dez comunidades próximas. Já tem outro colégio que o prefeito está fazendo, grande de alvenaria. Para conseguir essas coisas a gente fez reunião, discutiu o que nós estávamos precisando, daí a gente fazia um requerimento para prefeitura, no caso da escola pedimos uma escola de cinco salas, com secretaria, cozinha, com tudo. Isso foi na época do prefeito Hélio Bessa, aí já era início de eleição, ele mandou fazer rapidinho que queria voto. Sempre quem vai é o presidente, quando eu era presidente eu que ia, todo o tempo corria atrás das coisas, dos benefícios (Orlando Rodrigues - comunidade Bacuri).

Os primeiros efeitos desta organização observados por Orlando foi a conquista de bens duráveis e artigos de uso coletivo para os comunitários. Itens estes que eram densamente almejados. Com a organização da comunidade, as necessidades práticas são alcançadas paulatinamente, mediante a capacidade de mobilização do grupo. Dados evidenciaram a conquista de itens simbolicamente importantes: motor gerador de energia, (motor luz), construção de escolas e combustível. A ausência de escola foi apontada nas entrevistas como principal fator dos deslocamentos regionais em direção à zona urbana de Tefé. Hoje, a comunidade dispõe de uma escola polo que atende alunos da própria comunidade e de 10 comunidades adjacentes do Lago.

A Escola Rural Bom Jesus é considerada uma grande conquista, fruto do esforço, da mobilização e reivindicação dos moradores do Lago, junto à Prefeitura. Ela foi criada por meio do Decreto nº 015 de 6 de agosto de 1981, mas, desde o dia 10/03/1981, as atividades educativas já eram desenvolvidas na

comunidade escolar. Em 6 de agosto de 2023, a escola festejou o seu 42º aniversário. No momento da nossa pesquisa, a escola atendia 226 alunos da comunidade Bacuri, sede da unidade de ensino e uma grande parcela de estudantes oriundos das comunidades Santa Luzia do Curupira, Santo Antônio do Ipapucu, São Benedito, São José do Madureira, Icanamã, Nova Jerusalém, Nova Esperança, São Sebastião do Turé, e moradias isoladas. Historicamente, em 2008, em parceria com a rede Estadual de Ensino (SEDUC), a escola passou a receber alunos do Ensino Médio, por meio de Mediação Tecnológica, na Escola Estadual Frei André da Costa.

Além da construção da escola polo, os comunitários reivindicavam motor gerador de energia, pois não havia eletricidade nas comunidades do Lago na década de 70. Estas conquistas provocaram transformações importantes na rotina do trabalho doméstico das famílias, sobretudo porque os filhos não precisavam mais migrar para a cidade para concluir o Ensino Fundamental. Nas associações, também houve o fortalecimento dos trabalhos dos ajuris (trabalho coletivo realizado antes mesmo da intervenção da igreja). Desse modo, a constituição de associações foi entendida como positiva, pois os comunitários e comunitárias as relacionaram à aquisição de benefícios sociais e de políticas públicas que o Município e o Estado passaram a executar nas comunidades.

Todavia, a maior mudança identificada no que tange à configuração territorial do Lago de Tefé não é física, mas identitária. Orlando Rodrigues explicou que a organização social das comunidades resultou na organização política e no acionamento de uma identidade coletiva, que foi sendo formulada no discurso e na prática como uma estratégia para legitimar novas e antigas reivindicações sociais. Homens e mulheres do Lago passaram a se enxergar como sujeitos políticos capazes de pressionar por políticas públicas e reivindicar a permanência e posse da terra.

Os moradores do Lago passaram a acionar os termos “comunidade”, “comunitário” e “agricultor” como uma identidade coletiva ao dialogar com o poder público municipal e estadual, lutando por políticas públicas que antes lhes eram negadas, como educação, saúde, transporte e benefícios governamentais, como aposentadoria, auxílio maternidade e bolsa família - demandas importantes para os moradores das zonas rurais. Segundo Orlando, os trabalhadores/as rurais, organizados em suas associações comunitárias, deixaram de ser ignorados pelos governos municipais e pelo Estado, tornando-se protagonistas de suas vozes para reivindicar e promover ações voltadas para o manejo de recursos naturais. A percepção de Orlando é compartilhada por outros trabalhadores do Lago. O Sr. Deoclécio da Silva complementa esse entendimento ao citar que a organização de comunidades reafirma que a existência coletiva de homens e mulheres do interior os empoderou, pois, antes, eles se sentiam envergonhados e inferiores intelectualmente nas situações que exigiam diálogo e reivindicação de direitos sociais junto à prefeitura. Nestes momentos, recorria-se sempre a interlocutores:

Tinha aqui um gaúcho, que era um veterinário. Quando a gente ia pra cidade, via a gente, já conhecia. Dizia: “eu vou falar com quem? rapaz viemos a fim de falar com o prefeito, ele respondia: “bora lá”. A gente tinha que falar com alguém do meio parlamentar para pedir pela comunidade. Depois, com as explicações que a coisa clareou, ninguém carecia de ir atrás de uma pessoa (Sr. Deoclécio da Silva, 2021).

Também, passaram a reconhecer-se como responsáveis pela fiscalização e gestão de suas terras e águas de trabalho. Nestes espaços, homens e mulheres pobres tornaram-se protagonistas, assumiram funções de lideranças e resistiram às investidas do Estado de torná-los bons trabalhadores para

o desenvolvimento do capital. No cotidiano das comunidades, protagonizaram lutas, além da reivindicação de políticas públicas (educação e saúde), buscando conquistar a preservação e gestão dos lagos e da terra.

Lutas das Comunidades Rurais: Preservação dos Lagos e Luta pela Terra

Essas lutas foram protagonizadas pelos moradores do Lago e são consideradas resultados desse modelo de organização social e política vivenciado no período estudado. Uma das lutas identificada foi a busca pela preservação dos lagos e igarapés nas décadas de 80 e 90. Raimundo Menezes³², 66 anos, agricultor e morador da comunidade Ipapucu, situa o contexto que esta luta se desenvolveu:

Logo que fiquei com essa mulher, eu perguntava o que ela queria comer, ela dizia qual o peixe queria. Ninguém comia peixe pequeno não, só peixe graúdo, escolhido. Hoje é difícil, hoje tu tens que levar na tora, o que tu pegar, tu tem que comer, porque nu dá pra escolher mas não.

A narrativa apresenta um relato das mudanças e conflitos vividos pelos trabalhadores rurais do Lago de Tefé a partir da década de 60. Nela, destaca-se a progressiva escassez de recursos pesqueiros e as tensões decorrentes da pesca predatória e comercial. A transição da pesca de subsistência para a comercialização intensiva impulsionada pelo crescimento urbano e pela demanda por peixes nas cidades amazônicas resultou na invasão dos territórios de pesca tradicionais pelos pescadores profissionais embarcados,

³² Raimundo Pinheiro Menezes. Nasceu na comunidade Ipapucu. Entrevista realizada em maio de 2021 na sua residência.

causando conflitos pela apropriação dos recursos aquáticos, afirma mais vez o morador:

Raimundo Menezes - A gente veio de uma situação aqui, na época de 80 aqui, acontecia uma grande depredação que chamava bomba. Bomba que o pessoal jogava. Aqui dentro tinha muito cardume de jaraqui. Aquilo era pra acabar com tudo, e aí foi uma luta muito grande, eu, Antônio Carlos, Lazinho, o pessoal do seu Etevaldo fomos muitas vezes ameaçados porque a gente denunciava e as pessoas não aceitavam essas denúncias.

Johmara - E vocês foram ameaçados por quem?

Raimundo Menezes - Pelos bombeiros, porque eles eram cascudos, não queriam aceitar. Além de estarem errados, achavam que eram donos da razão.

Johmara - E de onde eles eram?

Raimundo Menezes - Foi surgindo, foi surgindo que até os próprios comunitários começaram a fazer isso. Porque não tinha mais outra forma de pegar o peixe, tinha que usar a mesma forma de pesca, o mesmo material (Sr. Raimundo Menezes, Comunidade Ipapucu-Lago de Tefé-AM, 2021).

No relato, evidenciou-se a devastação ambiental causada pela pesca predatória, com o uso de explosivos e técnicas proibidas, além do desperdício de peixes. Os comunitários, afetados, enfrentaram sérias dificuldades para garantir a sua subsistência, culminando em confrontos e denúncias públicas, na tentativa de proteger seus meios de vida. A imprensa³³ e

33 JORNAL DO COMÉRCIO. *Fuga do pirarucu preocupa o governo*. 10 abr. 1980. JORNAL DO COMÉRCIO. *Pesca criminosa nos rios merece condenação*. 13 mai. 1980.

JORNAL DO COMÉRCIO. *Pesca predatória e profissional esvazia o interior*. 31 out. 1981.

JORNAL DO COMÉRCIO. *Pesca, proibição da pesca no tempo da desova em todo o Estado*. 13 jan. 1984.

membros da Igreja Católica também se envolveram nas denúncias dessas práticas predatórias e na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais ribeirinhos, pois o crescimento da pesca comercial desencadeou uma série de consequências socioambientais, destacando a resistência e mobilização das comunidades locais diante desses desafios.

Nessa direção, houve o surgimento do movimento de defesa do peixe nas comunidades do Lago de Tefé, no Amazonas. Esse movimento emergiu devido à preocupação com a pesca predatória e os conflitos vivenciados. Inicialmente liderado por Falco Michiels, um religioso holandês da Prelazia de Tefé, o movimento visava apoiar os trabalhadores e garantir a preservação dos recursos naturais, especialmente dos peixes. Irmão Falco, também conhecido como Piet Micheles, defendia a organização e união das comunidades em torno de interesses coletivos, enfatizando a importância de “defender o peixe na mesa” para a sobrevivência da população local. Ele é considerado, na região, o pioneiro na conscientização ambiental em Tefé, pois trabalhou coordenando a Pastoral da Terra e mobilizou a população para proteger os lagos e estabelecer os Acordos de Pesca Comunitários.

O movimento de defesa do peixe nas comunidades do município propôs a categorização dos lagos em áreas de manutenção, procriação e livre uso, visando garantir o acesso dos ribeirinhos aos recursos aquáticos essenciais para sua subsistência. Raimundo afirmou que os comunitários participaram ativamente deste movimento em defesa do peixe. Ademais, passaram a dividir os lagos, conforme seu tipo de uso. As comunidades definiam a categoria de lago com base nos critérios de acessibilidade, tamanho e produtividade, de modo que os lagos de manutenção seriam aqueles reservados para as famílias que moravam perto. Nestes lagos, todos podiam pegar o peixe necessário para alimentação, mas somente com instrumentos simples, como caniço, zagaia, flecha e pequenas

redes (Derrick, 1992). Nesta região, seria vedado o uso para comercialização. O lago de procriação seria aquele “sagrado”, que nem um santuário. Ali, ninguém podia pescar, nem mesmo o pessoal da comunidade. É o lago onde os peixes vão procriar, crescer e multiplicar-se para depois povoar outros lagos e rios, sendo a dificuldade de acesso um dos critérios para a seleção dos lagos de procriação. Além dessas duas categorias, havia a categoria de lagos “livres”, sem o controle das comunidades, destinados à pesca comercial, tanto por parte das associações de pescadores municipais como dos comunitários. Para além dessas categorias, existiam lagos de “reserva”, que ficavam reservados para assumir a função de outros lagos que porventura não pudessem cumprir com sua função original. A divisão dos lagos em seus tipos de usos revela os princípios norteadores do movimento de preservação.

Os comitês de pesca foram formados nas comunidades para delimitar e proteger essas áreas, enfrentando desafios, como a pesca ilegal por parte de grandes barcos pesqueiros e a resistência de alguns moradores locais. As estratégias de proteção variavam, indo desde a vigilância dos lagos até abordagens não violentas aos invasores, embora a persistência das dificuldades, especialmente devido à falta de apoio das autoridades competentes. Apesar disso, o movimento se expandiu para outros municípios ao longo do rio Solimões, com a atuação da Comissão Pastoral da Terra, buscando promover o desenvolvimento sustentável e a preservação dos recursos naturais em toda a região.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975, em resposta aos problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais na Amazônia durante a ditadura militar, expandiu seu foco para incluir questões de preservação dos recursos pesqueiros no Amazonas. Em contraste com seu trabalho em outras regiões do Brasil, onde lidava principalmente com questões agrárias, na Amazônia, a CPT concentrou-se na apropriação e uso dos

recursos aquáticos, especialmente a pesca. A partir de 1983, a comissão começou a abordar a preservação dos recursos pesqueiros, culminando no 1º Encontro de Ribeirinhos em Tefé, Amazonas. Durante esse encontro e os subsequentes, as comunidades discutiram a preservação dos lagos e a defesa dos peixes, resultando na proposta de uma política de pesca. Apesar dos avanços, esbarraram em obstáculos legais e conflitos com colônias de pescadores, o que fortaleceu o movimento ambientalista (Medeiros, 2017).

O Grupo de Preservação e Desenvolvimento (GPD) de Tefé emergiu como um agente importante, implementando medidas de vigilância e conscientização ambiental. Esses esforços levaram ao reconhecimento dos órgãos governamentais e à criação de reservas extrativistas na região de Tefé. No entanto, apesar dos desafios, o movimento conseguiu gerar uma nova consciência sobre a proteção dos recursos pesqueiros na Amazônia, culminando na criação das primeiras reservas extrativistas dentro dos limites da Prelazia de Tefé, com a finalidade de preservar os lagos e assegurar o sustento das comunidades ribeirinhas. Sobre a criação das Reservas Extrativistas, o padre Antônio Jansen, em seus manuscritos, salientou:

Em 2022, havia três RESEX, a do Médio Juruá, acima de Carauari, com 253.226 hectares, outra no Baixo Juruá (Caitaú) com 187.982 hectares e a RESEX do Auti-Paraná, entre o Solimões e o Japurá, com 146.950 hectares. Duas reservas extrativistas estavam em fase de formação: a de Catuá-Ipixuna e a do Jutai (Caderno 19, p. 1735).

Outra luta identificada como fruto da organização das comunidades foi a luta pela terra, resultado do amadurecimento da organização coletiva dos sujeitos do Lago, especificamente dos comunitários de Bom Jesus do Bacuri (Santos, 2016). Essa luta carrega uma especificidade, pois foi pensada, articulada

e protagonizada pelos moradores dessa comunidade sem a mediação da Igreja. Ou seja, a autonomia preterida pelo Movimento de Educação de Base (MEB) alcançou seus objetivos, visto que os moradores e moradoras do Bacuri desenvolveram táticas de resistência para não serem expropriados da terra onde sempre viveram e trabalharam.

O conflito com a família Rodrigues surgiu quando Lázaro nega aos moradores a demarcação e titulação da terra, cruciais para acessar benefícios sociais e garantir a permanência na região. A territorialização da comunidade iniciou em 1971, com Lázaro doando verbalmente parte de sua terra para a área da comunidade. A ausência do título definitivo da comunidade deflagrou conflitos futuros, sendo essa luta reacendida em 2009, quando os moradores decidiram reivindicar a titulação que era exigida para ampliar a escola e acessar benefícios do INSS. Após negociações e recuos, a autorização para medir o terreno foi dada e revogada, resultando em novas tensões entre os comunitários e a família Rodrigues, proprietária do ponto de vista legal da terra.

Os comunitários desenvolveram táticas diante do conflito, fazendo uso de discursos ocultos e públicos. Armando, na época presidente de Bacuri, emergiu como uma figura central na resistência contra as investidas de Lázaro Rodrigues para expulsar os moradores. Sua postura confrontadora e a referência ao direito de usucapião evidenciou a luta pela legitimação da ocupação da terra. As mulheres da comunidade também desempenharam papéis importantes na resistência, enfrentando ameaças e liderando o movimento. Apesar das negociações e dos confrontos, após não terem suas reivindicações atendidas, os moradores recorreram a táticas não convencionais, como articulações informais e ações desviacionistas. Um mediador importante nesse processo foi o Sr. Renivan, funcionário da Prefeitura de Tefé e com laços

familiares na comunidade, que orientou os moradores e facilitou o acesso aos trâmites burocráticos.

Houve um embate judicial entre os moradores e Lázaro Rodrigues, que reivindicava a posse da terra. Renivan desempenhou um papel crucial ao orientar os moradores sobre os procedimentos legais necessários para garantir seus direitos. A prefeitura, sob a gestão de Sidônio Gonçalves, acabou emitindo um título definitivo para a comunidade, o que foi uma conquista incomum, dadas as práticas habituais de favorecimento aos grandes proprietários de terra.

Apesar disso, as contradições persistiram, com Lázaro e sua família contestando a legitimidade da terra dos moradores, mesmo após a obtenção do título. O INCRA também questionou a validade do documento emitido pela prefeitura. No entanto, para os moradores, a posse do título definitivo representou uma vitória significativa e a garantia de seus direitos territoriais, culminando em uma emocionante celebração na comunidade após terem conquistado a titulação coletiva da terra no ano de 2013.

Essa luta evidenciou a determinação e a capacidade de organização dos moradores, que conseguiram superar obstáculos burocráticos e resistir às pressões externas, conquistando o direito à terra de forma autônoma e protagonista.

Considerações finais

Apesar dos avanços conquistados através das lutas destacadas neste texto, tais como as políticas públicas de educação, direito à terra e preservação dos lagos, as comunidades rurais atualmente testemunham o enfraquecimento desse processo de organização. No cenário atual, muitas associações estão inativas, e as reuniões comunitárias contam com a presença reduzida de moradores que sentem a necessidade de manter seus nomes nas atas das associações para atender

às exigências das instituições federais, estaduais e municipais, adotando a linguagem dos movimentos sociais. Diversos fatores contribuem para esse enfraquecimento, como novos anseios surgidos no final da década de 90, que fragilizaram o modelo de organização social predominante nas décadas de 70 e 80, o crescimento urbano experimentado pelo município de Tefé e o desenvolvimento tecnológico, resultando em uma migração significativa do campo para o centro urbano da cidade. O aumento da influência das religiões protestantes também é apontado como um dos principais fatores desse enfraquecimento.

Atualmente, parece estar ocorrendo uma retomada da organização informal que existia antes das intervenções do MEB. Nesse modelo de organização, os moradores das comunidades preferem uma abordagem menos formal, especialmente no contexto de trabalho agrícola e na manutenção de seu modo tradicional de vida. Essa organização informal é baseada nas necessidades imediatas das famílias e na preservação de seus modos de vida, refletindo-se nas relações sociais cotidianas, como no momento da produção da farinha, nas refeições compartilhadas e na divisão sexual do trabalho. Consideramos que os modelos de organização formal e informal continuam a existir como formas de resistência, diante das dificuldades enfrentadas por esses sujeitos históricos, representando, acima de tudo, uma resistência para permanecer em suas territorialidades.

Em suma, acompanhar a jornada dessas comunidades do Lago de Tefé é mais do que simplesmente observar o cotidiano rural; é redefinir nossa compreensão desse mundo, reconhecendo sua dinamicidade e diversidade organizacional. Este estudo buscou mapear as intrincadas experiências de vida, estruturas sociais e lutas dessas comunidades, trazendo para o discurso público as vozes de homens e mulheres que resistiram às pressões capitalistas do Estado e defenderam seus modos de vida e trabalho. Ao iluminar algumas lacunas historiográficas,

esperamos ter provocado reflexões e questionamentos que inspirem futuras investigações sobre esses protagonistas históricos, abrindo um vasto campo de possibilidades para explorar e entender melhor a riqueza cultural e social dessas comunidades do interior.

- ALMEIDA, A. W. B. *Conflito, poder e mediação: os antagonismos na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993. v. 1, p. 43.
- CADERNO 19. *Manuscrito do padre Antônio Jansen*. Arquivo da Prelazia de Tefé-AM, p. 1735.
- CRUZ, M. J. M. *Territorialização camponesa na várzea da Amazônia*. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- FAVERO, O. *Uma pedagogia da Participação Popular: análise da prática pedagógica do MEB - Movimento de Educação de Base, 1961-1966*. Campinas: Autores Associados, 2006.
- JORNAL DO COMÉRCIO. *Fuga do pirarucu preocupa o governo*. 10 abr. 1980.
- JORNAL DO COMÉRCIO. *Pesca criminosa nos rios merece condenação*. 13 mai. 1980.
- JORNAL DO COMÉRCIO. *Pesca predatória e profissional esvazia o interior*. 31 out. 1981.
- JORNAL DO COMÉRCIO. *Pesca, proibição da pesca no tempo da desova em todo o Estado*. 13 jan. 1984.
- MEDEIROS, M. X. *Puxirum de histórias: lutas por terras e águas em Vila Amazônia/Parintins (1980-2000)*. Tese (Doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.
- RELATÓRIO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS, 1941. Arquivo Público do Estado do Amazonas.
- SANTOS, J. A. *Comunidade Rural Bom Jesus do Bacuri: memórias, experiências e luta pela terra 1971-2013*. 2016. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.
- WOLFF, C. S. *Marias, Franciscas e Raimundas: uma história das mulheres da floresta Alto Juruá, Acre 1870-1945*. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.



Memória e narrativa sobre o Seringal de Santa Bárbara (Rio Purus-AM): construção e experiência de pesquisa

Fabiane Queiroz de Freitas Rebelo

Considerações iniciais

Nesse artigo, proponho compartilhar um pouco da minha experiência na pesquisa realizada sobre a Comunidade de Santa Bárbara, localizada no Rio Purus, no Amazonas, assim como as reflexões surgidas em meu projeto de pesquisa de mestrado sobre o tema. A localidade escolhida era um seringal, e a pesquisa concentrou-se no período de 1940 a 1980, com o objetivo de coletar, por meio de entrevistas, as memórias e narrativas de alguns de seus moradores e ex-moradores, abordando as questões relacionadas ao mundo do trabalho e das sociabilidades dessa comunidade.

outros autores clássicos. Essas transformações refletiram na literatura, acabando por criar uma visão homogênea desses trabalhadores e trabalhadoras dos seringais.

Refletimos sobre a importância da História Oral para alcançarmos e adentrarmos essas comunidades ribeirinhas, onde podemos coletar e trazer para a academia conhecimentos que já permeiam a sociedade amazônica e que constroem nossa forma de ser dentro desse ambiente. Assim, são fomentadas cada vez mais as trocas entre os conhecimentos das populações e as produções dentro das universidades, a fim de estreitarmos cada vez mais esses laços que, por muito tempo, produziram trabalhos que acabaram silenciando ou não priorizando as vozes desses sujeitos históricos.

Para analisar as entrevistas, trago como guia alguns estudos feitos por Michael Pollak, Alessandro Portelli, José Carlos Sebe Bom Meihy, Pierre Nora e Ecléa Bosi. Esse arcabouço teórico foi importante para criar a base necessária para pensar as memórias e narrativas coletadas, assim como a própria organização do que seria feito antes delas. Cada autor traz um ponto de análise específico, que ajudou a moldar a minha abordagem sobre os conteúdos coletados e sobre a troca feita entre historiador e narrador.

Construção da pesquisa

A construção de uma pesquisa pode, à princípio, parecer algo simples para o leitor não familiarizado com o processo: um caminho objetivo do pesquisador, com um tema flutuante e neutro, que orbita a estante de temáticas históricas e sociais disponíveis para estudo. No entanto, nada da construção dessa pesquisa é óbvia. Ela foi construída juntamente com o tempo presente do historiador, com os debates historiográficos e com as janelas de oportunidades observadas.

Mesmo que se trate de uma pesquisa de caso, de apenas um dos seringais do Rio Purus, pensaremos na teia formada nas ligações dentro do seu espaço e tempo, pensando naqueles que compartilharam essa vivência e observando sua visão em relação ao viver e trabalhar no seringal dos anos 40-80, além de fomentar os debates acerca do caráter dual deste local e permitir que se faça uma análise que vá além da ideia do seringal genérico já tão falado na historiografia. Podemos perceber isso na obra de João Pacheco de Oliveira, chamada *O nascimento do Brasil e outros ensaios: 'pacificação', regime tutelar e formação de alteridades*, no capítulo 3 intitulado *A Conquista do Vale Amazônico: Fronteira, Mercado Internacional e Modalidade de Trabalho Compulsório*, onde o autor comenta sobre a importância de analisarmos mais profundamente o estudo da história da borracha na Amazônia para além do que a “história geral” (Oliveira, 2016, p. 117) propõe, valorizando também a análise do que antecedia o apogeu da borracha e o pós-apogeu, o declínio, como é o caso dessa pesquisa, e outras que refletem até os dias atuais.

Na tentativa de responder aos anseios da sociedade de seu tempo, autores como Arthur César Ferreira Reis, em sua obra *O Seringal e o Seringueiro*, irão propor uma ideia de seringal genérico que não se propõe a fazer longas análises sobre as especificidades deles, mas acaba por colaborar com a criação de um discurso homogêneo deste ambiente, que não consegue contemplar toda a complexidade da realidade. Falam sobre os barracões, mas não adentram em temas sobre a sociabilidade desse ambiente, nem tampouco falam sobre as relações da comunidade que se criam nos seringais, temas estes que atualmente podem ser analisados de forma mais profunda.

Anteriormente mais presa às análises econômicas e modelos generalizados, a historiografia se vê agora em um bom momento para buscar outras formas de olhar esse processo, levando em conta o fator humano e individual, no cotidiano do viver e trabalhar em um seringal, atento ao olhar para os

detalhes que, à primeira vista, podem passar despercebidos ou secundários, tendência que já podemos notar nas obras de Márcia Nunes Maciel, chamada *O espaço lembrado: experiências de vida em seringais da Amazônia*, e de Davi Avelino Leal, intitulada *Entre Barracões, Varadouros e Tapiris – Os Seringueiros e as Relações de Poder nos Seringais do Rio Madeira (1880 – 1930)*.

A área relativa ao Rio Purus, desde as primeiras expedições financiadas pelo governo provincial, foi alvo de cobiça por suas riquezas naturais, de futuras pretensões e ocupações, como visto no seguinte trecho citado trazido por Willas Dias da Costa (2017, p. 32), em sua tese de doutorado:

Segundo Silva Coutinho (1863), o rio Purus era abundante em seringa, salsa, óleo, cacau, castanha etc. e que seus terrenos se prestam perfeitamente ao cultivo de café, algodão, cana, mandioca, arroz, milho, feijão e outros gêneros. Logo, todo o interesse nesta região era devido, sobretudo, às grandes áreas de seringais que ali se deparavam, e essa grande diversidade de seringais e castanhais, como também de outras espécies de interesse comercial, se dava pela existência de extensos ambientes de várzea, ou seja, o Purus encontra-se localizado em uma área que constantemente está sendo renovada pela deposição de materiais (argila e areias), fazendo com que o solo da região apresente uma ótima fertilidade e abundância de espécies, tanto de origem animal quanto vegetal.

Criou-se, assim, toda uma rede de relacionamentos, rica de diversidade e dualidade, que instiga nossa pesquisa a entender melhor o funcionamento desse ambiente do seringal do rio Purus, herdeiro de uma forma de dinâmica social e de trabalho que reverbera, mesmo que de forma discreta e inconsciente, até os dias atuais em comunidades e municípios do Amazonas.

Devemos, também, levar em consideração as mudanças ocorridas nos seringais com o declínio da economia gomífera, que fez com que algumas das dinâmicas que ocorriam nesse ambiente se modificassem para melhor atender às demandas e necessidades da população, seja em relação à sociabilidade ou no mundo do trabalho.

Passados os anos, já no contexto da Segunda Guerra Mundial, vemos um novo olhar sobre o comércio da borracha na Amazônia, que devido à “interdição japonesa aos mercados tradicionais do sudeste asiático” (Garfield, 2009, p. 19), voltou a se tornar uma alternativa atrativa e urgente em relação ao fornecimento de borracha aos Estados Unidos, visto que, mesmo antes da guerra, o abastecimento de borracha para a produção industrial já era um desafio para o país, devido à alta dependência de importação dessa matéria-prima e importância por sua larga utilização em produtos bélicos ou não, em que durante a guerra ganharam ainda mais destaque, principalmente, na indústria de pneus, por contribuir com a “revolução no transporte individual de longa distância”³⁵.

Acordos estratégicos foram traçados entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos nesse período, a fim de impulsionar e aprimorar a produção da borracha amazônica. Alimentando um ideal de “ressurgimento do comércio de borracha na Amazônia”³⁶, acelerado pela entrada dos Estados Unidos na 2ª Guerra Mundial, a borracha silvestre foi uma das opções para suprir as necessidades mais imediatas da indústria, isso até que a borracha sintética tomasse a maior parte desse espaço e fizesse, novamente, a silvestre perder importância nesse comércio.

Logo, todas essas modificações causaram alterações significativas nas formas de dinâmica dos seringais, que

35 GARFIELD, S. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, n. 57, 2009, p. 23.

36 *Ibidem*, p. 26.

atendiam agora a uma nova estrutura, promovendo novas formas de relações entre seringueiros e seringalistas, na própria teia de relações com sua comunidade e arredores em que esses se encontravam.

Na obra *O nascimento do Brasil e outros ensaios: 'pacificação', regime tutelar e formação de alteridades*, no já mencionado capítulo 3, de João Pacheco de Oliveira, este nos chama atenção ao fato de que a compreensão do período da borracha precisa passar por análises mais capilares e verticalizadas. Em outras palavras, trata-se de investigar seringais específicos, buscando um olhar mais atento que revele o cotidiano e as formas de sociabilidade. Foi pensando nessa questão levantada por João Pacheco que cheguei ao escopo atual da proposta da pesquisa.

A escolha por analisar a história do Seringal de Santa Bárbara em específico se deu por alguns fatos: o primeiro é de que possuo uma ligação familiar com o local, visto que meu bisavô Aristides de Queiroz Pierre foi patrão nesse seringal³⁷, e posteriormente meu avô Mateus Soares de Freitas e minha avó Deusdina Queiroz de Freitas também. Hoje, já falecidos, Mateus e Deusdina passaram para os filhos muitas das histórias que até hoje são contadas pelos mesmos, além da própria vivência dos meus tios e tias nesse local, como algumas das narrativas contadas pela primeira entrevistada, Maria Auxiliadora Queiroz. O segundo ponto que sempre me chamou atenção e curiosidade, era o fato de como as histórias contadas em família, sobre a vivência no seringal, eram tão diferentes e possuíam uma riqueza de dinâmicas tão grande, que contrastavam de certa forma com o que eu lia nos livros de história na escola sobre os seringais: um mundo de sociabilidades que parecia sumir nas linhas da história oficial.

37 O Seringal de Santa Bárbara foi adquirido por Aristides de Queiroz Pierre, em 1940, e passou aos cuidados de Mateus Soares de Freitas e Deusdina Queiroz de Freitas, em 1968.

Abrir meu olhar para todos os trabalhadores do Seringal de Santa Bárbara, tendo como entrevistadas, também, as mulheres trabalhadoras desse local, me faz refletir sobre a importância cada vez mais latente das pesquisas de História Oral, principalmente ao tratarmos com comunidades rurais no Amazonas, como comenta Ecléa Bosi (2003, p. 15) sobre o trabalho com a memória:

Os velhos, as mulheres, os negros, os trabalhadores manuais, camadas da população excluídas da história ensinada na escola, tomam a palavra. A história, que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios. A literatura conhecia já esta prática pelo menos desde o Romantismo: Victor Hugo faz surgir Notre Dame de Paris num quadro popular medieval que a história oficial havia desprezado. A memória dos velhos pode ser trabalhada como um mediador entre a nossa geração e as testemunhas do passado. Ela é o intermediário informal da cultura, visto que existem mediadores formalizados constituídos pelas instituições (a escola, a igreja, o partido político etc.) e que existe a transmissão de valores, de conteúdos, de atitudes, enfim, os constituintes da cultura. A memória oral, longe da unilateralidade para a qual tendem certas instituições, faz intervir pontos de vista contraditórios, pelo menos distintos entre eles, e aí se encontra a sua maior riqueza.

O ponto de partida se deu através de conversas e entrevista com Maria Auxiliadora Queiroz, de modo que essa se permitiu contar algumas das histórias ocorridas durante o seu período de moradia no seringal de Santa Bárbara (1950-1980). Nesta entrevista, percebemos como era necessário fazer uma análise mais aprofundada sobre essa experiência, em que pudéssemos olhar, com mais atenção, os detalhes e permanências que sobreviveram a essa passagem, como o

mundo do trabalho perpassa essa narrativa, qual o lugar desse seringal no contexto social e econômico, qual a forma como as memórias dos moradores de Santa Bárbara são construídas, quais as formas de sociabilidade e quais os significados dos marcos que aparecem e suas relações com o contexto histórico.

Essa pesquisa vem com o intuito de colaborar com as produções que existem em relação às vivências nos seringais, tendo em vista que ainda não foram produzidos trabalhos de análise referentes ao seringal de Santa Bárbara, abrindo o recorte de uma possibilidade de observar esse ambiente fora do apogeu da borracha.

Metodologia e experiência prática de História Oral

Sendo uma pesquisa que se baseia, em grande parte, nas fontes orais, utilizamos as metodologias de análise e reflexão dos trabalhos de Ecléa Bosi (2003), Michael Pollak (1989, 1992), Alessandro Portelli (1996, 1997, 2016) e José Carlos Sebe Bom Meihy (2007, 2010), entendendo as necessidades que o trabalho com essas fontes possui. Sabe-se que a produção do documento que nasce da colaboração entre historiador e entrevistado vai muito além de mero suporte para o que foi dito, mas parte de um trabalho intelectual de construção da memória e organização da mesma, até que se torne narrativa captada, para que posteriormente esse material siga para o trabalho da transcrição desse áudio/vídeo, fase em que ocorre possivelmente uma “transcrição” (Meihy, 2010, p. 191). Aprofunda-se, portanto, muito mais as questões que não conseguem ser captadas apenas com a escrita simplista do que fora dito, visto que é também a partir da perspectiva do historiador que ela será feita e analisada, somado com aquilo que está além do que fora falado, abarcando os silêncios, gestos, fugas e devaneios dos entrevistados, que o documento escrito muitas das vezes não consegue captar e condensar.

No início da construção da pesquisa, tínhamos como objetivo tratar apenas sobre as questões relacionadas ao barracão do Seringal de Santa Bárbara. Porém, seguindo orientações e baseando-se nas reflexões de Meihy sobre os gêneros narrativos da História Oral, como os trazidos pelo autor, em “Memória, História Oral e História”, optou-se por executar uma entrevista com a colaboradora Maria Auxiliadora Queiroz, seguindo um procedimento de ‘entrevistas abertas’ ou ‘não diretivas’³⁸, oportunidade em que tive uma guinada na proposta de pesquisa e ampliei o leque e meu panorama de abordagem, a fim de atender aquilo que a fonte me trouxe, dando ênfase ao cotidiano do trabalho e as sociabilidades.

Optar por uma entrevista aberta não me limitou de, também, tratar questões mais fechadas com outros entrevistados, onde nas entrevistas seguintes com os outros colaboradores foram utilizadas algumas questões norteadoras, ainda que de forma flexível, dentro das temáticas dos mundos do trabalho e ligadas às sociabilidades.

Tendo isso em mente, seguimos observando as questões relativas à própria narrativa oral, para entendermos os meandros desse trabalho composto pela ideia de que “a memória é o lugar das articulações factuais e das impressões subjetivas sobre o vivido” (Meihy, 2010, p. 181-182), lembrando que devemos pensar para além do óbvio e explícito aquilo que é visto, por vezes, como particularidades, assim, “O teor subjetivo das variações é o coração dos estudos sobre memória oral”³⁹. Sobre essa perspectiva, procuro analisar o conteúdo da narrativa e trabalhar em conjunto com os colaboradores durante esse processo.

38 MEIHY, J. C. S. B. Memória, história oral e história. *Oralidades*: Revista de História Oral/ Núcleo de Estudos em História Oral do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Ano 4, nº 8. São Paulo: NEHO, jul./dez. 2010, p. 190.

39 *Ibidem*, p. 182.

O uso de fontes orais enriquece as pesquisas sobre história e faz com que possamos alcançar as muitas histórias disponíveis sobre nossa sociedade, a pluralidade de relatos que encontramos sobre os acontecimentos e a forma como isso fora construído nas memórias individuais e coletivas.

Para Michael Pollak (1992), em *Memória e Identidade Social*, a memória contém os seguintes elementos: os acontecimentos, vividos pessoalmente ou pelo grupo que o indivíduo se vê pertencente; as pessoas, que participaram ou não pessoalmente e no mesmo espaço-tempo que aquele que narra, mas que marcam de alguma forma o enredo de forma objetiva ou não; os lugares, ligados ou não a um tempo cronológico ou a uma memória pessoal. Esses elementos têm o caráter de se pautarem no real, porém, podem vir a ocorrer situações em que há projeções ou transferências de um acontecimento, pessoa ou lugar lembrado para outro. Isso pode ocorrer por diversos motivos, o que inclui a intervenção por meio do elemento social.

A forma como as datações surgem na memória narrada possui a peculiaridade de se adaptar ao perfil do narrador e à narrativa, que, a depender do caso, pode dar mais ênfase à sua vida privada ou pública, mesclando ambas ou priorizando uma em detrimento da outra. Tendo isso em mente, podemos destacar o caráter seletivo da memória, levando em consideração algumas das características abordadas, o que nos mostra que nem tudo é registrado ou permanece gravado nela. Observar a forma como a narrativa apresenta flutuações que refletem o presente do narrador, características próprias do ato de narrar e de organizar a memória, são elementos que não devem ser deixados de lado durante a análise de uma entrevista, como dito por Pollak (1992, p. 204):

[...] a memória é um fenômeno construído. Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes.

O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização.

Sendo um fenômeno construído, a memória pode aparecer em constante cenário de conflito e de disputa na história oficial, ou mesmo entre os grupos, como os familiares. Nota-se que ter elementos em comum na memória de indivíduos ou de grupos não significa que eles se vejam incluídos na mesma narrativa ou perspectiva de outrem.

O trabalho com a memória mostra a construção da representação de um passado e na história de vida das pessoas, podendo haver fatos que ficaram mais ou menos solidificados, cabendo ao historiador analisar as possíveis motivações para que isso ocorra. A fluidez, o silêncio e a dificuldade de expressar algum acontecimento são problemáticas que servirão como eixo para que se note os pontos mais delicados da narrativa.

Considerações finais

A utilização da História Oral para alcançar esses homens e mulheres da Amazônia tem sido de grande valia, principalmente em relação ao fato de podermos propagar o conhecimento dessas experiências de vida cotidiana, as narrativas e memórias desses indivíduos, que falam muito sobre os costumes dessas comunidades, municípios e cidades formadoras do nosso ser amazônida, mesmo com todo o panorama histórico de exploração, o que culminou em grandes desigualdades e injustiças para nossa população. Essa ainda resiste nos dias atuais a uma realidade contraditória, que não condiz com os seus anseios e aquilo que valorizam o seu modo de vida. Reflito sobre o longo período de silenciamento e escamoteamento dessa população refletidos nos livros de história e na história oficial, escondendo toda a abundância de

memórias há tanto tempo represadas, que vêm pouco a pouco modificando a paisagem acadêmica.


Diante disso, observamos que as memórias sobre as dinâmicas dos seringais podem ser bastante ricas e diferir da imagem cristalizada encontrada, por vezes, na literatura clássica. Isso se dá, principalmente, em função do entrevistado, do tempo e da localização, em que suas experiências se deram nesses espaços dos mundos do trabalho, o que ressalta a importância do estudo de seringais específicos, assim como sobre a história de vida dos moradores desses locais, para que possamos observar, com maior precisão, as redes de sociabilidades que eram construídas nesses ambientes. Posto isso, as dinâmicas dos mundos do trabalho aparecem nas vozes e memórias narradas de homens e mulheres, impactando a realidade atual de diversas comunidades amazônicas.

Trazendo para o mundo acadêmico as vozes desses trabalhadores e trabalhadoras, o uso da História Oral colabora para romper os silêncios existentes sobre as dimensões de vida, individuais e coletivas, que fazem parte da construção da História da Amazônia, ressaltando a importância de uma postura dialógica entre os conhecimentos, saberes e experiências das comunidades rurais amazônicas e os acadêmicos.

Dessa forma, reforço a importância do estudo dos seringais específicos no tempo e espaço, para pensarmos essa perspectiva da Amazônia na sua mais pura variedade de vozes e narrativas, experiências que enriquecem nosso conhecimento e nos fazem conhecer e reconhecer nossas próprias histórias. Destaco, por fim, o papel de relevância das pessoas comuns que fazem a História do Brasil, que estão sempre em ação enquanto agentes das suas próprias histórias.

- BOSI, E. *O tempo vivo da memória* – ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- COSTA, W. D. *Os Patrões do Purus: Elites Fundiárias, Poder e Novas Dinâmicas Territoriais no Sul do Amazonas*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) – Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Manaus, 2017.
- GARFIELD, S. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, n. 57, 2009.
- GOOGLE MAPS. *Seringal de Santa Bárbara*. Google, 2024. Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/spfjPUZBgukQMJobA>. Acesso em: 01 abr. 2024.
- LEAL, D. A. *Entre barracões, varadouros e tapiris: os seringueiros e as relações de poder nos seringais do Rio Madeira (1880-1930)*. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007.
- MACIEL, M. N. *O Espaço lembrado: experiências de vida em seringais da Amazônia*. Manaus: EDUA, 2013.
- MAIA, R. C. M. Sociabilidade: Apenas um Conceito? *GERAES: Revista de Comunicação Social*, n. 53, 2001.
- MEIHY, J. C. S. B. Memória, história oral e história. *Oralidades: Revista de História Oral/ Núcleo de Estudos em História Oral do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo*. Ano 4, n. 8. São Paulo: NEHO, jul./dez. 2010.
- MEIHY, J. C. S. História Oral: 10 itens para uma arqueologia conceitual. *Oralidades: Revista de História Oral/Núcleo de Estudos em História Oral do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo*. Ano 1, n. 1, 2007.
- NORA, P. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo*, v. 10, dez. 1993.
- OLIVEIRA, J. P. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.
- PESAVENTO, S. J. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- POLLAK, M. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.





POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, A. A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1996.

PORTELLI, A. *História Oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, v. 14, fev. 1997.

REIS, A. C. F. *O seringal e o seringueiro*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1956.

“A ALCOA ela fez muita coisa com nós, aí que foi formada essa associação da ACORJUVE, foi por luta”: memórias de luta pelos royalties contra a mineração em Juruti-Velho/PA

Maiara Andrade Paes

Considerações iniciais

O presente capítulo visa analisar as narrativas que permeiam a luta pelos royalties⁴⁰ enfrentada pelas comunidades tradicionais de Juruti Velho, no estado do Pará, sob a ótica da trabalhadora rural Cenira de Souza Camarão. Ela desempenha um papel ativo nas organizações políticas locais e é sócia da Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho

40 Segundo Demeda e Carvalho (2018), com o desdobramento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), em 2010, as comunidades representadas pela ACORJUVE começaram a receber, por meio da associação, pagamentos provenientes da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Royalties são pagamentos feitos a proprietários de recursos naturais ou direitos de propriedade intelectual em troca do uso ou exploração desses recursos por terceiros. No contexto, os royalties são pagamentos feitos pela empresa Alcoa aos representantes comunitários ou à comunidade em geral pelo uso da área explorada pela empresa dentro do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Juruti Velho. Esses pagamentos podem ser uma forma de compensação pelo uso da terra ou dos recursos naturais presentes na área.

(ACORJUVE)⁴¹, criada com o propósito de salvaguardar os direitos prejudicados pela instalação da mineradora ALCOA (*Aluminum Company of America*), na região em 2009.

As narrativas orais serão protagonizadas por Cenira de Souza Camarão, que compartilha sua participação na ocupação e mobilização social organizada em 2009, na mina da ALCOA, base do Caapiranga. A entrevistada tem 63 anos de idade, moradora da comunidade Prudente e sócia da ACORJUVE.

A narrativa oral transcende sua função como mero recurso histórico, emergindo como a expressão autêntica de subjetividades, experiências e memórias individuais e coletivas de uma comunidade. Este meio de comunicação carrega consigo a identidade política e cultural, além de suas pluralidades. Em particular, a narrativa dialógica é defendida e transmitida por meio do conhecimento, onde a narradora se reconhece como protagonista desse processo coletivo, analisando-o a partir de sua experiência, cotidiano e modos de vida. Autores como Marta Rovai (2013), Ecléa Bosi (1993), José Meihy (2007), entre outros, colaboram para as discussões sobre História Oral e memória.

A narrativa de Cenira traz à tona uma vida profundamente vinculada às práticas agrícolas e à comunidade de Juruti Velho. Cenira personifica a força da comunidade Prudente, onde encontramos colaboração, o trabalho conjunto e a solidariedade. Seu relato transcende sua memória individual ao narrar sua participação na formação da ACORJUVE e nas manifestações pelo direito aos royalties em 2009. Sua memória social evidencia a coragem da comunidade, destacando a

41 Art. 1º: A Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho, doravante denominada ACORJUVE, fundada em 21 de março de 2004, e uma Associação Civil, de direito privado, sem fins econômicos, constituída pela união e solidariedade dos moradores tradicionais e permanentes das Comunidades da Região de Juruti Velho, inseridas no imóvel conhecido como “Vila Amazônia”, parte do Estado do Pará (Estatuto Social da Associação das comunidades da Região de Juruti Velho, 2004, p. 1).

intensidade da luta e a resistência diante de desafios, como o uso de spray de pimenta pela polícia.

Juruti Velho foi considerado uma reserva de riquezas a ser explorada por meio de um projeto desenvolvimentista, que almejava trazer “desenvolvimento”, “progresso” e “preenchimento de vazios” para a Amazônia. Diante dessa perspectiva, as populações locais viram-se privadas de suas experiências, práticas e costumes associados aos espaços, os quais tornaram-se alvos de interesses e conflitos.

A luta pelos royalties contra a mineração em Juruti

A Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho do Projeto de Assentamento Agroextrativista PAE Juruti Velho⁴² opera como uma entidade essencial na defesa dos direitos e interesses das comunidades tradicionais e agricultores familiares que compõem o projeto. Seu funcionamento é pautado pelo estatuto da Associação, que estabelece os princípios pelos quais ela se orienta. A Associação desempenha um papel de representação, agindo como uma voz coletiva perante órgãos governamentais e instituições. Essa representação é fundamental para assegurar que as preocupações e necessidades dos moradores tradicionais e

42 O Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) é um modelo de regularização fundiária adotado para áreas ocupadas por comunidades tradicionais, como é o caso de Juruti Velho. O PAE visa garantir o uso sustentável da terra e dos recursos naturais, em consonância com as práticas agroextrativistas tradicionais dessas comunidades. No caso específico do PAE Juruti Velho, que abrange uma área de 93.831 hectares, a opção pela sua criação considerou o modo de vida das comunidades locais e sua autoidentificação como tradicionais. O processo de implantação do projeto levou cerca de quatro anos para ser concluído, começando em 17 de novembro de 2005, conforme estabelecido pela Portaria Incra nº 18/2005, e sendo finalizado em 30 de agosto de 2009. Durante esse período, foram realizadas diversas etapas para garantir a regularização e organização das terras ocupadas pelas comunidades de Juruti Velho (Demeda, 2020, p. 84).

agricultores familiares sejam consideradas nos processos decisivos em suas vidas.

A participação comunitária é um princípio fundamental da ACORJUVE, que promove assembleias e reuniões para envolver os membros, de forma ativa, nas decisões relacionadas ao projeto. Esses espaços proporcionam oportunidades para expressar opiniões e discutir estratégias.

A ACORJUVE é uma entidade fundada em 21 de março de 2004, com o apoio da Igreja Católica Apostólica Romana, através da Ordem Franciscana de Maristela⁴³. Seu surgimento está pautado nos princípios de representação e defesa dos moradores tradicionais e agricultores familiares, que compõem o PAE Juruti Velho, uma área que abrange diversas comunidades tradicionais da região. De acordo com o estatuto da Associação, os moradores tradicionais são caracterizados como aqueles que residem na região há mais de 5 anos, desempenhando atividades ligadas à produção familiar, como agricultura, extrativismo e artesanato. Esses moradores, que possuem posse da terra e são considerados permanentes, são representados pela ACORJUVE, que também engloba todos

43 A chegada das irmãs franciscanas de Maristella a Juruti Velho, na década de 1970, marcou a história local. Elas foram fundamentais na fundação da Igreja Católica na região, atuando na ausência de padres e se integrando às atividades da comunidade. Além disso, desenvolveram projetos de valorização dos agricultores, como a construção de casas para famílias de baixa renda e o apoio à educação infantil através do projeto Casulo, ainda ativo hoje. Em parceria com a Prefeitura Municipal de Juruti, o projeto Casulo oferece educação e alimentação para crianças de até cinco anos de idade. As irmãs de Maristella desempenharam um papel fundamental na implantação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e do Movimento de Educação de Base (MEB) em Juruti. Inspiradas pela teologia da libertação, elas foram essenciais na formação de lideranças locais, influenciando-se pelos ideais marxistas. Elas ofereceram um modelo de educação centrado na comunhão entre as pessoas, na conscientização política e social, e no desenvolvimento de um senso crítico em relação à realidade vivida. Essas iniciativas ajudaram a fortalecer a luta das comunidades locais por justiça social e melhores condições de vida (Demeda, 2020, p. 72).

os associados com terras em suas respectivas comunidades, os quais declaram ter nascido e sido criados, nessas terras que pertenceram aos seus antepassados (Paes, 2022, p. 347).

A mobilização social da ACORJUVE, em 2009, é um exemplo significativo de resistência e luta pelos direitos territoriais e tradicionais das comunidades locais contra a instalação da mineradora norte-americana *Aluminum Company of America* (ALCOA). A ALCOA obteve o direito de explorar a mina de bauxita de Juruti em 2000 e, a partir de 2009, começou a exportar bauxita, apesar das críticas e do conflito territorial com a sociedade local. As comunidades desenvolveram um processo de resistência e mobilização em defesa de seus direitos tradicionais e territoriais.

Essa resistência ocorreu a partir da organização comunitária, do puxirum⁴⁴ e da conexão com um contexto marcado pela validação dos direitos tradicionais e territoriais na constituição cidadã de 1988; na ratificação da Convenção 169 da OIT, de junho de 1989; na Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) (Silva *et al.*, 2020).

O Código de Minas do Brasil, criado em 1967, diz que os donos de terras têm direito a receber dinheiro pelo uso dos seus terrenos e a serem compensados por eventuais danos causados pela mineração. Também, eles têm direito a uma parte do dinheiro que a mineração gera nas suas terras. A Convenção nº 169 OIT, feita em 2011, protege os direitos dos povos tradicionais e indígenas. Ela diz que esses povos precisam ser consultados antes que qualquer mineração seja feita nas suas terras, mesmo que o governo seja o dono dos minerais.

44 Sendo um sistema de trabalho coletivo, “O puxirum é a troca de dia no trabalho ou auxílio-mútuo, geralmente utilizado para fazer a “roça da macaxeira”. No puxirum tradicional não há pagamento, não há venda de força de trabalho. Aquele que fez o puxirum nas suas terras tem o dever moral de ir para o trabalho do seu vizinho quando este fizer um puxirum” (Monteiro, 2017, p. 31).

Além disso, eles têm direito a receber parte do dinheiro que a mineração gera e a serem compensados por qualquer dano que isso cause (Demeda, 2020, p. 81).

Através da mobilização dos royalties e debates com a empresa e com o Estado, a ACORJUVE obteve reconhecimento de sua tradicionalidade e de seus direitos territoriais, passando a participar dos resultados da lavra com autonomia, da gestão dos recursos recebidos pela sua própria entidade e da titulação coletiva do PAE, com o repasse pelo Inbra do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU).

No entanto, vamos refletir aqui sobre a ideologia do “desenvolvimento”, conceito trazido pelos projetos desenvolvimentistas na Amazônia. Esta ideologia está presente em muitos projetos que visam explorar os recursos da região, tais como: a construção de hidrelétricas; a exploração de madeira e minérios; a expansão da agricultura.

Raymond Williams (2011) adverte contra a visão simplista que a define como um conjunto de ideias impostas à sociedade por um grupo dominante. Para Williams, a ideologia é um processo social dinâmico ligado às formações sociais e às relações de poder. A hegemonia é mais do que um controle político ou econômico, ela é construída e negociada através de processos ideológicos e culturais, logo, “temos que enfatizar que a hegemonia não é única; ao contrário, suas próprias estruturas internas são muito mais complexas e devem ser renovadas, recriadas e defendidas de forma contínua” (p. 52).

A Alcoa, como uma grande corporação, possui acesso e controle sobre os recursos naturais presentes na região onde opera. Isso pode incluir terras e água, que são essenciais para o modo de vida das comunidades locais. Ao controlar esses recursos, exerce uma forma de poder econômico sobre as comunidades.

Esse poder econômico e político privilegia a exploração em detrimento das identidades culturais e do meio ambiente. Como resultado, as vozes e perspectivas das comunidades

tradicionais são marginalizadas ou ignoradas em favor dos interesses da corporação, em meio a esse processo. Assim, a relação entre a Alcoa e as comunidades tradicionais ilustra como as grandes corporações podem exercer uma forma de hegemonia que vai além do controle dos recursos econômicos, influenciando, também, as ideias e os valores predominantes, como o de “desenvolver” e o “progresso”, impactando seus modos de vida.

O movimento social das populações tradicionais de Juruti Velho contra a Alcoa evidencia a dinâmica de resistência a uma hegemonia imposta por uma grande corporação. Ao se organizarem contra a Alcoa, buscam desafiar não apenas o controle econômico exercido pela corporação sobre os recursos da região, mas também a narrativa hegemônica que a empresa promove. A Alcoa, como uma grande corporação, representa uma forma de poder que vai além da esfera econômica, influenciando, também, as ideias e valores disseminados na sociedade, como a priorização do desenvolvimento econômico em detrimento da diversidade cultural, a pluralidade identitária, modos de vidas e meio ambiente. Causa o apagamento de formas de trabalho diversas, como extrativismo da castanha, do cipó e a caça, e retira, de forma violenta, modos de existência e coexistência.

No movimento de resistência, a ACORJUVE questiona ativamente essa hegemonia, ao contestar as práticas da empresa e ao reivindicar o direito às tradições culturais, como também a reivindicação dos royalties, pelas perdas e danos e participação da lavra explorada. Eles não apenas rejeitam uma imposição externa, como também desafiam a lógica internalizada promovida pela hegemonia, buscando uma reconfiguração das relações de poder.

No embate entre as comunidades locais e a Alcoa, observamos exemplos claros de “cultura opositora” (Williams, 2011), pois são formas de manifestações culturais que resistem ou se opõem às ideias e valores predominantes na sociedade. As práticas

e crenças mantidas por essas comunidades frequentemente desafiam as ideias de desenvolvimento e progresso, promovidas pela corporação e outros interesses corporativos.

A resistência ativa dessas comunidades, como evidenciada no movimento de 2009 para reivindicar royalties, pode ser interpretada como uma manifestação concreta da “cultura opositora”. Essas ações não somente desafiam a hegemonia da Alcoa, questionando suas práticas e influência na região, elas afirmam suas identidades políticas, práticas e costumes das comunidades locais.

Memória, campo de significação e representação de lutas coletivas, através da experiência individual

Segundo José Carlos Meihy (2007, p. 184), entrevistamos as pessoas individualmente sobre suas memórias, focando nas experiências únicas de cada pessoa. No entanto, é fundamental perceber que as declarações destas pessoas têm dois lados. Por um lado, o indivíduo funciona como um sintetizador das suas experiências únicas, filtradas pelas circunstâncias que as moldaram. Por outro lado, promove uma experiência coletiva, pois os indivíduos pensam de acordo com os fatores que influenciam o grupo a que pertencem.

A memória não é passividade, mas sim organização. É preciso respeitar os caminhos dos recordadores, que abrem um mapa efetivo intelectual, onde transmite sua experiência e experiência do seu grupo, “configurando seus olhos em uma imagem de campo de significações já pré-formadas nos depoimentos” (Bosi, 1993, p. 283).

Bosi (1993) afirma que esse campo de significação não é estático, ou seja, está em constante mudança e continua a se construir à medida que é observado. Nunca está acabado, mas sempre se recria em resposta às perguntas surgidas do próprio presente. É um conceito fluido, o que torna a memória

oral uma fonte de conhecimento proveniente de um sujeito humanizado, e não um “arquivo” fixo, pronto para fornecer respostas às nossas inquietações. Logo, a História Oral usa da memória social, precisando de um conjunto de sistematização e análises interpretativas.

A identidade do grupo é construída por meio de um processo de reconhecimento, pertencimento e continuidade histórica, fortalecendo-se em meio às lutas sociais, políticas e econômicas, enfrentando contradições e ambiguidades (Santos, 2007, p. 75). Dito isso, a resistência das comunidades tradicionais da região de Juruti Velho contra a implantação da mineração fortalece o reconhecimento da identidade política, caracterizando-os como moradores tradicionais que ocupam as terras desde a época de seus antepassados. Essas comunidades utilizam a terra para o cultivo, extrativismo, criação de animais, roçado e caça.

Quando se viram ameaçadas pelo racionalismo capitalista do “desenvolvimento” e pelo preenchimento de “vazios” na Amazônia, foram silenciadas por um processo concedido pelo Estado, sendo ignoradas como sujeitos históricos. Diante dessa adversidade, as comunidades se firmaram e se organizaram por meio de mobilização e ações jurídicas. Ao explorar a História Oral, buscamos compreender como essas comunidades atribuem significado às suas práticas e lutas.

Destacar as memórias e relatos de uma trabalhadora rural em confronto com a atividade mineradora, quer seja no seu dia a dia ou na esfera pública, permite refletir sobre como a mulher, sujeito social e político, vivenciou esse processo de maneira distinta, contribuindo subjetivamente para a construção histórica e desempenhando um papel crucial na construção da História Oral na Amazônia, como também em uma História Social mais plural.

“Foi luta, e gritamos quando eles diziam que iam jogar com nós, a gente gritava mais alto do que eles”: a voz feminina da cultura opositora

Marta Rovai (2013, p. 111) defende o direito à memória, ou seja, a História Oral contribuiu e vem contribuindo para evidenciar grupos excluídos de registros escritos e construir uma historiografia de vozes múltiplas e silenciadas. Assim, uma mulher como Cenira Camarão e seu relato oral colhido pela autora que vos escrevem apresenta caminhos para que ela possa entrar em cena, na chamada “grande história”, em que ela estava invisível e relegada à vida privada, situada nos bastidores de lutas atribuídas aos homens.

A história é uma construção social e nossas perspectivas moldam como enxergamos o passado, sendo uma escolha política. Ao destacar a memória e narrativa de uma trabalhadora rural em conflito com a mineração, vemos como as mulheres, sujeitos sociais e políticos, tiveram experiências e perspectivas distintas, desempenhando um papel significativo na construção histórica.

A História oral das mulheres contribui para destacar a interconexão entre a construção de papéis sociais e os direitos de cidadania nas narrativas coletivas; isso significa que a história oral de mulheres suscita novas questões na esfera da relação entre história e memória (Salvatici, 2005, p. 36).

Escrever a história das mulheres e suas vozes, ouvir o que elas têm a dizer sobre suas próprias experiências, é muito importante. Isso nos ajuda a entender que os papéis desempenhados pelas mulheres na sociedade estão interconectados com todas as lutas sociais na esfera pública,

como os direitos reivindicados e conquistados dos povos tradicionais, narrados por Cenira de Souza Camarão.

Nascida no ano de 1960, no dia 20 de setembro, Cenira de Souza Camarão traz consigo uma história de vida profundamente enraizada nas práticas agrícolas e na conexão com a comunidade de Juruti Velho. Antes de se aposentar, dedicou-se ativamente à roça, envolvendo-se na produção de farinha, criação e venda de galinhas.

Após sua aposentadoria, Cenira continuou sendo uma presença ativa na comunidade Prudente. Sua participação abrangia desde colaborar em trabalhos agrícolas até contribuir financeiramente, destacando a importância do apoio mútuo dentro da comunidade:

Cenira de Souza Camarão, sou do ano 60, do dia 20 de setembro. Eu trabalhava com roça... com roça, fazia farinha, vendia, trabalha também, e criava galinha, vendia. Depois que me aposentei e a velhice já vai [...] olha como funciona o trabalho? Olha o trabalho da comunidade nós funciona assim, em todos os trabalhos nós tamo lá, é trabalho de capinar, de carregar areia, carregar terra, é o nosso trabalho. É ajudar, colaborar, com dinheiro, com farinha, com o que dê. Assim é nossa ajuda como comunidade é isso aí. Era projeto de plantar cebola, criar galinha. Acho que não tá mais funcionando, mas tem uns que estão funcionando (Cenira Camarão, 2020).

Inicialmente, trabalhou na roça, cultivando alimentos, como a mandioca, para produção de farinha, os quais vendia para complementar a renda. Além disso, envolveu-se na criação e venda de galinhas. Mesmo após a aposentadoria e com o avançar da idade, Cenira destaca que as formas de trabalho na comunidade persistem, como o puxirum. Seja no cultivo da terra, na capina, no transporte de materiais, como areia e terra, seja em colaborações financeiras e com alimentos, ela ressalta

a natureza coletiva e solidária do trabalho na comunidade. Cenira menciona projetos passados, como o cultivo de cebola e a criação de galinhas, indicando mudanças ao longo do tempo, mas ressalta que alguns desses esforços ainda estão em andamento, refletindo a resiliência e a continuidade das práticas laborais na comunidade.

Ao contar sua história de vida, Cenira narra sua trajetória como trabalhadora, mesmo que de forma breve e resumida. No entanto, ela se organiza para transmitir suas experiências, onde ela “se diz e diz o mundo” (Cunha; Machado, 2003). Essa prática e o exercício do lembrar permitem a expressão de sua identidade, revelando as relações do seu trabalho rural que a definem. Ela também se localiza em um ambiente, onde, por meio das relações com sua família e vizinhos, evidencia-se a solidariedade e a divisão de trabalho, formando um “nós” que compartilha um sistema e significados por meio das atividades comunitárias. Nesse contexto, existe uma rede de colaboração, ao mencionar que quem capina também carrega areia e terra, ajuda na farinha, com dinheiro, caracterizando isso como o trabalho conjunto da comunidade Prudente, que ela, mesmo na sua velhice, continua atuando.

A atuação de Cenira se torna ainda mais marcante quando narra sua participação desde a criação da ACORJUVE do Projeto de Assentamento Agroextrativista Juruti Velho. Seu envolvimento remonta ao início das manifestações que levaram à formação da associação.

Olha querida, desde que começou essa ACORJUVE mana, quando... quando começou isso, começou uma manifestação. Desde lá, nós já fomos se congregando a ela. Olha mana, essa manifestação ela foi por uma luta de nós conseguir o nosso benefício, porque a ALCOA ela fez muita coisa com nós, muito que ela queria julgar, julgar povo. Foi que foi formada essa associação da ACORJUVE, foi por luta. E foi

luta, luta, aí nós se reunimos mesmo e fomos pra lá pra frente da base, aí eu não tô lembrando se foi duas semanas, parece que foi duas semanas essa luta. E foi pimenta pelo rosto e foi muita coisa (Cenira Camarão, 2020).

Cenira rememora os dias em que a comunidade permaneceu acampada em frente à base da ALCOA, conhecida como Base Capiranga, como parte da luta pelos royalties, em 2009. Desde o início da formação da ACORJUVE, a comunidade se uniu em uma manifestação prolongada de 2 semanas. Cenira destaca a determinação coletiva, descrevendo o período de acampamento como um tempo intenso de luta, quando a comunidade se reuniu diante da base da ALCOA. O acampamento simbolizou a persistência e firmeza dos moradores, que enfrentaram desafios, como o contato com o spray de pimenta. Mesmo diante de confrontos com a polícia, a determinação da comunidade não foi abalada.

Ecléa Bosi (1993, p. 281) explica que a família ou o grupo desempenha um papel importante como apoio, atuando como testemunha e intérprete das experiências individuais. As lembranças que formam a história de vida de uma pessoa são, ao mesmo tempo, uma construção social compartilhada pelo grupo ao qual ela pertence.

Quando Cenira menciona a formação da ACORJUVE e a manifestação que a acompanhou, ela destaca a importância da comunidade como um apoio coletivo diante dos desafios enfrentados. A comunidade não apenas testemunha, mas também interpreta e dá significado às experiências compartilhadas, e ela faz parte de uma totalidade, refletindo uma memória coletiva de toda ação, organização e luta em conjunto. Ela é testemunha e intérprete do acampamento pela reivindicação do royalty, onde sua experiência individual se entrelaça com a memória coletiva.

Diante da esquematização da memória e construção do significado das experiências vividas, ela destaca a coragem coletiva e a determinação em gritar mais alto do que aqueles que tentavam impor suas vontades, e sempre enfatiza em seu testemunho “foi luta”:

Meu amor, eu não sei esse ano que começou, eu não tô lembrada. E foi pimenta pelo rosto, era polícia, polícia... Igi, aqui nesse tempo a água tava entrando e as polícias coisa aí nós não criemos medo também né. E foi luta meu amor, e foi luta e gritamos quando eles diziam que iam jogar com nós, a gente gritava mais alto do que eles (Cenira Camarão, 2020).

Ao compartilhar suas recordações sobre o período de luta contra a ALCOA, menciona que não tem certeza sobre o ano exato em que começou, além de ressaltar a dificuldade de recordar detalhes específicos da época. No entanto, ela associa essa lembrança à presença da água, indicando que a memória é evocada pela relação entre as enchentes e vazantes do rio. Essa conexão entre a água e as lembranças sugere uma ligação profunda entre a memória e o esquecimento, onde determinados eventos são recordados não por datas específicas, mas por meio de experiências marcantes e suas relações com o ambiente, como as flutuações do rio. O movimento das comunidades aconteceu durante o mês de fevereiro, período de enchente do lago. Esse vínculo entre as memórias e a dinâmica do rio destaca a complexidade da relação entre a comunidade e o ambiente ao seu redor, onde as lembranças são moldadas pela interação contínua com a natureza.

Cenira: Participei, com meus filho tudinho até o fim do começo ao fim, do começo ao fim pra conseguir mana. Eu não peguei pimenta no meu rosto, mas aqui esse pessoal do Monte Sinai até

as crianças pegaram spray de pimenta no rosto, mas conseguimos porque tem um Deus lá do céu. Maiara: Quem ajudou vocês a construir a ACORJUVE?

Cenira: Olha, foi o Gerdenou nosso presidente. A irmã Blunildes, a Irmã Deca, a Irmã Fátima e muitas maravilhas. Foi de peso a igreja católica, não era com o terçado, mas era com bíblia na mão. Era hinos e hinos por cima de hino, e muitas oração pra que nós vencesse (Cenira Camarão, 2020).

Cenira Camarão narra com fervor e gratidão sua participação ativa na formação da ACORJUVE, destacando a presença dela e de seus filhos desde o início até o desfecho da luta. Embora não tenha pessoalmente enfrentado o uso de spray de pimenta no rosto, membros da comunidade, incluindo crianças, foram afetados por essas ações, destacando a intensidade e a seriedade da luta. Em sua fala, traz a representação da memória coletiva, onde seus conhecidos, vizinhos da comunidade da comunidade ao lado, do Monte Sinai Católico, sofreram violência policial.

A narrativa de Cenira evidencia a importância da colaboração entre diferentes setores da comunidade, destacando a influência e o suporte oferecidos pela Igreja Católica na formação e fortalecimento da ACORJUVE. A alusão aos hinos e orações sugere que a luta não foi apenas física, mas também espiritual, ancorada em valores e princípios compartilhados pela comunidade.

O pensamento e o sentimento religiosos, em suma, as representações e preceitos religiosos, são dimensões constituintes da práxis e se exprimem em práticas que os sustentam e conservam em condições históricas determinadas (Chauí, 1978, p. 13).

Marilena Chauí, em “Ideologia e Mobilização Social” (1978), nos fala sobre como as dimensões religiosas, como o pensamento e o sentimento religiosos, não são apenas aspectos separados da vida humana, mas são ligadas à práxis. Assim, a compreensão de Chauí destaca a interconexão entre crenças religiosas e a ação humana, argumentando que o pensamento religioso e as práticas associadas desempenham um papel fundamental na formação da práxis dentro de contextos históricos específicos.

Ambas as falas de Marilena Chauí e Cenira refletem a importância das dimensões religiosas na vida das comunidades. A experiência da mobilização social das comunidades tradicionais, especificamente na construção da ACORJUVE, foi também impulsionada pela fé e pela participação ativa da Igreja Católica.

A dimensão religiosa não está separada das atividades cotidianas ou da luta de classes. Cenira descreve a mobilização da sua comunidade como uma jornada que envolveu enfrentamentos, como o uso de spray de pimenta, mas ela atribui o sucesso da empreitada a um “Deus lá do céu”. Isso destaca como a fé e a crença religiosa serviram como uma fonte de fortalecimento e resistência, durante os desafios enfrentados pela comunidade. Além disso, a menção da Igreja Católica e da utilização de símbolos religiosos, como a bíblia e hinos, ilustra como as práticas religiosas estiveram intimamente ligadas ao processo de mobilização social. Isso sugere que, para essas comunidades, a fé não é apenas uma questão de crença individual, mas também desempenha um papel ativo na coesão social e na busca por objetivos comuns.

O relato de Cenira ressalta a complexidade dessa luta, indo além de simples confrontos físicos para abraçar uma dimensão mais ampla que envolve a união da comunidade, lideranças locais e o suporte moral e espiritual da igreja. Essa abordagem multifacetada, que combina esforços práticos com

elementos simbólicos e espirituais, destaca a profundidade e a tenacidade da luta das comunidades tradicionais de Juruti Velho contra as ações da Alcoa.

A luta pelos royalties, promovida pelo “Movimento Juruti em Ação”⁴⁵ e liderada pela ACORJUVE, iniciou-se em janeiro de 2009 com a reivindicação de que as autoridades de diversas esferas do poder (federal, estadual, municipal, local e empresarial) se reunissem para negociar com os representantes do movimento. Como resultado dessa mobilização, a ACORJUVE conquistou o direito de receber pagamentos da ALCOA, referentes à participação nos resultados da mineração no interior do PAE Juruti Velho. Os repasses financeiros feitos pela ALCOA à ACORJUVE foram significativos: R\$ 757.000,00 em 2009; R\$ 5.600.000,00 em 2010; e R\$ 3.600.000,00 em 2011 (Lopes, 2012, p. 187).

Após debates em uma assembleia, ficou definido que 50% dos royalties seriam distribuídos diretamente às famílias do PAE Juruti Velho, enquanto os outros 50% seriam investidos em melhorias coletivas, incluindo a própria ACORJUVE e associações comunitárias locais. Todas as despesas seriam registradas em relatórios de prestação de contas, sujeitos à análise do Ministério Público (Demeda, 2020, p. 20).

Para continuar atendendo às demandas e enfrentando os desafios socioambientais que envolvem o PAE Juruti Velho e sua área circundante, a ACORJUVE mantém apoio legal, incluindo advogados, além de contar com o suporte das irmãs

45 Em colaboração com a Igreja, a associação adquiriu uma forte habilidade de reunir e mobilizar pessoas para alcançar objetivos em comum, especialmente quando se trata de defender seu território. Um exemplo disso foi o surgimento do Movimento Juruti em Ação, que uniu centenas de pessoas para realizar ações de protesto. O movimento tinha como objetivos destacar a falta de cumprimento das políticas públicas básicas pelo Estado, principalmente nas áreas de saúde e educação, e denunciar e enfrentar atividades que ameaçavam o meio ambiente, como a mineração no PAE (Demeda, 2020, p. 75).

franciscanas de Maristella e de uma rede de apoio institucional, tanto pública quanto privada.

A ideia de atraso ou de tardio implicitamente pressupõe, como contraponto, um “modelo” de sociedade completamente realizado ou desenvolvido, de sorte que a história passa a ser lida como processo de modernização e está, como progresso e aproximação gradativa do atrasado rumo ao desenvolvido. A ideia de vazio pressupõe, implicitamente, que a luta de classes não é constituinte do processo, mas um efeito em sua superfície e que só o “resultado” conta; ora, uma vez que neste “resultado” verifica-se que nenhuma das classes em presença e nenhuma das fracções de classe preenchem os requisitos para assenhorar-se do poder, o Estado surge como preenchimento do vazio (Chauí, 1978, p. 27).

A concepção de atraso, muitas vezes associada à exploração mineral em regiões amazônicas, sugere implicitamente a existência de um modelo de sociedade plenamente desenvolvido. A história da mineração em Juruti poderia ser interpretada como um processo de modernização, onde a extração de recursos naturais representa um avanço em direção ao desenvolvimento. A reflexão de Chauí alerta para a necessidade de questionar essa perspectiva, destacando que a luta de classes e as dinâmicas sociais não devem ser consideradas meramente como efeitos superficiais. Os resultados da exploração mineral, dos conflitos socioambientais, e da resistência concretizada na mobilização das comunidades rurais de Juruti Velho não podem ser avaliados exclusivamente pelo sucesso ou fracasso das classes envolvidas, mas devem considerar o impacto mais amplo na sociedade e no meio ambiente.

Além disso, é crucial compreender como a noção de vazio, como discutida por Chauí, aplica-se ao contexto. O discurso

que permeia a Amazônia como um “vazio” a ser preenchido não apenas justifica, mas também facilita os mecanismos que levaram à implementação da atividade mineradora na região. Essa visão carrega consigo a perigosa ideia de que a Amazônia é desprovida de uma história significativa, retratando os povos e comunidades que aqui vivem como meramente ahistóricos, neutros e desprovidos de práticas culturais. Essa narrativa excludente contribui para marginalizar as vozes das comunidades locais, perpetuando uma perspectiva distorcida que justifica a exploração, ao mesmo tempo em que gera um apagamento da identidade das comunidades locais.

Considerações finais

Ao longo das memórias e experiências de Cenira Camarão, uma trabalhadora rural em Juruti Velho, percebemos o mosaico de lutas, resistências e identidade cultural das comunidades tradicionais da Amazônia. As palavras dela nos transportaram para uma realidade aonde a história vai além de datas e eventos, revelando-se como um tecido complexo de narrativas coletivas.

A narradora não apenas compartilhou suas vivências, mas também destacou a importância das dimensões espirituais e culturais na resistência contra a exploração mineradora. Sua participação ativa na formação da ACORJUVE e as manifestações intensas evidenciam a profundidade das lutas, indo além dos confrontos físicos. A presença marcante da Igreja Católica, representada por figuras como a Irmã Blunildes e a Irmã Fátima, ressalta como as práticas religiosas foram entrelaçadas à mobilização social. Não foi apenas uma resistência física, mas uma jornada que envolveu elementos simbólicos e espirituais, como hinos e orações, impulsionando a luta.

A memória de Cenira se torna um instrumento de resistência contra o discurso oficial e a hegemonia da empresa

mineradora ALCOA. Ao compartilhar suas lembranças da formação da ACORJUVE e da luta pelos royalties, ela reivindica reconhecimento, justiça social e ambiental para sua comunidade. Sua voz ecoa as experiências de tantas outras mulheres silenciadas na história oficial, tecendo uma narrativa plural e humanizada da luta por direitos.


A luta pelos royalties se configura como um ato de cidadania e afirmação dos direitos das comunidades tradicionais. Cenira narra os desafios enfrentados, como a repressão policial e a criminalização da resistência, mas também destaca a persistência, a organização e a força da comunidade unida.

Refletir sobre as histórias e memórias compartilhadas por ela nos leva a uma jornada humanizada e cheia de significados. A memória não é só um registro de acontecimentos passados, mas uma construção ativa, viva e cheia de nuances, ganhando novos significados à medida que ela as compartilha.

Ao ouvir Cenira, percebemos não apenas a importância do trabalho comunitário, mas também o papel essencial das mulheres nesse processo. Suas experiências como trabalhadora rural e sua ativa participação nas lutas destacam a relevância das vozes femininas, rompendo com a predominância de relatos masculinos. Ela se torna parte fundamental da cultura opositora, desafiando não só a ALCOA, mas também as estruturas de poder que há tempos marginalizam as mulheres, atuando na esfera pública por meio de sua participação política.

- Art. 1º. *Estatuto Social da Associação das comunidades da Região de Juruti Velho*. 2004, p. 1.
- BOSI, E. A pesquisa em memória social. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 4, n. 1/2, p. 277-284, 1993.
- CHAUI, M. *Ideologia e mobilização social*. Marilene Chaui e Maria Sylvia Carvalho Franco. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1978.
- CUNHA, J. L. S.; MACHADO, A. S. Sujeitos que lembram: História oral e história de vida. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 14, p. 63-77, set. 2003.
- DEMEDA, K. S. N. *Dádiva e relações de poder na gestão dos royalties de mineração em Juruti Velho, Juruti - PA*. Tese (Doutorado em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2020.
- DEMEDA, K.; CARVALHO, L. *Os royalties da mineração e o sistema da dádiva em Juruti Velho - Juruti, Pará*. *Paper do NAEA 378*, jan. 2018.
- LOPES, L. O. C. *Conflito socioambiental e (re)organização territorial: mineradora Alcoa e comunidades ribeirinhas do projeto agroextrativista Juruti Velho, município de Juruti-Pará-Amazônia-Brasil*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- MEDEIROS, M. X. *Puxirum de Histórias: Lutas por terras e águas em Vila Amazônia - Parintins/AM (1980-2000)*. Tese (Doutorado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.
- PAES, M. A. Comunidades tradicionais de Juruti Velho/PA e a luta pelos royalties através da História Oral. *In: HOLANDA, M. D. et al. (orgs.), História Oral na Amazônia: experiências e possibilidades* [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022, p. 341-356.
- ROVAI, M. G. O. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-84). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, jul./dez. 2013. p. 108-113.
- SALVATICI, S. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral*, v. 8, n. 1, jan.-jun. 2015, p. 29-42.



- 
- SANTOS, A. P. O NEHO e os movimentos sociais: a visão do outro. *In: Oralidades: revista de História Oral / Núcleo de Estudos em História Oral do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Ano 1, n. 1 (jan./jun. 2007) - São Paulo: NEHO, 2007, p. 65-76.*
- SILVA, L. J. S. *et al.* Uma perspectiva decolonial na abordagem da construção da resistência e mobilização das comunidades de Juruti Velho em face do advento da Alcoa em seu território, Estado do Pará, Amazônia, Brasil. *Nova Revista Amazônica*, v. 8, n. 3, dez. 2020.
- WILLIAMS, R. Base e Superestrutura na teoria da cultura marxista. *In: GLASER, A. Cultura e Materialismo*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 43-68.

Interpretações sobre a política agrícola e fundiária no Amazonas através da imprensa na década de 1980

Mônica Xavier de Medeiros

Considerações iniciais

A luta pela Reforma Agrária, através de ocupações de terras na década de 60 do século XX, no Brasil, com a organização das Ligas Camponesas⁴⁶ e a influência da Revolução Cubana de 1959, assustaram as elites regionais, que tinham seu poder baseado, principalmente, na propriedade da terra. Um dos objetivos da ditadura civil-militar foi, então, frear esse processo de luta, pois havia o temor que ela se transformasse numa “Revolução do Campo” (Martins, 1986).

Ainda em novembro de 1964, ano de deflagração do Golpe de Estado que implantou a ditadura civil-militar, foi

46 As ligas camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, que depois espalharam-se para outras regiões do Brasil e exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart, em 1964. Inicialmente, as ligas tinham objetivos assistencialistas (auxílio no enterro de mortos, compra de remédios para os associados e de adubos para a melhoria das plantações). Depois, tornaram-se símbolo da realização de uma Reforma Agrária radical que atendesse às reivindicações dos camponeses em seu conjunto. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ligas-camponesas>. Acesso em: 02 abr. 2024.

promulgada a Lei nº 4.504, que ficou conhecida como Estatuto da Terra, que tinha por objetivos precípuos definir as formas da execução da Reforma Agrária em nosso país, bem como as diretrizes de uma política agrícola.

O Estatuto da Terra reconheceu a função social da propriedade em seu art. 2º, onde previu que a terra deveria ser produtiva, assegurar a conservação dos recursos naturais e favorecer o bem-estar de proprietários e trabalhadores, observando justas relações de trabalho. Portanto, ele assegurava o direito ao Estado em fazer desapropriações por interesse social. O Estatuto ainda previa a possibilidade de fazer a Reforma Agrária via políticas de colonização públicas ou privadas, conceituava o latifúndio por extensão (aquele que excedia 600 vezes o módulo rural⁴⁷) e exploração (quando a terra era mantida inexplorada em relação às suas possibilidades para fins especulativos), e assegurava a existência jurídica da “empresa rural”.

Já a política agrícola era assim definida pelo Estatuto da Terra: “entende-se por política agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país” (Estatuto da Terra, art. 1º, § 2º).

Este artigo tem como objetivo discutir, através da imprensa, o debate em torno das políticas agrícola e fundiária na década de 80, pautadas pelas questões do Estatuto da Terra,

47 O Módulo Rural constitui uma unidade de medida expressa em hectares e constitui a Fração Mínima de Parcelamento (FMP) que um imóvel rural pode ser desmembrado (Luz, 2023). O módulo rural é a mínima fração de terra que garante que um imóvel rural explorado direta e pessoalmente pelo agricultor rural e sua família lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico. Sua área é fixada de acordo com o tipo de exploração de cada região. Disponível em: <http://www.frigoletto.com.br/GeoRural/classifica.htm>. Acesso em: 16 jun. 2016.

fruto dos embates entre trabalhadores rurais em luta pela Reforma Agrária, das elites regionais proprietárias de terras e do governo militar. Assim, consideramos que essas políticas definiram as ações para o campo no período, ordenando a Reforma Agrária, o subsídio para as atividades rurais (agricultura, extrativismo, pecuária, pesca etc.), além da falta de políticas públicas voltadas ao pequeno produtor.

O Estatuto da Terra embora avançasse no reconhecimento da função social da propriedade, na prática tornou-se uma lei que permitiu ao governo gerenciar os conflitos de terra, desapropriando aqui ou ali terras para amenizar as tensões no campo. Porém, os militares focaram nas partes que mais os interessavam no Estatuto: a colonização pública e privada de “terras sem homens, para homens sem terras”⁴⁸ e o fortalecimento da “empresa rural”. Além disso, houve o aumento exponencial da subvenção estatal às atividades econômicas do latifúndio monocultor. O enlace entre o setor primário e bancário foi consolidado, lançando as fundações para o que atualmente conhecemos como agronegócio.

Para problematizarmos o tema proposto, analisamos a imprensa do período (década de 80), através do Jornal do Comércio do Amazonas e do Boletim MEB HOJE, este ligado ao Movimento de Educação de Base da Igreja Católica⁴⁹.

48 Segundo a ótica da ditadura, a Amazônia era importante estratégica e, geopoliticamente, precisava ser ocupada para evitar ser refúgio de ações de grupos guerrilheiros contrários ao governo. Esses projetos partem do pressuposto de que a floresta era um “vazio demográfico” e que sua ocupação poderia diminuir a tensão ocasionada na luta pela terra em outras regiões do país. Os projetos de colonização trariam “homens sem terras” para uma “terra sem homens”.

49 O MEB foi criado em 1961, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, para desenvolver um programa de Educação de Base, através de escolas radiofônicas. Atuava, principalmente, em áreas rurais no Norte e Nordeste do país. No Amazonas, desenvolveu atividades na região do Médio Amazonas e do Médio Solimões. O MEB visava alfabetizar os trabalhadores rurais a partir do método de Paulo Freire, além disso, ofertava cursos de

A imprensa foi uma fonte importante utilizada nesta pesquisa, que, através de uma leitura a contrapelo, ajudou a desvendar a complexidade das dinâmicas vividas pelos sujeitos.

Entendemos que a imprensa não é mero reflexo da realidade, ao contrário, é preponderante na definição do que é ou não relevante para o nosso entendimento de mundo, para a construção de sentidos e ordenamento da realidade social, constituindo memórias hegemônicas (Maciel, 2004, p. 14). Assim, apreendemos que mais do que refletir a realidade, a imprensa a constitui-se a partir da estratégia de naturalização dos projetos dos grupos econômicos ligados ao jornal (proprietários, assinantes, público-alvo a que se destina, comerciantes que divulgam seus negócios e assessorias de imprensa que compram espaço no jornal).

O Jornal do Comércio do Amazonas é um impresso diário que circula na capital (Manaus) desde 1904⁵⁰, com o fortalecimento da economia da urbe devido às receitas geradas com o comércio da borracha. De acordo com as pesquisas de Souza (2010) e Ribeiro (2014), o JC foi fundado por Joaquim Rocha dos Santos. Com a morte de seu fundador, assumiu sua direção, o jornalista Alcides Bahia. Desde as suas primeiras edições, o jornal publicava notícias nacionais e estrangeiras, mantinha correspondente em Portugal, nas principais cidades interioranas do estado (Itacoatiara, Manacapuru e Parintins) e na foz dos principais rios (Madeira, Javari e Purus) (Freire *apud* Souza, 2010, p. 114). Em 1907, assume sua direção o jornalista Vicente Reis (pai de Arthur César Ferreira Reis, historiador,

capacitação agrícola, divulgação de conhecimentos tradicionais (como remédios naturais) e noções de higiene e limpeza.

50 Tivemos acesso às edições do Jornal do Comércio (JC) pelo site da Biblioteca Nacional, que possui uma Hemeroteca Digital com quase todas as edições deste jornal nestes mais de 100 anos de circulação, além de sua plataforma on-line.

presidente da SPVEA⁵¹ e governador biônico da ditadura civil-militar⁵²). Em 1943, o JC foi comprado pelos “Diários Associados”, de Assis Chateaubriand. Em 1985, foi adquirido por Guilherme Aluizio de Oliveira Silva, integrando-se a um grupo empresarial, que além deste periódico também possuía a Rádio Baré (que retransmitia a programação da Rádio Globo) e a SB Construtora e Imóveis⁵³.

Durante a primeira metade da década de 80, a linha editorial preconizada pelo Jornal do Comércio era de apoio à ditadura civil-militar, embora se percebam algumas críticas, principalmente, em relação ao modelo de desenvolvimento imposto pelo governo que possibilitava o amplo acesso de capitais nacionais do centro-sul e estrangeiros na Amazônia. Nesse sentido, consegue-se entrever uma crítica regionalista que ora se aproximava da ditadura civil-militar (no que tange ao tratamento dispensado aos trabalhadores, povos indígenas e aos grupos de esquerda) e ora se afastava, especificamente, em relação às grilagens de terra ocorridas no Amazonas durante este período e que, por vezes, feriam os interesses das elites locais. Vale ressaltar que o estado, na década de 80, possuía grandes latifúndios⁵⁴.

51 Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

52 Eram aqueles governadores ou senadores indicados diretamente pela ditadura civil-militar, sem consulta ao voto popular.

53 Disponível em: <http://www.jcam.com.br/empresa.asp>. Acesso em: 14 out. 2017.

54 Documentos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Análise Socioeconômica (IBASE) revelaram que apenas 18% das terras estavam cadastradas no Amazonas. Dessa área cadastrada, os latifúndios por dimensão e exploração ocupavam 87% e apenas 5% era ocupada por lavouras. Os documentos apontavam, ainda, os 10 maiores proprietários do Amazonas: Manasa – Madeira Nacional S/A (4 milhões, 302 mil e 190 hectares); Aplub Agroflorestal Amazônica (2 milhões, 194 mil e 874 hectares); Adalberto Cordeiro e Silva (1 milhão, 382 mil e 134 hectares); Oscar Martinez (1 milhão, 315 mil e 586 hectares); Mazih Hassan Elmaula (661 mil e 174 hectares); Ramez Said Makaren (654 mil e 801 hectares);

A forma como foi dada visibilidade ao processo de redemocratização e ao primeiro governo civil, na segunda metade da década de 80, engendrou-se no sentido de interferir nas noções de como os trabalhadores deveriam se “comportar” a partir de então. Assim, procedeu-se a exaltação do chamado “pacto social”. O jornal teceu duras críticas às greves e ocupações de terra, ao mesmo tempo em que a formação de grupos paramilitares, organizados pela UDR⁵⁵, não parecia assustar tanto em boa parte do país, o que demonstra a posição do jornal na luta de classes.

Já o Boletim MEB HOJE permite perscrutar as experiências históricas do Movimento de Educação de Base (MEB). Tivemos acesso ao periódico através do fundo MEB do CEDIC⁵⁶ da PUC/SP e do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro. Nestes arquivos, encontrei exemplares do Boletim MEB HOJE digitalizados, que divulgavam as ações das regionais Norte e Nordeste do Movimento de Educação de Base, que ajudaram a problematizar as vivências de trabalhadores rurais que participavam das escolas radiofônicas⁵⁷.

A criação do MEB partiu da caracterização feita pela Igreja de que a educação de base voltada às populações carentes era necessária para que o Brasil pudesse se desenvolver. Nos anos 50 do século XX, foram criadas organizações populares em torno de questões básicas, como educação, salários e Reforma Agrária. Organizaram-se, então, os Centros Populares

Jussara Marques Paz (431 mil e 120 hectares); Antônio Pereira de Freitas (414 mil e 306 hectares) e Maderex Madeiras do Amazonas (362 mil e 489 hectares). Conferir em: JORNAL DO COMÉRCIO. *Ibase dá relação dos dez maiores latifúndios*. 01 jun. 1985. p. 3. Cidade. Edição nº 33.619.

55 União Democrática Ruralista/UDR.

56 Centro de Documentação e Informação Científica “Profº Casimiro do Reis Filho”.

57 Foram encontrados nos arquivos citados 43 números do boletim MEB HOJE, publicados entre os anos de 1981 e 1984.

de Cultura (CPCs), Movimento de Educação de Base (MEB) e as Ligas Camponesas. A zona rural foi o lugar privilegiado de atuação das escolas radiofônicas do MEB. Os objetivos que estavam colocados iam além da alfabetização e do ensino da Matemática, havendo a preocupação em conhecer os problemas dos alunos de cada região. Os conteúdos ensinados fomentavam a organização social das comunidades e versavam sobre saúde, trabalho, habitação, formas de produção e formação política e cultural⁵⁸. O MEB atuou no Amazonas na região do Médio-Solimões e do Médio-Amazonas, auxiliando na organização de comunidades rurais e na formação política de lideranças comunitárias.

Políticas agrícolas e fundiárias nas páginas dos periódicos

Durante a década de 80, a imprensa deu destaque à importância estratégica da agricultura para o Brasil. Neste período, podíamos ler, nas páginas do Jornal do Comércio do Amazonas:

O país está vivendo momentos difíceis e decisivos no que concerne à nossa economia e ao bem-estar social do nosso povo, e o que poderá nos salvar é a agricultura, único instrumento lógico e concreto para equilibrar a nossa balança comercial e livrar-nos do fantasma da nossa dívida externa⁵⁹.

Entre as várias consequências da urbanização – mais da metade da população brasileira estava morando nas cidades –, o Jornal do Comércio do Amazonas publicava sistematicamente

58 MEB HOJE REGIONAL. *MEB Norte-Nordeste*. MEB 20 anos. Parabéns a vocês. Ano I, nº 3, mar. 1981. Fundo MEB. Acervo: CEDIC/PUC-SP.

59 JORNAL DO COMÉRCIO. *Agricultura é a salvação*. 10 abr. 1980. *Opinião*, p. 4. Manaus/AM.

notícias sobre o êxodo rural, nas quais culpava os imigrantes pelos problemas socioeconômicos existentes na cidade, como violência, favelas e marginalidade. Além disso, preocupava-se com a diminuição da produção de alimentos para o consumo interno no país, que tinha encarecido a cesta básica⁶⁰.

Os problemas não eram resultado de falta de política ou de investimentos para a zona rural, como muitas vezes é aventado, mas fruto de uma política concreta de incentivo à agroindústria em detrimento das atividades agrícolas de pequenos produtores e posseiros, concentrando financiamentos para a agroindústria açucareira⁶¹ e para as plantações de cacau, café e pecuária de corte.

A ditadura civil-militar financiava, através da sua política de “modernização” da agricultura, a aquisição de adubos químicos, fertilizantes, agrotóxicos, inseticidas, máquinas agrícolas, tratores e colheitadeiras, que geravam desemprego nas zonas rurais, uma vez que muitos serviços antes feitos pelos trabalhadores passaram a ser realizados por máquinas. De acordo com Palmeira (1989), essa modernização só foi possível porque o setor agrícola absorveu grandes quantidades de crédito e integrou-se aos circuitos de comercialização internacional. A articulação da modificação dessa base técnica com a indústria produtora de bens de capital para a agricultura levou à formação do “complexo agroindustrial” ou agronegócio. No Amazonas, as políticas agrícolas incentivavam, principalmente, os comerciantes de juta, malva e borracha, além da pecuária⁶².

60 JORNAL DO COMÉRCIO. *Figueiredo defende eliminação de políticas protecionistas*. 09 set. 1981. Nacional, p. 08. Edição nº 32.480. Manaus/AM. JORNAL DO COMÉRCIO. *Joel assegura apoio ao Homem do Campo*. 08 out. 1981. Geral, p. 2. Edição nº 32.505. Manaus/AM.

61 Racionalização da Agroindústria Açucareira (1971), Apoio à Agroindústria Açucareira (1973) e Programa Nacional de Álcool/Proálcool (1975).

62 JORNAL DO COMÉRCIO. *Os governos só estimulam os poderosos*. 10 jun. 1980. Internacional, p. 9. nº 23.158. Manaus/AM.

Nesse processo, o Jornal do Comércio tentava instituir um lugar para o trabalhador rural, que não poderia ser nas periferias das grandes cidades. Além disso, neste período, havia um expressivo movimento de trabalhadores rurais, que organizavam greves e ocupações de terra⁶³ em outras regiões do país, o que fez com que as autoridades tivessem que reconhecer, pelo menos em parte, as duras condições de vida do “homem do campo”⁶⁴, como estratégia necessária para que esses trabalhadores pudessem voltar a criar expectativas de permanecer na zona rural.

Os artigos do Jornal do Comércio são indícios das formas como as classes dominantes amazonenses perceberam a presença dos trabalhadores rurais na capital, Manaus, e a questão do êxodo rural, bem como evidenciam as políticas que defenderam para a resolução dos problemas do “homem do interior”.

Havia diferentes caminhos possíveis para uma política agrícola no Amazonas, seja o defendido pela elite regional, através das páginas do Jornal do Comércio, seja da Igreja Católica, pelo Boletim MEB HOJE. No Jornal do Comércio, há a demanda de créditos agrícolas para o financiamento das atividades tradicionais dessa elite, como a agricultura e o extrativismo comercial (borracha, malva, juta e pau-rosa), e, também, reivindicavam a “capacitação” profissional do “homem do interior” como condição para a modernização da agricultura no Amazonas. Já no Boletim MEB HOJE, nota-se

63 JORNAL DO COMÉRCIO. *Greve dos apanhadores de laranja*. 1984. Manaus/AM.

JORNAL DO COMÉRCIO. *De onde vem e para onde vai o boia-fria?* 10 jun. 1984. Geral, Edição nº 33.285, p. 18. Manaus/AM.

64 JORNAL DO COMÉRCIO. *AMAPAM registra Dia do Trabalhador rural*. 24 jul. 1980. Política, Edição nº 23.143. Manaus/AM.

JORNAL DO COMÉRCIO. *Joel faz defesa do trabalhador rural na câmara*. 16 mai. 1981. Nacional, p. 7. Edição nº 23.383. Manaus/AM.

a valorização das atividades de subsistência realizadas pelos próprios trabalhadores rurais, como a roça e a pesca.

Analisamos os Boletins MEB HOJE, enquanto memória produzida pela Igreja Católica no Amazonas, ou seja, como uma construção social de sentidos e valorizamos as dimensões da experiência humana de trabalhadores/moradores de comunidades rurais. As experiências destes trabalhadores rurais são pensadas à luz das mudanças que ocorriam no período e na relação que travavam com outros sujeitos sociais ao viverem suas histórias. A história de um trabalhador rural parintinense, contada numa edição do boletim MEB HOJE, organizado pelos coordenadores da regional do Médio Amazonas (Parintins, Monte Alegre e Santarém), denota os sentidos produzidos por esse setor da Igreja Católica na região:

A Comunidade do Cajual, localizada à margem direita do Rio Uaicurapá, município de Parintins (AM), está bastante satisfeita por ver um de seus filhos assumindo um cargo importante na diretoria da Federação dos Trabalhadores da Agricultura - FETAGRI, do estado do Amazonas, ele Wilson Ferreira Paixão.

Wilson, ainda jovem, exerceu cargo na presidência de sua comunidade (Cajual), desenvolvendo trabalho eficiente na comunidade fundada em 1973, deixando durante o seu mandato vários trabalhos de grande envergadura, para a comunidade como: capela da padroeira, centro social para a reunião dos grupos, e um campo de futebol para a recreação e lazer, além de conseguir realizar vários cursos de agricultura [...].

No primeiro convênio de Curso Supletivo Dinâmico - 1ª fase A, seu nome estava na lista de alunos de sua comunidade que desejavam estudar na escola do MEB. Por isso, podemos afirmar que a escola radiofônica do MEB o ajudou bastante, abrindo um novo caminho para um futuro melhor.

[...] Sua transferência foi imediata para a cidade, onde trabalhou dois anos, sem deixar de estudar, pois o seu certificado expedido pelo MEB deu possibilidades de ingressar no ginásio. Como secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Parintins, foi muito eficiente em seu trabalho, que no final de seu mandato de dois anos, já estava com sua vaga garantida para assumir a secretaria da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, com sede em Manaus, onde atualmente vem exercendo o cargo e continua estudando [...].

Com este exemplo, está confirmado que o trabalho de educação de base exercido pelo MEB, é de fato importante, para o crescimento promocional e espiritual do HOMEM DO CAMPO⁶⁵.

A trajetória de vida de Wilson Ferreira Paixão é contada pelas lentes do MEB/Parintins, que organizou a narrativa, exaltando e reiterando o que considerava importante, a partir de determinada avaliação política, colaborando para a instituição de uma memória sobre esse processo histórico. Ao evidenciar a trajetória de vida deste trabalhador, destaca-se sua atuação na comunidade rural e no sindicato, além de evidenciar uma interpretação que a mudança de moradia e trabalho de Wilson Paixão foi consequência da melhoria de vida deste trabalhador, e não fruto de um êxodo rural por falta de oportunidades que iria aumentar os problemas da cidade.

O MEB também reivindica um lugar para si no debate público sobre as condições de vida dos trabalhadores rurais que estavam sendo pautadas por políticos, imprensa e órgãos estatais (secretarias de produção, empresas públicas de extensão rural e INCRA), preocupados com o êxodo rural na década de 80. Nesse sentido, o fragmento legitima as ações do MEB, através da trajetória de vida deste trabalhador. A imagem

65 MEB HOJE REGIONAL. MEB Norte-Nordeste. *MEB Norte-Nordeste. Triunfo Total*. nº 6. Ano 1. jun./1981. p. 2-3. Acervo: CEDIC.

que se projetou é a da importância das atividades deste setor da Igreja Católica, na organização da vida rural.

Neste debate público sobre a situação da zona rural do Amazonas, houve o reconhecimento das precárias condições de vida do trabalhador rural e, a partir daí, as fontes impressas aqui analisadas (boletim MEB HOJE e Jornal do Comércio) evidenciaram as propostas elaboradas pela Igreja Católica, órgãos estatais e políticos (deputados, prefeitos) para a solução do problema. Especificamente no boletim MEB HOJE, percebemos que as entidades dos trabalhadores, como sindicatos, podiam se expressar. Já no Jornal do Comércio, os sindicatos apareciam apenas como “parceiros” na aplicação de políticas públicas (agrícolas e fundiárias) e, com o recrudescimento das lutas dos trabalhadores rurais, passaram a ser vistos como uma ameaça à “ordem”.

Para tentar barrar o êxodo rural, o Governo do Estado desenvolveu políticas de capacitação profissional e assistência técnica:

O Governo do Estado do Amazonas, através da Secretaria de Produção Rural, vem expandindo a assistência técnica aos pequenos produtores e pescadores artesanais e suas famílias. A execução do trabalho é realizada pela Empresa Técnica de Extensão Rural do Estado do Amazonas, de forma grupal onde os produtores são vinculados aos Sindicatos, Cooperativas, Unidades Agrícolas e outras associações ou comunidades de base.

Os pequenos produtores e pescadores artesanais apresentam como principais características a carência do apoio institucional básico, o baixo nível educacional e escolar, o difícil acesso ao Crédito Rural, a utilização dos métodos tradicionais nas suas atividades, a utilização de mão de obra familiar, a exploração de culturas alimentares de subsistência, o tamanho da família em torno de 7 pessoas, as dificuldades

na comercialização da produção e aquisição de insumos, as condições de vida precárias e a renda mensal relativamente baixa [...].

Aliás, uma das grandes preocupações do Governo do Estado do Amazonas e da Secretaria de Produção Rural (SEPROR) é o aumento da produção agrícola em áreas onde existem pequenos produtores (os chamados baixa renda), pois são eles que contribuem em grande parte para o abastecimento da população⁶⁶.

A falta de conhecimento dos agricultores sobre o emprego de técnicas modernas e suas atitudes de natural rejeição às mudanças têm funcionado como forças restritivas à modernização da agricultura, provocando situações problemas, como o subdesemprego e o êxodo rural, que dentre outras, dificultam o desenvolvimento agrícola⁶⁷.

Estes fragmentos de reportagens do Jornal do Comércio evidenciam que, apesar de serem responsáveis por grande parte do abastecimento de alimentos nas cidades, os pequenos produtores tinham pouco apoio estatal para o desenvolvimento de suas atividades. Estas reportagens mostravam quais cursos de capacitação eram oferecidos aos trabalhadores rurais, como forma de evitar o êxodo rural: oficinas de corte e costura, hortas em quintais, oficinas de confecção de artesanatos e tecelagem de malhadeira. Já nos Boletins MEB HOJE, percebemos que as pautas dos trabalhadores eram outras, como acesso aos mercados, através da facilitação do transporte de mercadorias, políticas de preços mínimos e acesso ao crédito rural aos produtos que já estavam acostumados a lidar, como a macaxeira, o açaí, cupuaçu, banana etc.

66 JORNAL DO COMÉRCIO. *Governo expande assistência a pescadores e produtores*. 09 abr. 1980, p. 8. Geral, Edição nº 22.958. Manaus/AM.

67 JORNAL DO COMÉRCIO. *SENAR leva mais treinamento ao interior do Amazonas*. 13 abr. 1980, p. 5. Política, Edição nº 22.960. Manaus/AM.

A falta de políticas públicas e a “baixa formação cultural e educacional” aparecem no enredo constituído pelo Jornal do Comércio para explicar o êxodo rural, a urbanização acelerada, os problemas da cidade e a pobreza no campo, embora silenciasse sobre a questão de que a ditadura civil-militar liberou milhões em créditos agrícolas voltados para atividades de pecuária, agricultura comercial/extratativismo (juta, malva, borracha). A imagem/narrativa de um trabalhador com acesso restrito à educação formal e com métodos de trabalho ‘arcaicos’ é projetada como empecilho à “necessária modernização da agricultura no Estado do Amazonas”, deslegitimando esses sujeitos do protagonismo de um processo de mudanças na zona rural.

Em relação à política fundiária, a Reforma Agrária pautou o Jornal do Comércio do Amazonas, porém, havia uma disputa de sentidos sobre como esta deveria ser realizada. A oposição à ditadura civil-militar denunciava que o Brasil havia gasto mais de dois bilhões de dólares com a importação de alimentos⁶⁸, nesse sentido, salientaram o posicionamento dos deputados Ronan Tito (PMDB/MG) e Maurício Fruet (PMDB/PR), que defenderam a necessidade da Reforma Agrária como meio de assegurar a produção de alimentos. Também se criticava a “pecuarização” do campo, que causava o êxodo rural, e “donos de terras” que não se preocupavam com a produção agrícola do país. A fala da deputada Cristina Tavares (MDB/PE) foi evidenciada pelo Jornal do Comércio em que afirmava que “um quinto do território do Brasil não está mais em mãos de brasileiros” e que na Amazônia não se produz alimentos, se coloca o boi e se produz o capim: “E onde entra o boi sai o Homem”. E, por fim, criticava os grandes empréstimos públicos destinados aos latifundiários divorciados da preocupação em produzir alimentos⁶⁹.

68 JORNAL DO COMÉRCIO. *Parlamentares defendem a autonomia dos municípios*. 17 fev. 1980. p. 8. Edição nº 22.917. Manaus/AM.

69 JORNAL DO COMÉRCIO. *Só a Reforma Agrária suprirá o nosso déficit*. 03 fev. 1980. p. 8. Manaus/AM.

A 17ª Campanha da Fraternidade da Igreja Católica em 1980 também estava voltada para a questão da migração campo-cidade, com uma dura crítica ao êxodo rural, reivindicando uma Reforma Agrária do governo. O presidente da CNBB, Ivo Lorscheiter, afirmava que mais de 40 milhões de brasileiros havia se deslocado de seus municípios ao longo dos últimos anos, agravando os problemas sociais. O bispo disse, ainda, que o objetivo da Campanha da Fraternidade era “conscientizar o homem do campo sobre a necessidade de não abandonar suas terras, esperando sensibilizar as autoridades brasileiras para a execução de uma Reforma Agrária”⁷⁰.

A violência nas grandes cidades, tida como consequência do êxodo rural, fez com que o Ministério da Justiça criasse uma comissão, com cientistas sociais e juristas, para avaliar o fenômeno. As divergências foram expostas em artigo do *Jornal do Comércio* nos seguintes termos:

Suas causas [da violência], em última análise, são a miséria, a má distribuição de renda, o êxodo provocado pela concentração de renda e pela mecanização nos campos e a desagregação familiar desses retirantes ao chegarem aos grandes centros urbanos. [...] Como romper com esse círculo?

“Fixando o Homem à terra”. Responde sem pestanejar o jurista José Benedito Vianna de Moraes, coordenador da comissão criada pelo Ministério da Justiça. E como fixar o Homem à terra? “Somente através da Reforma Agrária”, argumenta o professor Damásio de Jesus, também integrante da comissão. Uma solução, entretanto, com a qual não concorda a maioria dos membros do grupo de estudos.

“Uma solução impraticável”, recusa J.B. Vianna de Moraes. “Tentar realizá-la é provocar uma

70 JORNAL DO COMÉRCIO. *Campanha da Fraternidade vê problema das migrações*. 21 fev. 1980, p. 2. Geral, Edição nº 22.919. Manaus/AM.

reação mais violenta ainda que a violência que tentamos combater”⁷¹.

Durante a ditadura civil-militar, a política fundiária para a Região Amazônica foi calcada na Doutrina de Segurança Nacional, devido à sua posição estratégica de fronteira com países da América Latina, que possuíam fortes movimentos camponeses e indígenas, onde a guerrilha era um dos métodos principais de luta. O combate à guerrilha e à necessidade de diminuir as tensões por terra no Nordeste e no Centro-Sul do país foram justificativas apresentadas para intervir na ocupação da Amazônia. Era preciso “desenvolver”, “modernizar” e “integrar para não entregar”. Assim, foram aprovados projetos de construção de estradas, colonização dirigida (estatal e particular), construção de hidrelétricas, concessão e venda de terras para desenvolvimento de projetos ligados à pecuária e mineração, que causaram grande impacto sobre as formas tradicionais de ocupação da floresta⁷².

Nas páginas do *Jornal do Comércio* encontramos as tensões e as alianças tecidas entre a ditadura civil-militar e as elites regionais amazonenses, em relação às políticas agrícolas e fundiárias. No campo das tensões, havia a crítica ao subsídio dado pelo governo para a compra de terras no Amazonas por empresas nacionais e estrangeiras. Já em relação às alianças, temos o favorecimento das elites regionais através do financiamento do extrativismo de produtos florestais e a falta de fiscalização sobre o trabalho rural, que auxiliava no aumento da exploração, uma vez que as atividades desenvolvidas por essas elites se concentravam na exploração da mão de

71 JORNAL DO COMÉRCIO. *Violência – Nessa década a escalada atingirá cidades médias*. 02 abr. 1980, p. 5. Internacional, Edição nº 22.954. Manaus/AM.

72 Entre esses projetos podemos citar a construção da Transamazônica (BR-230) e das Rodovias Cuiabá-Santarém (BR-163), Cuiabá-Porto Velho (BR-364) e Manaus-Boa Vista (BR-174); a construção da Hidrelétrica de Tucuruí (PA); Projeto de Mineração Rio do Norte (PA); Projeto Jari (AP/PA).

obra destes trabalhadores, que lidavam com a agricultura, integravam o circuito da pesca e do extrativismo comercial, vendendo os produtos a baixíssimos preços para comerciantes/patrões financiados pelos governos federal e estadual⁷³.

Em fevereiro de 1980, o *Jornal do Comércio* publicou uma reportagem intitulada “Amazônia: Produzir ou Devastar?”, onde denunciava que empresas nacionais do Centro-Sul, estrangeiras e grandes bancos recebiam incentivos da ditadura civil-militar para comprar terras na floresta. No setor de mineração, havia a ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios S/A), uma empresa brasileira de mineração, mas que tinha 49% de suas ações controladas pela Bethlen Steel; a Mineração Rocha, ligada ao grupo holandês Royal Dutch Sheel; a MIBRASA (Mineração Brasileira S/A), associada à companhia norte-americana W. R. Grace e CIA; a Vale do Rio Doce, que explorava o minério na Serra dos Carajás (PA), associada às empresas estrangeiras, como a United States Steel Corporation e a ALBRAS, associada a um grupo japonês que explorava bauxita no Rio Trombetas. No setor madeireiro, havia a Eidai, a maior fabricante de madeira compensada no Japão com 30 mil hectares de floresta; a norte-americana Bruynzeel; a Jari Florestal e Agropecuária, que reivindicava mais de um milhão de hectares nos estados do Pará e Amapá; e a norte-americana Georgia Pacific Corporation, que tinha mais de 300 mil hectares no Pará. No setor de agropecuária, ainda havia empresas como a Mercedes Benz, Volkswagen, Villares e Liquigás, com áreas superiores a 100 mil hectares⁷⁴.

A possibilidade de encontrarmos artigos como esse no *Jornal do Comércio*, que representava a elite local, só pode ser entendida no contexto das alianças e tensões em relação

73 MEB HOJE REGIONAL. MEB Norte-Nordeste. *MEB Parintins e seus sete anos de atuação*. Ano I, nº 6, jun./1981. p. 4. Fundo MEB. Acervo: CEDIC.

74 MEB HOJE REGIONAL. MEB Norte-Nordeste. *MEB Parintins e seus sete anos de atuação*. Ano I, nº 6, jun./1981. p. 4. Fundo MEB. Acervo: CEDIC.

às políticas agrícolas e agrárias/fundiárias entre essas elites regionais e a Ditadura. Em relação à venda de terras para empresas estrangeiras, encontramos localmente uma forte resistência, ou pelo menos, denúncia.

Considerações finais

A década de 80 do século XX foi de grande efervescência política. O processo de redemocratização foi marcado tanto pelo ascenso dos movimentos sociais da cidade e do campo, quanto pela tutela dos militares, que impuseram uma Lei de Anistia, que absolvía aqueles que, em nome da ditadura civil-militar, haviam perpetrado crimes contra os direitos humanos.

No campo, os trabalhadores voltaram a se organizar em grandes movimentos com ação direta, através de ocupações de terra, reivindicando a Reforma Agrária. Ao acompanhar este debate, através da imprensa, seja do Jornal do Comércio ou do Boletim MEB HOJE, vemos que houve uma grande disputa pelos sentidos e caminhos da Reforma Agrária, da produção de alimentos (o problema da fome no Brasil voltou a ser pauta nos jornais) e do combate aos problemas das grandes cidades que eram associados ao êxodo-rural.

Além disso, conseguimos rastrear como os militares montaram as bases do que hoje é uma das principais atividades econômicas do país: o agronegócio, que ainda traz em seu cerne a concentração de terras, a monocultura, a produção voltada aos mercados internacionais e a violência no campo.

- JORNAL DO COMÉRCIO. *Agricultura é a salvação*. 10 abr. 1980. Opinião, p. 4. Manaus/AM.
- JORNAL DO COMÉRCIO. *AMAPAM registra Dia do Trabalhador rural*. 24 jul. 1980. Política, Edição nº 23.143. Manaus/AM.
- JORNAL DO COMÉRCIO. *Campanha da Fraternidade vê problema das migrações*. 21 fev. 1980. p. 2. Geral, Edição nº 22.919. Manaus/AM.
- JORNAL DO COMÉRCIO. *De onde vem e para onde vai o boia-fria?* 10 jun. 1984. Geral, Edição nº 33.285, p. 18. Manaus/AM.
- JORNAL DO COMÉRCIO. *Figueiredo defende eliminação de políticas protecionistas*. 09 set. 1981. Nacional, p. 08. Edição nº 32.480. Manaus/AM.
- JORNAL DO COMÉRCIO. *Governo expande assistência a pescadores e produtores*. 09 abr. 1980. p. 8. Geral, Edição nº 22.958. Manaus/AM.
- JORNAL DO COMÉRCIO. *Greve dos apanhadores de laranja*. 1984. Manaus/AM.
- JORNAL DO COMÉRCIO. *Ibase dá relação dos dez maiores latifúndios*. 01 jun. 1985. p. 3. Cidade. Edição nº 33.619.
- JORNAL DO COMÉRCIO. *Joel assegura apoio ao Homem do Campo*. 08 out. 1981. Geral, p. 2. Edição nº 32.505. Manaus/AM.
- JORNAL DO COMÉRCIO. *Joel faz defesa do trabalhador rural na câmara*. 16 mai. 1981. Nacional, p. 7. Edição nº 23.383. Manaus/AM.
- JORNAL DO COMÉRCIO. *Os governos só estimulam os poderosos*. 10 jun. 1980. Internacional, p. 9. nº 23.158. Manaus/AM.
- JORNAL DO COMÉRCIO. *Parlamentares defendem a autonomia dos municípios*. 17 fev. 1980. p. 8. Edição nº 22.917. Manaus/AM.
- JORNAL DO COMÉRCIO. *SENAR leva mais treinamento ao interior do Amazonas*. 13 abr. 1980. p. 5. Política, Edição nº 22.960. Manaus/AM.
- JORNAL DO COMÉRCIO. *Só a Reforma Agrária suprirá o nosso déficit*. 03 fev. 1980. p. 8. Manaus/AM.
- JORNAL DO COMÉRCIO. *Violência – Nessa década a escalada atingirá cidades médias*. 02 abr. 1980. p. 5. Internacional, Edição nº 22.954. Manaus/AM.
- KHOURY, Y. A.; MACIEL, L. A. (orgs). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho D'água. 2004.



- LUZ, T. M. S. O que é módulo rural? – Conceitos e Diferenças. *Direito Rural.com.br*, 2023. Disponível em: <https://direitorural.com.br/o-que-e-modulo-rural-conceitos-e-diferencas/>. Acesso em: 02 abr. 2024.
- MACIEL, L. A. Produzindo notícias e história: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, D. *et al.* (orgs.). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004.
- MARTINS, J. S. *A Reforma Agrária e os Limites da democracia na "Nova República"*. São Paulo: Hucitec. 1986.
- MEB HOJE REGIONAL. *MEB Norte-Nordeste. MEB 20 anos. Parabéns a vocês*. Ano I, nº 3, mar. 1981. Fundo MEB. Acervo: CEDIC/PUC-SP.
- MEB HOJE REGIONAL. *MEB Norte-Nordeste. MEB Parintins e seus sete anos de atuação*. Ano I, nº 6, jun./1981. p. 4. Fundo MEB. Acervo: CEDIC.
- MEB HOJE REGIONAL. *MEB Norte-Nordeste. MEB Norte-Nordeste. Triunfo Total*. nº 6. Ano 1. jun./1981. p. 2-3. Acervo: CEDIC.
- PALMEIRA, M. Modernização, Estado e Questão Agrária. *Estudos Avançados*, São Paulo, Brasil, v. 3, n. 7, p. 87-108, 1989.
- RIBEIRO, P. D. T. *Do burgo podre ao leão do Norte: o Jornal do Comercio e a modernidade em Manaus (1904-1914)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.
- SOUZA, L. J. B. Cultura impressa no Amazonas e a trajetória de um jornal centenário. *Tempos Históricos*, v. 14. 2º semestre de 2010.

Sites

<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ligas-camponesas>

<http://www.frigoletto.com.br/GeoRural/classifica.htm>

<https://direitorural.com.br/o-que-e-modulo-rural-conceitos-e-diferencas/>

<http://www.jcam.com.br/empresa.asp>

<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

<https://www.pucsp.br/cedic>



Sobre os autores

Franco Lindemberg Paiva dos Santos

Mestre em História pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM; professor da rede pública estadual de ensino do Amazonas; lotado no Centro de Formação Profissional Pe. José de Anchieta, onde trabalha com formação continuada com os professores das redes públicas estadual e dos municípios do interior do Amazonas. Atualmente, é doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas – PPGH/UFAM; coordena o GT Comunidades Rurais na História do Amazonas. E-mail de contato: francolobo@gmail.com

Johmara Assis dos Santos

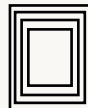
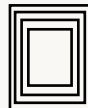
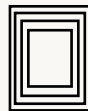
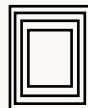
Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professora na Secretaria Municipal de Educação de Manaus e no Sistema Social da Indústria SESI-AM. E-mail: jads87@gmail.com

Everton Dorzane Vieira

Estudante de Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: edorzane@gmail.com

Fabiane Queiroz de Freitas Rebelo

Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em História Social da UFAM (Universidade Federal do Amazonas) e bolsista FAPEAM





Fernanda Pinto de Aragão Quintino

Doutora em Educação (UFAM); Professora da Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar do Amazonas (SEDUC-AM), atuando no Fórum Estadual de Apoio Permanente à Formação Docente do Amazonas (FEPAD/AM). Pesquisadora vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (PPGE/UFAM), realizando pesquisa pós-doutoral na linha de pesquisa Educação, Estado e Sociedade na Amazônia. Membro do Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Educação (GTE/UFAM/CNPq). Id Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8379-3840>. E-mail: donnafernanda@gmail.com

Luiz Antonio Nascimento de Souza

Professor Adjunto da Universidade Federal do Amazonas. Membro pesquisador do NUSEC - Núcleo de Socioeconomia, do Dabukuri - Grupo de Pesquisa Planejamento e Gestão do território na Amazônia e do LABHUTA - Laboratório de Estudos sobre História Política e do Trabalho na Amazônia, onde realiza estudos socioeconômicos em comunidades ribeirinhas de povos tradicionais e em unidades de conservação de uso sustentável, bem como em áreas de conflitos fundiários. Possui graduação em Ciências Sociais pela UNESP - Universidade Estadual Paulista (bacharelado - 1990 e licenciatura - 1991), onde participou da criação e coordenação do CEPEA - Centro de Pesquisas e Estudos Agrários, tendo feito parte da equipe interinstitucional/interdisciplinar, que realizou o Projeto "Análise e Avaliação dos Projetos de Reforma Agrária do Estado de São Paulo". Possui Mestrado em Extensão Rural pela UFV - Universidade Federal de Viçosa (1999). Doutorando em História Social pelo PPGH da Universidade Federal do Amazonas. Coordenou, no MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Terra Legal - Programa de Regularização Fundiário na Amazônia Legal no Amazonas (2009-2016). No Terra Legal, realizou centenas de mediações de conflitos agrários, na

busca de resolução pacífica de conflitos. Assessorou o SARES - Serviços de Ação e Reflexão Social, tendo coordenado os programas de extensão FAS - Formação para a Ação Social e o FIP - Formação em Ética e Política, em cooperação com a UNICAP - Pernambuco

Maiara Andrade Paes

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). E-mail: maiara.andradepaes@gmail.com

Mônica Xavier de Medeiros

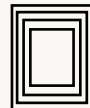
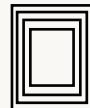
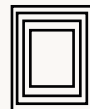
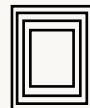
Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas/PPGH-UFAM. Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP. Professora do curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado do Amazonas/UEA, no Centro de Estudos Superiores de Parintins/CESP

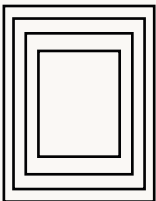
Raissa Ribeiro Lima

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: raissaribeirolima15@gmail.com

Rosimario de Aragão Quintino

Doutorando em Educação (UFAM). Professor da Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar do Amazonas (SEDUC-AM). Pesquisador vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (PPGE/UFAM), atuando na linha de pesquisa Educação, Estado e Sociedade na Amazônia. Integrante do Projeto de Pesquisa Na História Contando Histórias: em busca de fontes (UFAM/CNPq). Id Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8633-5105>. E-mail: rosimarioaragao@hotmail.com



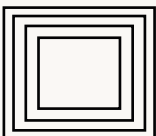


título As comunidades rurais na história
do Amazonas: da organização às lutas

organizadores Franco Lindemberg Paiva dos Santos
Johmara Assis dos Santos

tipografias Helvetica
Magister

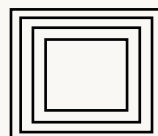
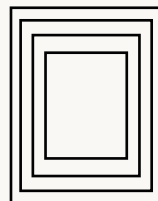
número de páginas 183



para conhecer mais da **editora UEA** e de nossas
publicações, acesse o qr code abaixo



ueaeditora





editora
UEA

ANPUH AM
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA



INSTITUTO FEDERAL
Amazonas



UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS



UFAM



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



IPHAN

INSTITUTO
PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E
ARTESANATO

**MINISTÉRIO DA
CULTURA**

**MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO